



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA

NELMA LIMA E SILVA CAMPOS

**A IMPLEMENTAÇÃO DA META 5 DO PLANO NACIONAL DE  
EDUCAÇÃO DE 2014, NO MUNICÍPIO DE MARITUBA – PA**

BELÉM – PARÁ  
2020

NELMA LIMA E SILVA CAMPOS

**A IMPLEMENTAÇÃO DA META 5 DO PLANO NACIONAL DE  
EDUCAÇÃO DE 2014, NO MUNICÍPIO DE MARITUBA – PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Aviz do Rosário

Área de Concentração: Educação Básica

BELÉM – PARÁ

2020

NELMA LIMA E SILVA CAMPOS

**A IMPLEMENTAÇÃO DA META 5 DO PLANO NACIONAL DE  
EDUCAÇÃO DE 2014, NO MUNICÍPIO DE MARITUBA – PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação Básica

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Aviz do Rosário – Orientadora/Presidente  
Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA)

---

Prof. Dr. Célio Cunha – Examinador Externo  
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UCB)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Matos de Souza – Examinadora Interna  
Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celita Maria Paes de Sousa – Examinadora Interna (Suplente)  
Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/UFPA)

À minha mãe, Maria Lima, pelo zelo e dedicação com que me educou e estimulou os meus estudos.

Ao meu esposo, Patrício Campos, pelo apoio incondicional e por sempre acreditar na minha capacidade e estimular o meu crescimento.

Aos meus filhos, Frederick Campos e Erick Campos, pelas ausências sentidas e compreendidas.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por tudo que consegui realizar graças ao seu amparo e proteção constantes.

A todo o meu núcleo familiar, pelo apoio incondicional de sempre; em especial, à minha mãe, Maria Lima; ao meu esposo, Patrício Campos; irmã, Telma Lima; e filhos, Frederick Campos e Erick Campos.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José Aviz do Rosário, pelo zelo, profissionalismo e carinho com que conduziu minha orientação, propiciando rico aprendizado.

Ao Prof. Dr. Célio Cunha, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celita Maria Paes de Sousa e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Matos de Souza, pelas valiosas contribuições na banca de qualificação, assim como por, mais uma vez, destinarem tempo à leitura deste trabalho. Meu muito obrigada por aceitarem participar desta banca de defesa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), representado pelo seu Coordenador, Prof. Dr. Fabrício Aarão Freire de Carvalho, e por todo o corpo docente, técnico e administrativo de excelência, que oportunizaram verticalizar meu processo formativo enquanto professora da Educação Básica.

Aos professores Dr.<sup>a</sup> Clarice Nascimento de Melo e Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha, pelas oportunas orientações.

Aos colegas de turma, Kezya Silva, Michelle Gomes e Cleiton Maués, pelas significativas experiências compartilhadas ao longo das disciplinas.

Aos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/SECÇÃO-PA), pelas trocas e aprendizagens em todos os momentos formativos.

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP/Subsede Marituba), na pessoa da sua coordenadora, Iolanda Freitas, pelo apoio e encaminhamentos que deram suporte para que eu buscasse esse nível acadêmico.

À Prefeitura Municipal de Marituba, por intermédio da sua Secretaria de Educação, Sr.<sup>a</sup> Katia Cristina de Souza Santos, por sua participação neste estudo e por ter viabilizado a pesquisa nas escolas da rede municipal.

Aos colegas, gestores escolares e professores do município de Marituba, pelo apoio e seriedade com que contribuíram com esta pesquisa.

Às amigas Maria do Carmo, Leonor Vieira e Lorena Rocha, pelo carinho, amizade e incentivos constantes.

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta para este trabalho, pois, nesta jornada acadêmica, o êxito só é possível quando se conta com uma multiplicidade de apoio, carinho e amizade.

Muito obrigada!

*Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade.*

*Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado. Gosto de ser gente porque, como tal, percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta à influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo.*

Paulo Freire

## RESUMO

Esta pesquisa trata das implementações governamentais da Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, no município de Marituba, Pará. Objetiva analisar as ações para implementação da Meta 5 do PNE/2014 no município de Marituba. Propõe-se a responder o seguinte problema: as ações realizadas pelo município de Marituba estão contribuindo para que a implementação da Meta 5 do PNE/2014 ocorra no prazo previsto? A abordagem metodológica adotada é de caráter qualitativo, desenvolvida pelos procedimentos de revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Elege como referencial teórico Saviani (2004), Dourado (2017), Mortatti (2010), Soares (1985), entre outros. Em seus resultados, observa que o PNE/2014 ainda não atingiu os objetivos de articulação na Educação Básica brasileira. No município de Marituba, no que se refere à Meta 5, realizou-se algumas ações, tais como a adesão ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) e a realização de Jornadas Pedagógicas anuais, as quais, em certa medida, podem ser consideradas como estratégias para o alcance dessa meta. Pelas questões analisadas e o contexto investigado, conclui pela inexistência de uma política pública educacional com foco na alfabetização de crianças na rede municipal de ensino, e que essas ações identificadas provavelmente não serão suficientes para o alcance da Meta 5 no prazo previsto.

**Palavras-chave:** Plano Nacional de Educação. Alfabetização. Educação Básica.



## ABSTRACT

This research deals with the governmental implementations of Goal 5 of the National Education Plan (Plano Nacional de Educação – PNE), Law 13.005/2014, in the municipality of Marituba, Pará. It aims to analyze the actions to implement the Goal 5 of the PNE/2014 in the municipality of Marituba. It is proposed to answer the following problem: are the actions carried out by the municipality of Marituba contributing to the implementation of Goal 5 of the PNE/2014 to take place within the expected period? The methodological approach adopted is of a qualitative character, developed by the procedures of bibliographic review, documentary research and field research. It elects as theoretical framework Saviani (2004), Dourado (2017), Mortatti (2010), Soares (1985), among others. In its results, it observes that the PNE/2014 has not yet achieved the objectives of articulation in Brazilian Basic Education. In the municipality of Marituba, with regard to Goal 5, some actions were carried out, such as adherence to the National Literacy Pact at the Right Age, the elaboration of the Municipal Education Plan and the holding of Annual Pedagogic Journeys, which, to a certain extent, can be considered as strategies for achieving this goal. Due to the issues analyzed and the context investigated, it concludes that there is no public educational policy focused on the literacy of children in the municipal school system, and that these identified actions are not likely to be sufficient to achieve Goal 5 within the expected period.

**Keywords:** National Education Plan. Literacy. Basic Education.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados da busca sobre a Meta 5 do PNE/2014 .....	21
Quadro 2 – Pesquisas sobre Alfabetização em Programas de Pós-Graduação do estado do Pará .....	22
Quadro 3 – Características da investigação qualitativa .....	26
Quadro 4 – Artigos na SciELO sobre o Plano Nacional de Educação .....	28
Quadro 5 – Lei Municipal de Marituba que trata sobre Educação – 2014.....	31
Quadro 6 – Leis Municipais de Marituba sobre Educação do ano de 2015 .....	32
Quadro 7 – Leis Municipais de Marituba sobre Educação do ano de 2016 .....	33
Quadro 8 – Leis Municipais de Marituba sobre Educação do ano de 2017 .....	35
Quadro 9 – Quantitativo de professores participantes da pesquisa e abstenções .....	41
Quadro 10 – Histórico do PNE – 1932 a 1937 .....	50
Quadro 11 – Histórico do PNE – 1946 a 2001 .....	51
Quadro 12 – Estrutura da Lei 13.005/2014 .....	56
Quadro 13 – Estrutura do anexo da Lei 13.005/2014.....	57
Quadro 14 – Programas vinculados à alfabetização.....	69
Quadro 15 – Estrutura do Plano Municipal de Educação de Marituba .....	82
Quadro 16 – Respostas sobre formações realizadas pela SEMED Marituba que objetivaram a melhora no nível de alfabetização dos alunos da rede municipal.....	106

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Alunos matriculados – Valores totais de cada escola e valores nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental – 2019 .....	40
Gráfico 2 – Turnos com oferta de turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental – 2019.....	40
Gráfico 3 – Formação escolar e acadêmica .....	43
Gráfico 4 – Formação em nível de pós-graduação .....	43
Gráfico 5 – Tipo de vínculo dos professores participantes .....	44
Gráfico 6 – Tempo de serviço no município de Marituba e tempo de docência nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental .....	45
Fotografia 1 – Estação de Marituba.....	74
Fotografia 2 – Vila Operária de Marituba .....	74
Mapa 1 – Município de Marituba.....	75
Figura 1 – Funcionamento do PNAIC .....	81
Gráfico 7 – Formação sobre o PNE/2014.....	94
Gráfico 8 – Conhecimento dos professores sobre o Plano Municipal de Educação de Marituba .....	97
Fotografia 3 – Formação do PNAIC em Marituba .....	136
Fotografia 4 – Formação do PNAIC em Marituba .....	136

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Aprendizado adequado .....	60
Tabela 2 – Ideb observado – 4ª série/5º ano no município de Marituba .....	76
Tabela 3 – Metas Projetadas – Ideb 4ª série/5º ano no município de Marituba .....	76
Tabela 4 – Distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência – Leitura (prova objetiva).....	77
Tabela 5 – Distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência – Escrita (prova discursiva).....	77
Tabela 6 – Distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência – Matemática (prova objetiva).....	78
Tabela 7 – Comparação do aprendizado – Marituba.....	78
Tabela 8 – Formação do PNAIC no município de Marituba.....	89
Tabela 9 – Quantidade de professores que participou da formação do PNAIC/Marituba – Por ano .....	91
Tabela 10 – Formação sobre o PNE/2014 .....	96

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PNAIC	Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PPEB	Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Educação Básica
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
UFPA	Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2</b>	<b>OS CAMINHOS DA PESQUISA</b> .....	19
2.1	A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA .....	26
2.2	A PESQUISA DOCUMENTAL .....	30
2.3	A PESQUISA DE CAMPO .....	38
2.4	AS ESCOLAS ONDE SE REALIZOU AS PESQUISAS .....	39
2.5	OS PROFESSORES PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	41
<b>3</b>	<b>O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO</b> .....	47
3.1	HISTÓRICO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO .....	48
3.2	O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 1962 .....	52
3.3	O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2001 .....	53
3.4	O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2014 .....	55
3.5	O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ .....	58
3.6	A META 5 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A ALFABETIZAÇÃO .....	61
<b>4</b>	<b>A IMPLEMENTAÇÃO DA META 5 NO MUNICÍPIO DE MARITUBA</b> .....	73
4.1	O MUNICÍPIO DE MARITUBA E A EDUCAÇÃO .....	73
4.2	AÇÕES REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE MARITUBA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA META 5 DO PNE/2014, NO PERÍODO DE 2014 A 2019 .....	80
4.2.1	<i>Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)</i> .....	80
4.2.2	<i>Plano Municipal de Educação de Marituba</i> .....	81
4.2.3	<i>Jornadas Pedagógicas</i> .....	84
<b>5</b>	<b>A EFETIVIDADE DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO MUNICÍPIO DE MARITUBA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA META 5, DE 2014 A 2019</b> .....	86
5.1	FORMAÇÃO DOS PROFESSORES RELATIVA AO PNAIC .....	87
5.2	FORMAÇÃO DOS PROFESSORES RELATIVA AOS PLANOS NACIONAL E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	94
5.3	JORNADAS PEDAGÓGICAS .....	101
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	114
	<b>APÊNDICES</b> .....	120

<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARITUBA .....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO – DIREÇÃO DAS ESCOLAS QUE OFERTAM TURMAS DO 1º AO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL...</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO – PROFESSORES DO 1º AO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL .....</b>	<b>127</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO A – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXO B – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICA.....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXO C – FOTOS .....</b>	<b>136</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 e toma como objeto de estudo a implementação da sua Meta 5<sup>1</sup> no município de Marituba, Pará.

A vinculação com esse tema se deu a partir da minha experiência profissional como docente das séries iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola pública municipal, localizada no município de Marituba, PA.

Inicialmente, busquei no âmbito da política educacional pesquisar sobre a reforma do Ensino Médio, pois, em 2016, ao observar as diversas mobilizações no país e, em especial, na escola em que trabalhava, onde questionavam a legalidade da Medida Provisória nº 746, editada pelo governo federal em 22 de setembro de 2016 (conhecida popularmente como MP do Ensino Médio), fiquei bastante interessada em estudar a respeito do seu conteúdo.

Sabendo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) já foi objeto de diversas alterações desde o ano da sua publicação, despertou-me o interesse em investigar se a Lei que promoveu a reforma do Ensino Médio, no ano de 2017, poderia fragilizar sua efetividade ou ainda confrontar os objetivos dos princípios constitucionais da Educação.

Com essa preocupação, realizei diversas pesquisas e leituras acerca do assunto e, diante da possibilidade de desenvolver uma pesquisa acadêmica sobre o tema, apresentei meu projeto para a seleção de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Educação Básica (PPEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2017, na qual fui aprovada.

No entanto, após cursar a Disciplina Ateliê de Pesquisa I, novos horizontes foram vislumbrados e, com aquiescência da professora orientadora, optamos por uma temática de pesquisa, dentro de políticas educacionais, que estivesse adequada à linha de pesquisa Currículo da Educação Básica e que pudesse melhor contemplar a minha experiência docente e apresentar relevância na pesquisa acadêmica.

A opção foi pelo estudo do Plano Nacional de Educação, mais especificamente, a Meta 5, devido à sua importância no contexto da educação brasileira, pois trata especificamente da alfabetização de crianças.

É importante destacar, também, que a prefeitura municipal de Marituba, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), no ano de 2013, realizou adesão

---

<sup>1</sup> META 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.



ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), um programa do governo federal. E, ao necessitar de uma equipe de professores alfabetizadores e coordenadores pedagógicos para executar o programa no município, tive a oportunidade de compor a equipe, exercendo a função de orientadora de estudos.

Trabalhei no PNAIC nos anos de 2013 e 2014, com turmas compostas de vinte e oito (28) professores da rede municipal de ensino de Marituba. Foi uma experiência ímpar, pois foi possível perceber a necessidade de direcionar maior atenção aos alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, que precisavam concluir essa etapa alfabetizados, como forma de resguardar suas cidadanias.

O PNAIC, no estado do Pará, se materializou a partir das parcerias entre o Ministério da Educação (MEC), UFPA e o município que fizesse adesão. A proposta principal do programa era trabalhar técnicas de alfabetização que pudessem garantir o alcance dos direitos de aprendizagem para alunos do ciclo de alfabetização, os quais deveriam ter assegurada sua alfabetização até os oito anos de idade.

Esses elementos aqui descritos e as discussões no âmbito do PPEB, nas disciplinas Ateliê I e II, foram determinantes para a decisão sobre a mudança do tema de estudo, que inicialmente era sobre a reforma do Ensino Médio e doravante passou a ser sobre o PNE/2014. Em decorrência da alteração temática, e considerando a alfabetização como essencial para todo ser humano, e a importância do meu trabalho no PNAIC, se definiu como objeto de pesquisa a implementação da Meta 5 do PNE/2014 no município de Marituba.

Após a definição do tema e objeto, tornou-se imperiosa a busca por fundamentação que desse base à pesquisa para a produção da futura dissertação. Neste sentido, foram realizados diversos levantamentos bibliográficos preliminares.

Dada a finalização do Plano Nacional de Educação que vigorou de 2001 a 2011, instituído pela Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), e que suas principais metas não foram cumpridas, no que se refere a diversos graus de problemas na educação brasileira, principalmente, no que diz respeito à alfabetização de alunos, houve a necessidade de se pensar um novo PNE que se propusesse a enfrentar esses desafios.

A Lei 13.005, sancionada em 25 de junho de 2014, instituiu o novo PNE, estabelecendo novas diretrizes no contexto educacional brasileiro, pois que “[...] a aprovação do Plano Nacional de Educação pelo Congresso Nacional e a sanção Presidencial, sem vetos, [...] inauguram uma nova fase para as políticas educacionais brasileiras” (DOURADO *et al.*, 2016, p. 16).

Com vigência de dez anos, a contar da sua publicação, o PNE/2014 tem a pretensão de dar cumprimento ao estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e a LDB, e, dessa forma, promover a organicidade da educação brasileira a partir de diretrizes nacionais, garantindo a qualidade da educação.

Para dar cumprimento às suas diretrizes e metas, o PNE finaliza indicando, no art. 13, a construção de um sistema nacional de educação a partir do ano de 2016, em regime de colaboração com os estados e municípios, no intuito de assegurar tanto a manutenção como o desenvolvimento do ensino, em todos os níveis, etapas e modalidades.

Essa articulação deverá se estabelecer por intermédio de ações conjuntas dos poderes públicos, nos seus três níveis de governo, muito embora haja autores que afirmem que essa articulação não vem sendo efetivada a contento, tendo em vista que é necessário um conjunto de ações a serem realizadas por cada ente federado.

Todas as articulações a serem estabelecidas a partir do PNE têm como diretrizes: **erradicação do analfabetismo**; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos(as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 1988, art. 214, grifo nosso).

O PNE/2014 é composto por um conjunto de 20 (vinte) metas, quantitativas e qualitativas, para a educação nacional, as quais constam como anexo da Lei 13.005 (BRASIL, 2014). Tais metas devem ser alcançadas no prazo de 10 (dez) anos. A preocupação com a questão da alfabetização de crianças é expressa na Meta 5, que determina: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

Mediante o imperativo de articulação entre os entes federados para cumprimento da Meta 5, os municípios despontam como protagonistas, já que a mesma se refere ao Ensino Fundamental e sua oferta é de responsabilidade prioritária dos municípios. A Meta 5, portanto, é de responsabilidade dos municípios pelo sistema de colaboração porque a alfabetização está sob a sua competência.

Tendo clara a responsabilidade dos municípios no tocante à implementação da Meta 5 e por ser moradora de Marituba, onde exerço o magistério nas séries iniciais do Ensino Fundamental desde o ano de 1999, escolhi esse município para realização desta pesquisa.

O município de Marituba está localizado na região metropolitana de Belém, no estado do Pará, e sua fundação data de 1994. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, Marituba possuía uma população de 108.246 pessoas; em 2018, a estimativa foi de 129.321 pessoas. Entre os habitantes do município com idade entre 6 a 14 anos, a taxa de escolarização é de 95,5%, o que o coloca na 70ª posição em relação ao total dos 144 municípios paraenses nesse quesito (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, c2020).

Sabe-se que algumas ações no âmbito municipal já foram realizadas tendo como foco a alfabetização de alunos, mas, não se identificou antes da realização da pesquisa se essas ações seriam suficientes para que Marituba pudesse, até o ano de 2024, alcançar integralmente a Meta 5 do PNE/2014.

Portanto, esta pesquisa se desenvolveu a partir do seguinte questionamento: **as ações realizadas pelo município de Marituba estão contribuindo para que a implementação da Meta 5 do PNE/2014 ocorra no prazo previsto?**

Para dar conta de responder a esse problema de pesquisa, se trabalhou com as seguintes questões norteadoras: quais ações estão sendo efetivadas para a implementação da Meta 5 do PNE/2014 no município de Marituba? Estas ações estão concorrendo para que a Meta 5 do PNE/2014 seja implementada no prazo previsto?

Como objetivo geral, se propôs: analisar as ações para implementação da Meta 5 do PNE/2014 no município de Marituba, Pará. Como objetivos específicos, se pretendeu:

- a. identificar as ações que estão sendo efetivadas no município de Marituba para a implementação da Meta 5 do PNE/2014;
- b. compreender como se configura a política educacional do município de Marituba no que se refere ao alcance da Meta 5 do PNE/2014.

Esta pesquisa poderá contribuir com dados e reflexões para a política municipal de ensino de Marituba, por isso, reveste-se de relevância social. Em relação à relevância acadêmica, este trabalho tem como proposta contribuir para a produção de material acadêmico que auxilie no fomento de discussões no PPEB, por ser atual e de grande importância na compreensão dos meandros que muitas vezes contribuem como elemento de tensão para as reflexões sobre a oferta do ensino público na Educação Básica, especialmente, no que se refere

à alfabetização; assim como se intenciona contribuir para discussões e debates nos cursos de formação de professores e em programas de pós-graduação, em geral.

Há, também, a pretensão de contribuir socialmente, tendo em vista que esta pesquisa acadêmica permitirá a reflexão sobre a importância da alfabetização de crianças matriculadas nas séries iniciais do Ensino Fundamental, o que se reflete diretamente no meio social, tendo em vista sua importância como um dos elementos de superação de desigualdades sociais.

Este estudo possui, também, relevância pessoal, pois contribuirá para a minha formação como docente da escola básica, o que me permitirá alcançar maior qualificação profissional e, assim, poder fomentar debates na escola em que leciono e no município onde trabalho, assim como em organizações não governamentais, acerca do Plano Nacional de Educação, suas respectivas metas e diretrizes, bem como sobre a alfabetização.

Ainda nesse sentido, representa uma valiosa oportunidade de quebra de paradigmas, desafios, superação pessoal e resistência de todo um conjunto de obstáculos socioeconômicos e culturais, que, em geral, enfrentam pessoas que, assim como eu, advêm de uma família de origem humilde, baixa escolaridade, com poucos recursos e oriundas de um dos municípios deste imenso estado do Pará. Pessoalmente, iniciei meus estudos no município de Barcarena e, enquanto por lá estive, a perspectiva de cursar um mestrado sequer foi sonhada, pois minhas expectativas não alcançaram tamanha abrangência. Sendo assim, esta pesquisa se reveste de grande significado pessoal.

Quanto à organização, o texto está estruturado em seis seções, organizadas em virtude das temáticas estudadas. A primeira seção é esta Introdução e apresenta o tema, o objeto de pesquisa, objetivos geral e específicos e trata sobre a importância desses elementos nesta pesquisa.

A segunda seção, denominada Os caminhos da pesquisa, apresenta o percurso metodológico trilhado para desvelar o objeto de pesquisa, a partir do suporte de autores metodólogos que orientam sobre a pesquisa na pós-graduação, tendo como paradigma a pesquisa qualitativa, e como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental.

A terceira seção apresenta a discussão teórica sobre o PNE/2014, suas metas, seu histórico e sua pertinência dentro do contexto educacional brasileiro, e estuda mais detidamente sobre a Meta 5.

A quarta seção trata especificamente sobre as concepções de alfabetização, a implementação da Meta 5 no município de Marituba e as ações realizadas na política educacional do município no período de 2014 a 2019.

A quinta seção apresenta as análises realizadas acerca da efetividade das ações implementadas pelo município de Marituba para a implementação da Meta 5, de 2014 a 2019.

Por fim, a sexta seção apresenta as conclusões da pesquisa, a partir dos resultados obtidos nas análises, por intermédio das pesquisas bibliográfica e documental.

## 2 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Esta seção tem a intenção de demonstrar os caminhos teórico-metodológicos que foram percorridos para a produção desta dissertação.

Conforme já citado, ao pensar em ingressar no Programa de Pós Graduação em Currículo e Gestão da Educação Básica, procurei realizar uma revisão bibliográfica sobre a reforma do Ensino Médio para construir meu projeto de pesquisa de admissão ao Mestrado Acadêmico. E, ao ser aprovada no processo seletivo e iniciar as atividades acadêmicas, disciplinas, as orientações e a participação no grupo de pesquisa<sup>2</sup>, nas quais as discussões sobre o projeto eram constantes (sobretudo, na disciplina Ateliê de Pesquisa I), precisei redefinir meu tema e dar nova organização ao projeto.

No primeiro momento de socialização do projeto, na disciplina Ateliê de Pesquisa I, me propus a pesquisar acerca de todas as reformas ocorridas na LDB/1996 até o ano de 2018, no entanto, a partir das análises e ponderações dos professores da disciplina, foi observado que o estudo se apresentou inadequado para a linha de pesquisa à qual estou vinculada – Currículo da Escola Básica – e que o tempo disponível não seria suficiente para concluir a pesquisa nos moldes em que a havia apresentado.

Desta feita, empreendeu-se nova mudança nos rumos da pesquisa, tendo como foco a alteração da LDB promovida pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que determinou o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas em escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio. No entanto, ao final do primeiro semestre, analisando que as discussões nas disciplinas cursadas me propiciaram melhor entendimento da política educacional brasileira, outras perspectivas foram observadas, o que me levava a discutir o Plano Nacional de Educação por sua relevância para a Educação Básica.

O redirecionamento do projeto era pautado na discussão teórica e metodológica empreendida no âmbito do PPEB e dos estudos que empreendia na tentativa de analisar os fenômenos educacionais que pudessem contribuir para a produção de novos conhecimentos, pois a metodologia científica é primordial para o desenvolvimento sistemático de um projeto de pesquisa, e, pela sua importância, diversos autores se debruçam sobre o ato de fazer ciência, analisando métodos que melhor possam contribuir para o processo de elaboração de conhecimento.

---

<sup>2</sup> Disciplinas cursadas no 1º semestre: Escola Básica Brasileira; Ateliê de pesquisa I: O projeto de Pesquisa; Vivência no Grupo de Pesquisa I.

O procedimento de elaboração de conhecimento sobre o mundo, de acordo com Tozoni-Reis (2010, p. 113), não é um processo individual, pois...

Os significados produzidos para sua compreensão foram e são produzidos durante toda história da humanidade pelo conjunto dos sujeitos sociais. Isso significa que o conhecimento é histórico e social. Histórico, porque cada conhecimento novo é um aprofundamento de conhecimentos anteriores; e social, porque nenhum sujeito constrói um conhecimento totalmente novo. Desse modo, todo conhecimento apoia-se em conhecimentos anteriores, produzidos por outros sujeitos. Portanto, o conhecimento “novo” é também socialmente produzido.

Nessa perspectiva, a autora afirma que, “se o conhecimento é o instrumento central da concretização dos seres humanos como humanos [...]” (TOZONI-REIS, 2010, p. 114), tendo em vista que irão contribuir no processo de “[...] pensar e agir mais conscientemente sobre o mundo, sua prática social, a pesquisa, é uma atividade complexa que se realiza em todos os momentos da vida humana” (p. 114). Sendo assim, o ato da pesquisa se manifesta na vida do ser humano como produção de conhecimento para ação, o que a faz concluir que sempre há pesquisa, seja de forma assistemática ou sistemática.

Inicialmente, busquei no Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)<sup>3</sup> produções sobre a Meta 5 do PNE, a partir do termo “Meta 5”, obtendo 116.384 resultados. Para refinar a amostra, selecionei apenas os anos de 2015 a 2017, na grande área de conhecimento “Ciências Humanas”; área de conhecimento “Educação”, e, nos campos avaliação, concentração e nome do programa, selecionei, também, “Educação”, deixando os demais itens sem seleção, o que resultou em 340 teses e dissertações acadêmicas. Após a leitura dos resumos, identifiquei somente quatro (4) pesquisas que, *a priori*, apresentavam maior proximidade com o tema e objeto de pesquisa deste trabalho, conforme apresentado no Quadro 1.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>.

Quadro 1 – Resultados da busca sobre a Meta 5 do PNE/2014

<b>Título</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tipo/Ano</b>
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: uma política vinculada ao campo acadêmico	SANTOS, Laís Alice Oliveira	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia	Dissertação de Mestrado 2017
A implantação da Meta 5 do Plano Nacional de Educação na rede municipal de São Paulo e o papel do planejamento na efetivação da política pública: um estudo de caso	BARROS, Paula Mangolin de	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo	Dissertação de Mestrado 2017
O Plano Nacional de Educação e o papel dos municípios na universalização da Educação Básica no Brasil	MAZZIONI, Lizeu	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul –UFFS	Dissertação de Mestrado 2016
A gestão democrática nos Planos Municipais de Educação no Rio Grande do Sul: evidências, interpretações e contradições	LAUER, Munir José	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo	Dissertação de Mestrado 2017

Fonte: elaborado pela autora (2018).

O Quadro 1 apresenta as quatro dissertações que tratam, principalmente, de alfabetização, Meta 5, Plano Nacional de Educação e Planos Municipais, categorias de análise que estão inseridas no contexto educacional brasileiro e que muito contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

Ademais, na busca por pesquisas sobre a Meta 5 do PNE/2014 em teses e dissertações do PPEB e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da UFPA, não se localizou nenhum trabalho que tratasse especificamente do tema desta dissertação. Identificou-se, porém, algumas produções acadêmicas no Catálogo de Teses & Dissertações da Capes que tratam do tema alfabetização, no período de 2014 a 2018, apresentadas no Quadro 2.



Quadro 2 – Pesquisas sobre Alfabetização em Programas de Pós-Graduação do estado do Pará

<b>Título</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Instituição</b>	<b>Tipo/Ano</b>
Representações Sociais de Discentes do Curso Letras-de Libras da Uepa acerca da Pessoa Surda	ANDRADE, Cyntia Franca Cavalcante de	Universidade do Estado do Pará	Dissertação 2014
Letramento musical como elemento de auxílio à compreensão alfabética: uma análise sobre alunos do 6º ano de duas escolas públicas de Belém - PA	BORGES, Douglas Guimaraes	Universidade do Estado do Pará	Dissertação 2016
Práticas de alfabetização, letramento e educação o que dizem os egressos do mova belém?	GOMES, Jaqueline Teixeira	Universidade do Estado do Pará	Dissertação 2017
Cenas de letramento e multiletramento na educação de crianças surdas em uma escola de Belém	MAIA, Tatiana Cristina Vasconcelos	Universidade do Estado do Pará	Dissertação 2015
Educação de Jovens e Adultos: vozes de inclusão protagonizadas em saberes culturais na Amazônia	RODRIGUES, Margarida Maria de Almeida	Universidade do Estado do Pará	Dissertação 2014
Trajetória educativa escolar: memórias de idosos	LEAL, Milene Vasconcelos	Universidade do Estado do Pará	Dissertação 2017
A política de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação de Belém: o projeto expertise sob o “olhar” dos professores	PEREIRA, Mary Jose Almeida	Universidade Federal do Pará	Dissertação 2015
A profissionalização docente no âmbito da formação continuada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: da valorização à precarização do trabalho de professores	SILVA, Michelle Castro	Universidade Federal do Pará	Dissertação 2017
Infância, Linguagem e Educação: o texto escrito por crianças no 3º ano do Ensino Fundamental	TRESCASTRO, Lorena Bischoff	Universidade Federal do Pará	Tese 2017
Formação cultural de professores da Educação Básica: elementos para uma crítica de programas de formação inicial e continuada	NASCIMENTO, Damasia Sulina do	Universidade Federal do Pará	Dissertação 2017

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Conforme apresento no Quadro 2, a pesquisa resultou em nove (9) dissertações e uma (1) tese, o que demandou uma análise cuidadosa sobre o material coletado para uso posterior no capítulo teórico.

No primeiro semestre do curso de mestrado, cursei disciplinas que contribuíram bastante para a minha formação acadêmica, e, dessa forma, foi possível ampliar minha compreensão acerca da pesquisa sistemática, pois, embora haja a possibilidade de se fazer a pesquisa de diversas formas, Tozoni-Reis (2010, p. 114) explicita a necessária sistematização na produção de conhecimento:

No entanto, nossa atividade como educadores, em que o conhecimento ocupa um papel de destaque, exige que tratemos do conhecimento – e de sua produção – de forma mais sistematizada. No mundo acadêmico, em particular, dedicamo-nos a uma prática de pesquisa bastante sistematizada, mais organizada, com objetivo de produzir conhecimentos elaborados e sistematizados, conhecimento científico, ao alcance de todos os pesquisadores.

Observa-se, portanto, a necessária sistematização dos procedimentos de pesquisa, no âmbito acadêmico para a produção de conhecimento científico, tendo que essa organização contribuirá para o acesso e classificação do conhecimento já produzido e organizará seus resultados para que haja a continuidade das pesquisas, contribuindo-se assim, para o fazer ciência.

A partir do conhecimento adquirido nas aulas e nas leituras obrigatórias das disciplinas que cursei, elaborei um artigo sobre a Educação Básica e, ao mesmo tempo, (re)escrevi o projeto de pesquisa em atendimento às diretrizes e discussões na disciplina Ateliê de Pesquisa I.

No segundo semestre, na disciplina Ateliê de Pesquisa II, houve a reelaboração do texto, a partir de aulas teóricas sobre a estrutura do texto de qualificação, o qual foi apresentado no exame de pré-qualificação, onde duas professoras do PPEB, juntamente com a professora orientadora, apresentaram excelentes contribuições para um melhor dimensionamento desta pesquisa acadêmica.

Dentre as atividades realizadas neste caminho da pesquisa, ministrei, sob supervisão da professora orientadora, uma aula sobre as metas do PNE para alunos do curso de Biologia da UFPA, o que trouxe rica experiência e contribuiu muito para o meu aprendizado, pois, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1997, p. 25).

A (re)escritura considerou também os ensinamentos da disciplina Oficina de Coleta e Análise de Dados Qualitativos, pois nela tive a oportunidade de conhecer e estudar obras de autores<sup>4</sup> metodólogos que se dedicam à produção literária direcionada a estudantes de cursos de pós-graduação e, a partir disso, busquei selecionar conteúdos de acordo com o meu projeto para compor o texto desta dissertação.

Acerca dos autores estudados, destaco dois que tratam da pesquisa qualitativa. Creswell (2014, p. 206) explica que...

A investigação qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados. Embora os processos sejam similares, os procedimentos qualitativos

---

<sup>4</sup> Creswell (2014), Bogdan e Biklen (1994), dentre outros.

baseiam-se em dados de texto e imagem, têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação.

O autor chama a atenção para a diversidade de possibilidades que o pesquisador possui ao optar pela pesquisa qualitativa em seu processo de investigação. O investigador qualitativo possui uma relação de proximidade com o local de estudo, conforme esclarecem Bogdan e Biklen (1994, p. 48):

Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as acções podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem. Quando os dados em causa são produzidos por sujeitos, como no caso de registos oficiais, os investigadores querem saber como e em que circunstâncias é que eles foram elaborados. Quais, as circunstâncias históricas e movimentos de que fazem parte? Para o investigador qualitativo divorciar o acto, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado.

Dessa forma, o investigador qualitativo pauta suas ações a partir de uma preocupação com o contexto onde se manifesta o fenômeno que se propõe a estudar.

Nesta pesquisa, que trata de uma determinada realidade educacional, utilizo a abordagem qualitativa por ser a que melhor consegue auxiliar na concretude dos objetivos aqui pautados – a implementação da Meta 5 do PNE/2014. A esse respeito, Neves (2007, p. 54) esclarece que essa abordagem demanda maior proximidade do pesquisador:

A pesquisa qualitativa requer uma maior aproximação do pesquisador ao campo de trabalho, particularmente nos momentos que antecedem a elaboração do projeto de pesquisa. Essa orientação se justifica, pois a observação, e muitas vezes a participação do pesquisador no campo, é que permitirá um melhor delineamento das questões, dos instrumentos de coleta e do grupo a ser pesquisado. Podemos dizer que a construção do projeto de pesquisa está incluída na fase exploratória do estudo.

Na fase exploratória, busquei artigos, dissertações e autores que tratam do PNE e, mais especificamente, da Meta 5. De fato, como pesquisadora, a fase exploratória foi fundamental para aproximação do tema e definição do objeto de pesquisa, inclusive, nos momentos em que precisei fazer a reescrita do projeto de pesquisa, pois, nesse ínterim, participei de eventos, palestras e procurei me cercar de autores que pudessem me auxiliar nessa fase de tamanha importância.

Esse levantamento bibliográfico inicial me ajudou a pensar e analisar que, de fato, a pesquisa exploratória é um importante elemento da pesquisa qualitativa, e que foi importante para iluminar meu objeto de pesquisa, qual seja, a Meta 5 do PNE/2014.

A fase exploratória da pesquisa é definida como “[...] tempo dedicado a interrogarmos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo” (MINAYO, 2002, p. 22). É um procedimento cujo “[...] foco fundamental é a construção do projeto de investigação” (p. 22).

A partir da revisão bibliográfica inicial, busquei maior aproximação com o tema e o objeto de pesquisa. Foi necessário conhecer mais sobre as questões que dizem respeito ao PNE, sobre documentos legais intrínsecos, como a Constituição Federal de 1988, a LDB/1996 e autores que trabalham nesse campo de conhecimento, assim como ler obras e artigos pertinentes com as categorias investigativas definidas inicialmente (alfabetização, o PNE e a Meta 5).

Assim, justifico a importância da abordagem qualitativa para o êxito do desenvolvimento desta pesquisa. Tozoni-Reis (2010, p. 116) reconhece a importância desse tipo de abordagem para fenômenos educacionais: “[...] Isso significa dizer que as abordagens qualitativas da pesquisa são mais valorizadas no tratamento dos fenômenos educacionais [...]”, sendo assim, “[...] A pesquisa qualitativa defende a ideia de que, na produção de conhecimentos sobre os fenômenos humanos e sociais, nos interessa mais compreender e interpretar seus conteúdos do que descrevê-los, explicá-los”.

Ainda conforme Tozoni-Reis (2010), a pesquisa em educação, nessa abordagem, não tem perda do rigor metodológico, e visa à compreensão e à interpretação dos elementos a serem estudados, os quais são diversos e variados. Dessa forma, permitirá a produção de conhecimentos comprometidos com a educação crítica e transformadora:

Pelo exposto, podemos considerar que, se a educação investiga os fenômenos educativos na educação escolar ou na educação fora da escola, esses fenômenos, na abordagem qualitativa, deverão ser compreendidos em sua complexidade histórica, política, social e cultural. Somente, desse modo, podem garantir que a pesquisa em educação produza conhecimentos comprometidos com a educação crítica e transformadora (p. 117).

Para Bogdan e Biklen (1999, p. 47), “[...] a investigação qualitativa possui cinco características [...]”, apresentadas no Quadro 3. Muito embora nem sempre todas estas estejam presentes em uma investigação, é importante o conhecimento de cada uma delas.

Quadro 3 – Características da investigação qualitativa

<b>Características existentes em uma Investigação Qualitativa</b>	
1	Na investigação qualitativa, a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal.
2	A investigação qualitativa é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números.
3	Os investigadores qualitativos se interessam mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos.
4	Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva. Não recolhem dados ou provas com o objectivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente; ao invés disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando.
5	O significado é de importância vital na abordagem qualitativa. Os investigadores que fazem uso dessa abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas.

Fonte: adaptado de Bogdan e Biklen (1999).

O Quadro 3 apresenta cinco características da pesquisa qualitativa, que a diferenciam dos demais tipos de pesquisa. Dentre elas, propõe que o pesquisador qualitativo não parte de hipóteses, prioriza a descrição de dada realidade a ser investigada, e as conclusões vão sendo estabelecidas no processo da pesquisa. E é com base nestes argumentos teóricos que reafirmo a opção pela abordagem qualitativa como referência epistemológica por ser a que melhor aborda o objeto de pesquisa deste estudo, ou seja, a Meta 5 do PNE/2014.

## 2.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, optou-se pelas fontes bibliográficas e documentais. Sobre a pesquisa bibliográfica, Severino (2007, p. 90) apresenta importantes esclarecimentos:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Devido à pesquisa bibliográfica depender do que já foi produzido em pesquisas anteriores, as fontes bibliográficas utilizadas nesta investigação são livros, periódicos e artigos publicados em meio físico e virtual que se relacionam com o objeto de pesquisa, como as dissertações “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: uma política vinculada ao campo acadêmico” (SANTOS, 2017) e “A implantação da Meta 5 do Plano Nacional de

Educação na rede municipal de São Paulo e o papel do planejamento na efetivação da política pública: um estudo de caso” (BARROS, 2017), bem como o aporte teórico que melhor tratasse acerca do Plano Estadual de Educação, origem do PNAIC e sobre alfabetização.

Em relação à pesquisa bibliográfica optamos pelos seguintes procedimentos:

1. busca por artigos sobre o tema desta pesquisa na biblioteca digital Scientific Electronic Library Online (SciELO)<sup>5</sup>, por esta conter um rico conjunto de periódicos científicos brasileiros;
2. preenchendo o campo de assunto com o termo “plano nacional de educação” como critério de pesquisa, foram encontrados 33 (trinta e três) resultados, e, devido à pequena quantidade, optou-se por não refinar a pesquisa, para que cada artigo pudesse ser analisado;
3. a eleição das obras ocorreu por intermédio da leitura atenta dos títulos, resumos e seus respectivos conteúdos, selecionando-se aqueles com maior conexão com o tema, objeto de pesquisa e objetivos, tendo como categorias analíticas: plano nacional de educação; políticas educacionais; direito à educação; desigualdades; federalismo; sistema nacional de educação; e educação básica;
4. foram selecionados treze artigos, a partir das categorias de pesquisa, os quais são apresentados no Quadro 4.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://scielo.org>.

Quadro 4 – Artigos na SciELO sobre o Plano Nacional de Educação

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>
BEISIEGEL, Celso de Rui	O plano nacional de educação	2009
BODIAO, Idevaldo da Silva	Reflexões sobre as Ações da Sociedade Civil na Construção do PNE 2014/2024	2016
CURY, Carlos Roberto Jamil	Por um novo Plano Nacional de Educação	2011
DOURADO, Luiz Fernandes	A Institucionalização do Sistema Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação: Proposições e Disputas	2018
DOURADO, Luiz Fernandes	Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica	2013
DOURADO, Luiz Fernandes	Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política	2009
GARCIA, Adir Valdemar; HILLESHEIM, Jaime	Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais	2017
LIMA, Marcelo; PACHECO, Zilka Sulamita Teixeira de Aguiar	As Políticas Públicas e o Direito à Educação: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego <i>versus</i> Plano Nacional de Educação	2017
SANTOS, Marilene	Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação	2018
SAVIANI, Dermeval	Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação	2010
SAVIANI, Dermeval	Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação	2010
SAVIANI, Dermeval	O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC	2007
XIMENES, Salomão Barros	O Conteúdo Jurídico do Princípio Constitucional da Garantia de Padrão de Qualidade do Ensino: uma contribuição desde a teoria dos direitos fundamentais	2014

Fonte: elaborado pela autora (2018).

A leitura dos artigos constantes no Quadro 4 possibilitou a identificação de autores que apresentam importantes contribuições de aprofundamento das categorias de análise. E o conteúdo encontrado será utilizado posteriormente na construção do aporte teórico desta dissertação.

Elegemos as obras de Saviani (2004, 2014, 2016), Dourado (2017) e Soares (1985), como as que trarão os principais aportes bibliográficos, embora haja outras complementares, para discutir sobre o PNE, considerando prioritariamente aquelas publicadas a partir do ano de 2014, devido à Lei 13.005, que aprovou o Plano.

Nos estudos sobre alfabetização, foram selecionadas as obras de Mortatti (2010), Soares (1985), Maciel (2014), dentre outras, na intenção de realizar análises sobre as concepções de alfabetização existentes nos documentos investigados.

Sobre a LDB e sobre políticas educacionais, serão referências de estudo as obras de Saviani (2016), Oliveira (2018), Cury, Horta e Brito (1997), Santos (2017) e Dourado (2017), a partir das quais se pretende construir bases teóricas acerca do objeto de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é essencial em estudos de caráter histórico e possibilita o acesso as informações a partir de bases secundárias e que somente podem ser reconhecidas por esse meio. Embora se saiba que todas as pesquisas requeiram revisão bibliográfica, Tozoni-Reis (2010, p. 128, grifo da autora) esclarece e diferencia:

A pesquisa bibliográfica tem como principal característica o fato de que a sua *fonte dos dados* é a bibliografia especializada. Todas as modalidades de pesquisa exigem uma revisão bibliográfica, uma busca de conhecimentos sobre os fenômenos investigados na bibliografia especializada, mas só a pesquisa bibliográfica tem como *campo de coleta de dados* a bibliografia.

Assim, o campo de coleta de dados da pesquisa bibliográfica será a bibliografia, e a produção de conhecimento exigirá do pesquisador: “[...] interpretação, produção de argumentações sobre o tema, resultados de seus estudos aprofundados do assunto, do tema e do problema [...]” (TOZONI-REIS, 2010, p. 132), configurando-se sua trajetória investigativa.

Neste trabalho, portanto, se realiza pesquisa bibliográfica tendo como base de orientação a obra *Redação Científica*, de Medeiros (2006), pela mesma apresentar subsídios adequados ao que se busca investigar. Sobre a pesquisa bibliográfica o autor esclarece:

Em primeiro lugar, cumpre destacar que a pesquisa se constitui num procedimento formal para a aquisição de conhecimento sobre a realidade. Exige pensamento reflexivo e tratamento científico. Não se resume na busca da verdade; aprofunda-se na procura de resposta para todos os porquês envolvidos pela pesquisa.

Utiliza, por isso, métodos científicos, reflexão sistemática, controle de variáveis, observação atenta dos fatos, estabelecimento de leis ou checagem de informações com o conhecimento já adquirido (MEDEIROS, 2006, p. 50).

A pesquisa bibliográfica exige, segundo Medeiros (2006, p. 51), pensamento reflexivo e tratamento científico. É interessante destacar que não se trata apenas da busca da verdade, pois realiza um aprofundamento “na procura de resposta” para todos os questionamentos propostos na pesquisa.

Ao tratar dos passos da pesquisa bibliográfica, o autor esclarece que “A pesquisa bibliográfica compreende: escolha do assunto, elaboração do plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação, redação” (MEDEIROS, 2006, p. 51).

Conforme descrito, a partir da pesquisa bibliográfica, houve tratamento da informação com análise e interpretação que posteriormente serviu para elaboração da redação do relatório de pesquisa. Importante ressaltar que “[...] No caso da pesquisa bibliográfica, a leitura



apresenta-se como a principal técnica, pois é através dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41) tanto quanto se pode “[...] verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência” (p. 41).

Para a coleta de dados, além da pesquisa bibliográfica, há ainda a pesquisa documental:

A pesquisa documental tem como principal característica o fato de que a fonte dos dados, o campo onde se procederá a coleta dos dados, é um documento (histórico, institucional, associativo, oficial etc.). Isto significa que a busca de informações (dados) sobre os fenômenos investigados é realizada nos documentos que exigem, para a produção de conhecimentos, uma análise, no caso, a documental. Por documentos, podemos entender, por exemplo, as normas jurídicas ou os documentos oficiais de políticas públicas. O Relatório Mundial da Infância (Unesco), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Pedagogia, a Agenda 21, a Carta de Salamanca, entre outros, são exemplos de documentos que instigam pesquisas em educação (TOZONI-REIS, 2010, p. 128).

Em relação à pesquisa documental, o estudo é realizado em normas jurídicas e documentos oficiais de políticas públicas, tais como a Constituição Federal de 1988, a LDB, o PNE/2001 e o PNE/2014, que possam contribuir para uma interpretação mais coerente com os objetivos deste trabalho.

## 2.2 A PESQUISA DOCUMENTAL

Tozoni-Reis (2010, p. 141) esclarece “que todo documento, ou simplesmente um texto, tem um volume grande de informações que nem sempre interessam ao tema em estudo [...]”, por isso, a análise de conteúdo de um documento tem como principal objetivo “[...] desvendar os sentidos aparentes ou ocultos, manifestos ou latentes, explícitos ou implícitos, de um texto, um documento, um discurso ou qualquer outro tipo de comunicação [...]”.

Na pesquisa documental, ao realizar a leitura atenta do PNE/2014, identifiquei que, de acordo com o artigo 8º, os estados, Distrito Federal e municípios deverão elaborar seus respectivos Planos de Educação, no prazo de um ano da publicação da lei, ou seja, até 26 de junho de 2015. No entanto, até o ano de 2018, eu não sabia, mesmo sendo professora da rede municipal, se o município de Marituba já havia cumprido com essa tarefa, e, nos diversos levantamentos que realizei, não se apresentava nenhum indicativo de que o município já dispunha de um Plano Municipal de Educação (PME) nos termos da lei.

A partir dessa constatação, realizei uma procura minuciosa sobre a existência ou não do PME de Marituba. Não foi tarefa fácil. Ainda que exista o site oficial da Câmara Municipal, onde constam as leis do município, houve a necessidade de uma “garimpagem” para localizar as leis relacionadas à Educação.

Há no site institucional da Câmara Municipal de Marituba leis que datam desde o ano de 1997, porém, foi necessário estabelecer um “parâmetro cronológico de publicação – para seleção das obras que comporão o universo a ser pesquisado, definindo o período a ser pesquisado” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41). Assim, foi definido como intervalo de tempo o período entre 2014 a 2018.

Pela importância da pesquisa, ampliou-se “o parâmetro temático – as obras relacionadas ao objeto de estudo, de acordo com os temas que lhe são correlatos” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41), e o que antes deveria ficar restrito ao PME foi direcionado para toda a legislação referente à educação municipal, mais especificamente, ao que tratasse sobre educação, alfabetização, e políticas educacionais.

Não se tratava de criar um juízo de valor sobre a dinâmica legislativa municipal de Marituba, mas, coletar dados documentais que contribuíssem para a interpretação do contexto jurídico municipal sobre políticas educacionais, principalmente, no que se refere à alfabetização de crianças nos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

Desse modo, organizamos os dados pesquisados por ano, com a identificação da lei municipal e sua respectiva ementa do período investigado para, em seguida, elaborar uma síntese do resultado obtido, conforme segue.

No ano de 2014, foram aprovadas 10 (dez) leis municipais, no entanto, somente uma faz referência à Educação, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Lei Municipal de Marituba que trata sobre Educação – 2014

<b>Lei do ano de 2014</b>	<b>Ementa</b>
Lei Municipal nº 301 de 25/09/2014	<i>Dá nova redação aos art. 4º e 5º, e acrescenta o § 2º ao art. 8º da Lei Municipal nº269, de 12 de março de 2012. – De autoria do Poder Executivo.</i>

Fonte: elaborado pela autora (2018).

A Lei nº 301 altera a Lei 269/2012 e lhe acrescenta um parágrafo, não ficando claro na ementa consultada do que se trata. A Lei nº 269, de 12 de março de 2012, por sua vez, cria o Conselho Municipal de Educação do Município de Marituba (COMEM), e, em seu artigo 1º, determina que:

[...] Fica criado o Conselho Municipal de Educação de Marituba, designado pela sigla COMEM, como órgão normativo, consultivo, propositivo, fiscalizador, deliberativo e de controle social, referente à educação no âmbito do sistema de ensino municipal, de acordo com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecidas na Lei 9394/96, Lei Orgânica do Município e legislações pertinentes (MARITUBA, 2012, art. 1º).

A lei citada, portanto, é bastante relevante para a Educação, pois, vem em consonância com a LDB, ao criar o Conselho Municipal de Educação. Em 2014, ocorreu uma alteração no art. 4º, que trata da composição paritária; art. 5º, que se refere à nomeação dos Conselheiros do COMEN; e o §2º do art. 8º, o qual apresenta exceção para a vedação à exoneração dos Conselheiros, quando estes forem indicados pelo Poder Executivo.

Na continuidade da pesquisa, identifiquei que, no ano de 2015, a Câmara Municipal de Marituba aprovou 25 (vinte e cinco) leis municipais, e, dentre essas, encontra-se a Lei nº 332/2015, que institui no currículo do Ensino Infantil e Fundamental do município de Marituba o ensino da Língua Inglesa; a Lei nº 311/2015, que institui o PME para o período de 2015 a 2025 – um dos documentos analisados nesta pesquisa –; e a Lei nº 309, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outras providências, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Leis Municipais de Marituba sobre Educação do ano de 2015

<b>Leis do ano de 2015</b>	<b>Ementa</b>
Lei Municipal nº 332 de 23/12/2015	Institui no currículo do Ensino Infantil Fundamental do Município de Marituba o ensino da língua inglesa, e dá outras providências. – De autoria do Poder Legislativo: Ver. Anderson Lima
Lei Municipal nº 311 de 24/06/2015	Institui o Plano Municipal de Educação – PME, para o período de 2015 à 2025, e dá outras providências.
Lei Municipal nº 309 de 27/03/2015	Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. – De autoria do Poder Executivo

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Ainda que tenha sido encontrada a lei municipal que instituiu o PME de Marituba, a pesquisa continuou, no intuito de identificar outras leis que tratassem de Educação ou que tivessem sido aprovadas para promover o suporte normativo ao PME.

Identificou-se que, no ano de 2016, houve a aprovação de 43 (quarenta e três) leis municipais, conforme o Quadro 7, e, embora as leis de número 374, 373, 371, 362, 356, 355, 354, 353, 347 e 346 de forma direta ou indireta tratem do tema Educação, a Lei nº 355, que,

conforme ementa, “Institui o Concurso de Soletração nas Escolas Públicas e Conveniadas de Marituba, de Ensino Fundamental” (MARITUBA, 2016), nos chamou especial atenção, pois, a princípio, demonstra estar relacionada com a alfabetização, e, por isso, foi considerada como fonte de pesquisa.

Quadro 7 – Leis Municipais de Marituba sobre Educação do ano de 2016

<b>Leis do ano de 2016</b>	<b>Ementa</b>
Lei Municipal nº 374 de 28/12/2016	Cria o Fundo Municipal de Educação – FME, e dá outras providências. – <b>De autoria do Poder Executivo</b>
Lei Municipal nº 373 de 28/12/2016	Aprova o Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes de Marituba para o período de 2016 à 2026, e dá outras providências. – <b>De autoria do Poder Executivo</b>
Lei Municipal nº 371 de 28/12/2016	Altera a redação do parágrafo único do art. 33, do inciso IV do art. 36, do § 2º do art. 151, do art. 170, alínea “a” do art. 171, todos da Lei nº302 de 23 de dezembro de 2014. – <b>De autoria do Poder Executivo</b>
Lei Municipal nº 362 de 27/07/2016	Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal Decenal de atendimento socioeducativo de Marituba, e dá outras providências.– <b>De autoria do Poder Executivo</b>
Lei Municipal nº 356 de 11/05/2016	Institui a meia entrada para professores, diretores escolares, vice diretores e coordenadores pedagógicos em estabelecimentos que promovam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural no Município de Marituba e dá outras providências. – <b>De autoria do Poder Legislativo: Ver.ª Professora Silvia</b>
Lei Municipal nº 355 de 11/05/2016	Institui o Concurso de Soletração nas Escolas Públicas e Conveniadas de Marituba, de Ensino Fundamental, e dá outras providências. – <b>De autoria do Poder Legislativo: Ver.ª Professora Silvia</b>
Lei Municipal nº 354 de 11/05/2016	Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Saúde Vocal e Auditiva dos professores da Rede Municipal de Ensino de Marituba. – <b>De autoria do Poder Legislativo: Ver.ª Professora Silvia</b>
Lei Municipal nº 353 de 11/05/2016	Dispõe sobre a garantia de aquisição de livros para alunos deficientes visuais domiciliados no Município de Marituba, e dá outras providências. – <b>De autoria do Poder Legislativo: Ver.ª Professora Silvia</b>
Lei Municipal nº 347 de 11/05/2016	Institui a Semana de Conscientização de Combate aos Crimes de Internet nas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Marituba, e dá outras providências. – <b>De autoria do Poder Legislativo: Ver. Pr. Ademir</b>
Lei Municipal nº 346 de 11/05/2016	Institui o Programa de Alimentação Diferenciada para crianças portadores de diabetes nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. – <b>De autoria do Poder Legislativo: Ver. Pr. Ademir</b>

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Na leitura atenta da Lei Municipal 355/2016, observou-se que esta é composta somente por quatro artigos. O primeiro artigo institui o Concurso Anual de Soletração no âmbito de escolas públicas e conveniadas.

No artigo 2º, é atribuída à SEMED tanto a organização como a premiação dos alunos vencedores. E, no §2º determina que o concurso será dividido em categorias, com a participação de alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental. O artigo 3º determina que o Poder Executivo deverá regulamentar a Lei, dentro do prazo de noventa dias, no que couber. O art. 4º trata da vigência da lei, que ocorre na data de sua publicação.

Observa-se que a Lei 355/2016 pareceu, a princípio, que estaria de alguma forma interligada ao PME em relação à alfabetização de crianças até o terceiro ano do Ensino Fundamental, porém, não é essa a função pretendida, tendo em vista que a mesma possui como foco alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

No ano de 2017, foram aprovadas 43 (quarenta e três) leis municipais, e se identificou que 10 (dez) delas fazem referência a algum tema intrínseco da educação municipal. Embora não se tenha identificado em nenhuma dessas leis como objetivo, em sua ementa, o PME ou a alfabetização de crianças até o 3º ano do Ensino Fundamental, nos chamou particular atenção a Lei nº 402, de 23 de novembro de 2017, que cria a Semana Municipal de Incentivo e Orientação ao Estudo e a Leitura, conforme Quadro 8.

Quadro 8 – Leis Municipais de Marituba sobre Educação do ano de 2017

<b>Leis do ano de 2017</b>	<b>Ementa</b>
Lei Municipal nº 407 de 23/11/2017	<b>Aprovada por Ato de Promulgação</b> <i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de orientação vocacional para os alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino, e dá outras providências. – De autoria do Poder Legislativo: Ver. Raimundo Carneiro</i>
Lei Municipal nº 404 de 23/11/2017	<b>Aprovada por Ato de Promulgação</b> <i>Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Marituba, o dia 10 de outubro como o Dia Municipal de Segurança nas Escolas, e dá outras providências. – De autoria do Poder Legislativo: Ver. Pr. Ademir</i>
Lei Municipal nº 403 de 23/11/2017	<b>Aprovada por Ato de Promulgação</b> <i>Dispõe sobre a realização de Seminário Antidrogas no início do ano letivo nas Escolas de Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. – De autoria do Poder Legislativo: Ver. Pr. Ademir</i>
Lei Municipal nº 402 de 23/11/2017	<b>Aprovada por Ato de Promulgação</b> <i>Institui a Semana Municipal de Incentivo e Orientação ao Estudo e a Leitura, a ser realizada, anualmente, na segunda semana de abril, e dá outras providências. – De autoria do Poder Legislativo: Ver. Pastor Ademir</i>
Lei Municipal nº 401 de 23/11/2017	<b>Aprovada por Ato de Promulgação</b> <i>Institui o Serviço Social Escolar na Rede Pública de Ensino no Município de Marituba, e dá outras providências. – De autoria do Poder Legislativo: Ver. Gilberto Souto</i>
Lei Municipal nº 397 de 03/10/2017	<i>Dispõe sobre o plantio de árvores frutíferas, em logradouros, praças públicas, parques e escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. – De autoria do Poder Legislativo: Ver. Pr. Ademir</i>
Lei Municipal nº 389 de 03/10/2017	<i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de incluir atividades com o tema “Ética e Cidadania” no contexto didático pedagógico nas Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Marituba, e dá outras providências. – De autoria do Poder Legislativo: Ver. Allan Besteiro</i>
Lei Municipal nº 386 de 05/09/2017	<i>Cria o Programa Construindo Valores, no âmbito das Escolas Municipais de Marituba. – De autoria do Poder Legislativo: Ver. Pr. Rodvaldo</i>
Lei Municipal nº 382 de 30/06/2017	<i>Institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho, Emprego e Renda – SEDETER, a Escola Municipal de Qualificação Profissional – EMQP. – De autoria do Poder Executivo</i>
Lei Municipal nº 376 de 24/02/2017	<i>Institui a Semana da Alimentação no Calendário Oficial da Rede Pública Municipal de Ensino de Marituba, Escolas de Ensino Infantil e Fundamental, e dá outras providências. – De autoria do Poder Executivo</i>

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Devido ao interesse despertado pela Lei 402/2017, realizou-se uma análise desta. A lei citada é composta por seis artigos, sendo que, no artigo 1º, é instituído no município de Marituba a Semana Municipal de Incentivo e Orientação ao Estudo e à Leitura, a ser realizada, anualmente, na segunda semana de abril.

O art. 2º é o que se reveste de maior importância para compreensão da proposta que a lei apresenta, pois define que a Semana Municipal de Incentivo e Orientação ao Estudo e à Leitura possui como objetivo a publicação de textos de orientação e incentivo ao estudo e à leitura, assim como a realização das mais variadas atividades de motivação, como palestras, simpósios, *shows*, concursos, gincanas, atividades lúdicas e outras correlatas.

Não se observa na lei, de forma explícita, a correlação das atividades de incentivo e orientação ao estudo e à leitura com o PME, e nem de forma específica com a alfabetização de crianças. Tendo que silencia em aspectos importantes, como de que forma as escolas da rede municipal participarão, se há uma obrigatoriedade ou será uma adesão voluntária, não há como concluir, apenas com a leitura da lei, de que maneira esta ação poderá contribuir para o alcance da Meta 5 do PNE.

No ano 2018, foram aprovadas 11 (onze) leis municipais, no entanto, dentre estas, não há nenhuma que faça referência direta à Educação, ao PME, alfabetização ou política municipal de educação.

Após a coleta de dados na Câmara Municipal de Marituba, procedeu-se à análise preliminar do documento do PME, identificado no levantamento. Os documentos legais ora apresentados serão minuciosamente analisados no desenvolvimento desta pesquisa.

A importância do uso de documentos na pesquisa se ressalta pois “A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 2), e, portanto, nesta pesquisa, seu uso é primordial, visto que “[...] possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (p. 2).

A análise documental envolve etapas, as quais Cellard (2008, p. 299) chama de “cinco dimensões”, e é com base em sua obra que a análise dos documentos até aqui descritos será observada. A primeira dimensão é o contexto, pois o “exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental [...]” (p. 299).

A partir da análise do contexto em que o documento foi produzido, será possível considerar aspectos sociais, políticos, culturais, dentre outros elementos, que de alguma forma interferiram ou deram contribuições para que o documento investigado fosse criado, e, assim, “[...] o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma, da organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos [...]” (CELLARD, 2008, p. 299).

A segunda dimensão é o autor ou os autores, pois, é essencial se conhecer a respeito de quem produziu o documento, suas intenções, suas motivações e se é em nome próprio que se manifesta ou de outrem.

É muito mais fácil dar a entender que é a “sociedade” ou o “Estado” que se exprime por meio de uma documentação qualquer. Elucidar a identidade do

autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade de um texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobrevir na reconstituição de um acontecimento (CELLARD, 2008, p. 300).

Os documentos aqui identificados, por exemplo, podem ter sido elaborados a partir de uma dada concepção que uma análise criteriosa poderá identificar, e, dessa forma, será possível realizar uma interpretação que possa ir além do aparente.

A terceira dimensão se refere à autenticidade e à confiabilidade do texto, o que remete à origem do documento, à qualidade e ao tempo de sua criação (CELLARD, 2008).

A quarta dimensão é a natureza do texto, pois, a depender do tipo do texto, a forma de expressão será diferente. Portanto, “deve-se levar em consideração a natureza de um texto, ou seu suporte, antes de tirar conclusões” (CELLARD, 2008, p. 302). Assim, não se pode esperar que textos de naturezas diferentes se manifestem com características iguais:

Efetivamente, a abertura do autor, os subentendidos, a estrutura de um texto podem variar enormemente, conforme o contexto no qual ele é redigido. É o caso, entre outros, de documentos de natureza teológica, médica, ou jurídica, que são estruturados de forma diferente e só adquirem um sentido para o leitor em função de seu grau de iniciação no contexto particular de sua produção (p. 302).

A quinta e última dimensão se refere aos conceitos-chave e à lógica interna do texto. É imprescindível uma leitura clara e compreensiva do documento, buscando-se entender adequadamente os termos utilizados.

Delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos é, aliás, uma precaução totalmente pertinente no caso de documentos mais recentes nos quais, por exemplo, utiliza-se um “jargão” profissional específico, ou nos que contêm regionalismos, gíria própria a meios particulares, linguagem popular, etc. Deve-se também prestar atenção aos conceitos-chave presentes em um texto e avaliar sua importância e seu sentido, segundo o contexto preciso em que eles são empregados. Finalmente, é útil examinar a lógica interna, o esquema ou o plano do texto: Como um argumento se desenvolveu? Quais são as partes principais da argumentação? etc. Essa contextualização pode ser, efetivamente, um poderoso apoio, quando, por exemplo, comparam-se vários documentos da mesma natureza (CELLARD, 2008, p. 303).

Essas cinco etapas foram observadas nas análises dos documentos coletados nesta pesquisa, pois, se trata de um estudo científico sério e confiável onde se pretende contribuir para desdobramentos de outras pesquisas no campo da Educação, contribuindo-se para o crescimento da pesquisa científica brasileira.



O que é produzido pela pesquisa científica no meio acadêmico deve refletir em diretrizes que enriqueçam as discussões, na proposta de fortalecimento das relações que devem estreitar-se entre o meio acadêmico e o cotidiano escolar da Educação Básica, pois este é um desafio que deve estar na pauta das políticas educacionais.

### 2.3 A PESQUISA DE CAMPO

No exame de qualificação, os referenciais, junto com os documentos, se mostraram, segundo os membros da banca examinadora, insuficientes para responder ao problema de pesquisa: “As ações realizadas pelo município de Marituba estão contribuindo para que a implementação da meta nº 5 do PNE/2014 ocorra no prazo previsto?” A orientação era a de que se buscasse meios para contribuir com a pesquisa em andamento, o que poderia ser feito por meio da pesquisa de campo.

Desta feita, a pesquisa de campo<sup>6</sup> que compõe este estudo acadêmico foi realizada no município de Marituba, PA, no período de agosto a dezembro de 2019, com aplicação de três questionários. O primeiro foi direcionado à Secretária de Educação do município; o segundo, direcionado aos gestores escolares; e o terceiro foi direcionado aos professores em docência no ano de 2019 nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede municipal de Marituba. Inicialmente, se pensou em alcançar 10% do total de escolas municipais, porém, foi possível ampliar esse valor para 17,65%.

É oportuno registrar que, em diversos momentos, encontramos barreiras e dificuldades para a realização desta pesquisa, gerando, inclusive, desestímulo para a continuidade da pesquisa de campo, os quais citamos: a falta de “acesso” à Secretária Municipal de Educação; a dificuldade de tempo apresentada pelos professores; o desconhecimento de alguns gestores sobre informações das escolas; o preenchimento de um dos questionários a lápis; o preenchimento incompleto de questionários; e, ainda, a não participação de três professores na pesquisa, no entanto, a importância dessa pesquisa serviu de motivação para continuidade e conclusão.

O questionário apresentado à Secretária de Educação foi composto de perguntas distribuídas em quatro blocos: o primeiro bloco diz respeito a questões demográficas e de formação; o segundo bloco diz respeito a dados educacionais quantitativos do município de

---

<sup>6</sup> A fim de coletar dados quantitativos que posteriormente receberam tratamento qualitativo; os questionários aplicados foram dos tipos abertos e fechados, pois, são os que melhor atendem à demanda dessa pesquisa.

Marituba; o terceiro bloco busca informações sobre a alfabetização de crianças no município; e o quarto bloco visa informações sobre ações do município em relação ao PNE e o PME.

As informações apresentadas pela Secretaria de Educação, por intermédio da sua representante, se revestiram grande importância nesse estudo, pois, a partir dessas informações oficiais, foi possível estabelecer melhor compreensão das respostas apresentadas pelos professores pesquisados.

#### 2.4 AS ESCOLAS ONDE SE REALIZOU AS PESQUISAS

Em relação aos gestores<sup>7</sup>, foram aplicados questionários em nove escolas, escolhidas de forma aleatória, localizadas em diferentes bairros da área urbana de Marituba, perfazendo o percentual de 17,65% de escolas pesquisadas em relação ao total de 51 escolas de Ensino Fundamental, séries iniciais, que ofertam turmas do 1º ao 3º, da Rede Municipal de Ensino.

O questionário aplicado foi composto por oito itens: identificação da escola; endereço da escola; data de fundação; tipo de escola (municipal ou convênio); número de alunos matriculados em 2019; turnos de funcionamento da escola; quantitativo de turmas do Ensino Fundamental, incluindo séries iniciais e finais, e turnos de funcionamento das turmas de séries iniciais; e presença de pessoas na função de coordenação pedagógica.

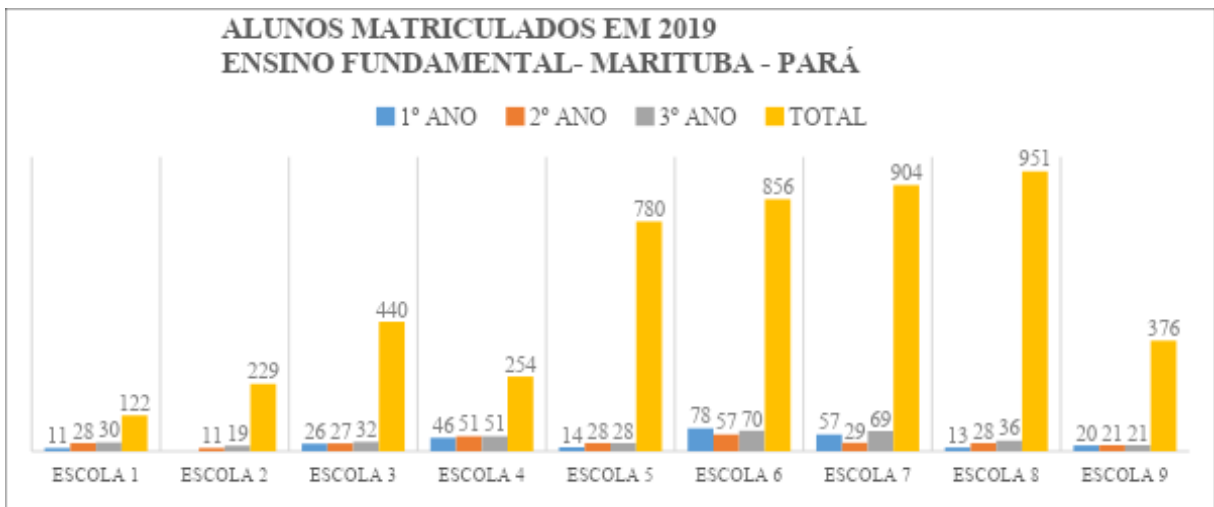
Em todas as escolas pesquisadas, os questionários foram devidamente preenchidos, no entanto, em alguns casos, esse preenchimento foi realizado por um auxiliar de secretaria ou secretária escolar e posteriormente assinados pelos gestores das escolas, com zelo e cuidado. E em todas as ocasiões os questionários foram, após o primeiro contato e as devidas apresentações, explicações e orientações, deixados na escola para serem recolhidos em prazos posteriores que variaram entre um dia a uma semana.

Da análise dos questionários aplicados junto às direções das escolas, foi possível constituir um perfil das escolas que ofertam turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, obtendo-se os seguintes resultados apresentados no Gráfico 1.

---

<sup>7</sup> O questionário foi aplicado com gestores escolares com o propósito de se obter informações que auxiliassem a construir um perfil das escolas onde os professores exercem a docência.

Gráfico 1 – Alunos matriculados – Valores totais de cada escola e valores nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental – 2019

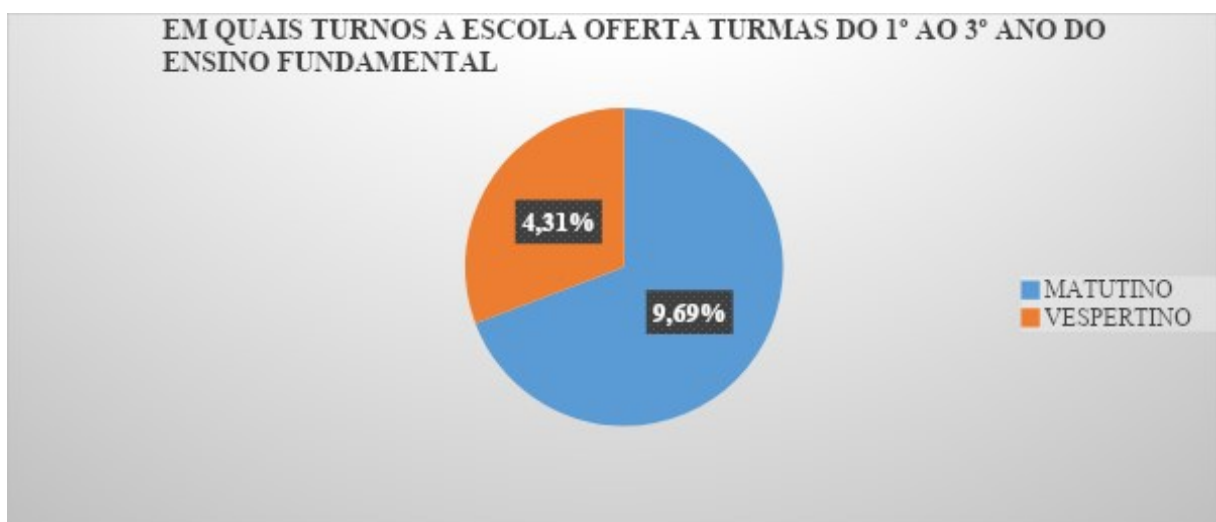


Fonte: elaborado pela autora (2020).

O gráfico apresenta o total de alunos matriculados nas escolas do Ensino Fundamental pesquisadas e, em valores menores, os quantitativos de alunos matriculados nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. Para análise dos dados coletados, foi estabelecido uma organização das escolas, numerando-as na ordem de 1 a 9.

Em relação aos turnos em que a escola oferta turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, se obteve os seguintes dados apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Turnos com oferta de turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental – 2019



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Conforme é possível observar no gráfico, a maioria das escolas pesquisadas (69%) oferta matrículas no turno matutino e somente 31%, no turno vespertino.

Quanto à presença de coordenação pedagógica, conforme as respostas apresentadas, todas as escolas possuem no mínimo uma pessoa que exerce a função de coordenação pedagógica. E em relação à infraestrutura física, todas as escolas visitadas apresentam boa estrutura física, em alvenaria, com mais de uma sala de aula, copa/cozinha, sala de secretaria, diretoria e espaço onde funciona o refeitório; em algumas, foi identificada pouca luminosidade dentro da sala de aula e salas pouco espaçosas.

## 2.5 OS PROFESSORES PARTICIPANTES DA PESQUISA

Em relação aos professores, o questionário foi direcionado, como já referido, aos que exercem a docência nas turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental em escolas da rede municipal de Marituba. Embora todos os professores das escolas visitadas tenham recebido questionários, houve 4 (quatro) abstenções e participação de 33 (trinta e três) professores, conforme o quadro abaixo.

Quadro 9 – Quantitativo de professores participantes da pesquisa e abstenções

ESCOLA	LOTADOS	ABSTENÇÕES	PARTICIPANTES
1	3	0	3
2	2	0	2
3	3	0	3
4	6	1	5
5	3	0	3
6	7	2	5
7	7	1	6
8	3	0	3
9	3	0	3
TOTAL	37	4	33

Fonte: elaborado pela autora (2020).

O município de Marituba, de acordo com a SEMED, possui 433 professores lotados nas séries iniciais do Ensino Fundamental; esta pesquisa, portanto, foi realizada com o percentual de 7,62% da totalidade desses professores.

O questionário aplicado junto aos professores é composto de quatro blocos de questões, separados por temas: o primeiro bloco enfoca questões relacionadas à identificação dos professores; o segundo bloco se refere à alfabetização de crianças; o terceiro bloco apresenta questões relacionadas ao PNE, PME e PNAIC; e o último bloco levanta questões sobre Jornadas Pedagógicas e formações relacionadas à alfabetização.

Com exceção de duas escolas, onde os diretores insistiram em entregar e recolher os questionários junto aos professores, nas demais, os questionários foram entregues diretamente aos professores e recolhidos em prazos entre um e dez dias. Todos os professores participantes da pesquisa se apresentaram solícitos e atenciosos, embora muitos dos professores com vínculos “temporários” tenham demonstrado receio em participar da pesquisa e, de algum modo, comprometerem seus vínculos funcionais, apesar dos esclarecimentos sobre o tratamento das informações ser feito de maneira que os participantes não teriam suas identidades associadas às respectivas respostas.

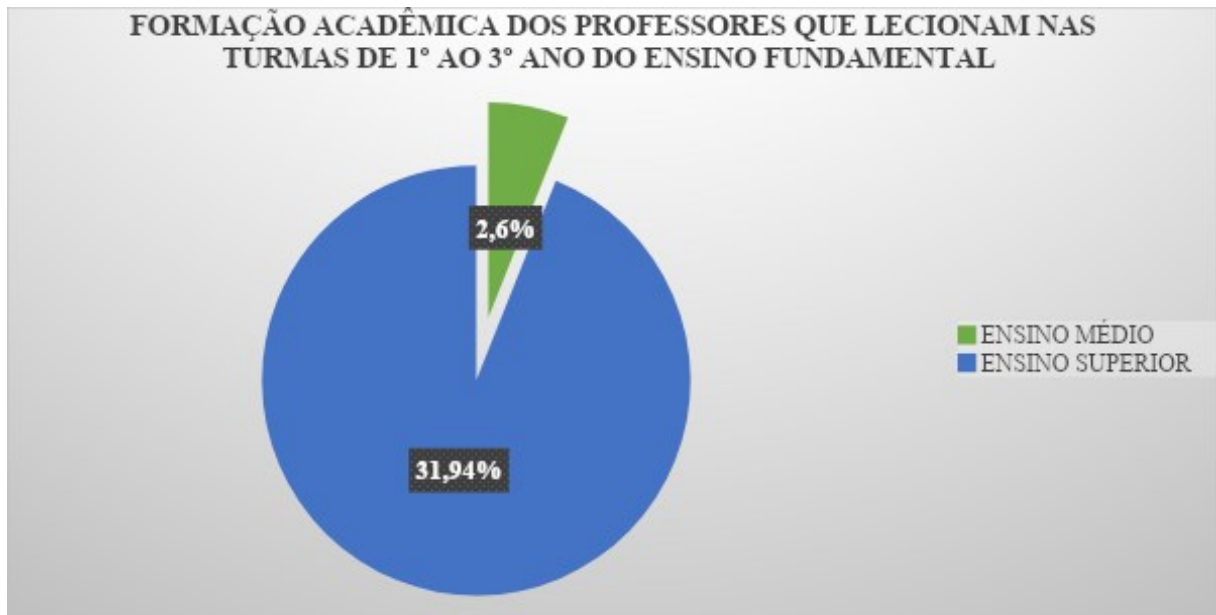
Importante esclarecer, também, que, dos 33 participantes da pesquisa, 94% são do sexo feminino, tendo-se, portanto, somente dois professores do sexo masculino no exercício da docência nas turmas pesquisadas.

Para analisar e apresentar os dados levantados na pesquisa, cada professor foi identificado apenas pelo número da escola a que pertence e foi associado a uma letra do alfabeto, precedido da abreviação PROF.

A partir das informações colhidas no questionário aplicado aos professores, foi possível construir um perfil dos participantes.

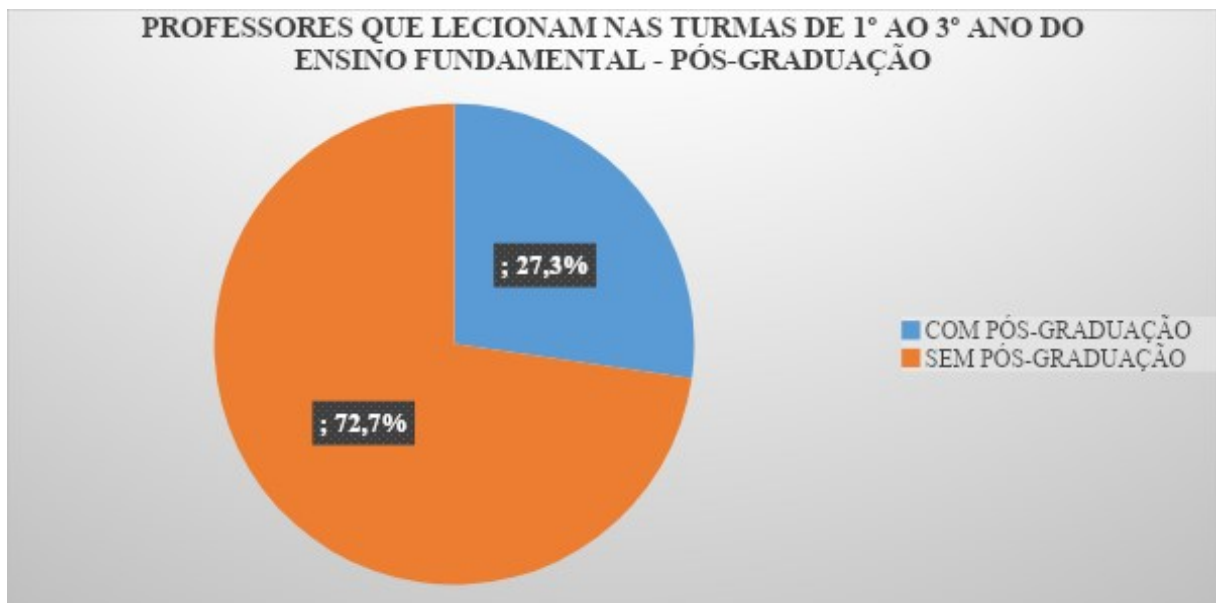
Em relação à formação escolar e acadêmica, nota-se que 94% dos professores pesquisados possuem Ensino Superior, no entanto, ainda há 6% que possuem somente o Ensino Médio. E, em relação aos professores que possuem Ensino Superior, se identificou que somente 27,3% dos professores participantes da pesquisa possuem pós-graduação, conforme os gráficos 4 e 5.

Gráfico 3 – Formação escolar e acadêmica



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Gráfico 4 – Formação em nível de pós-graduação

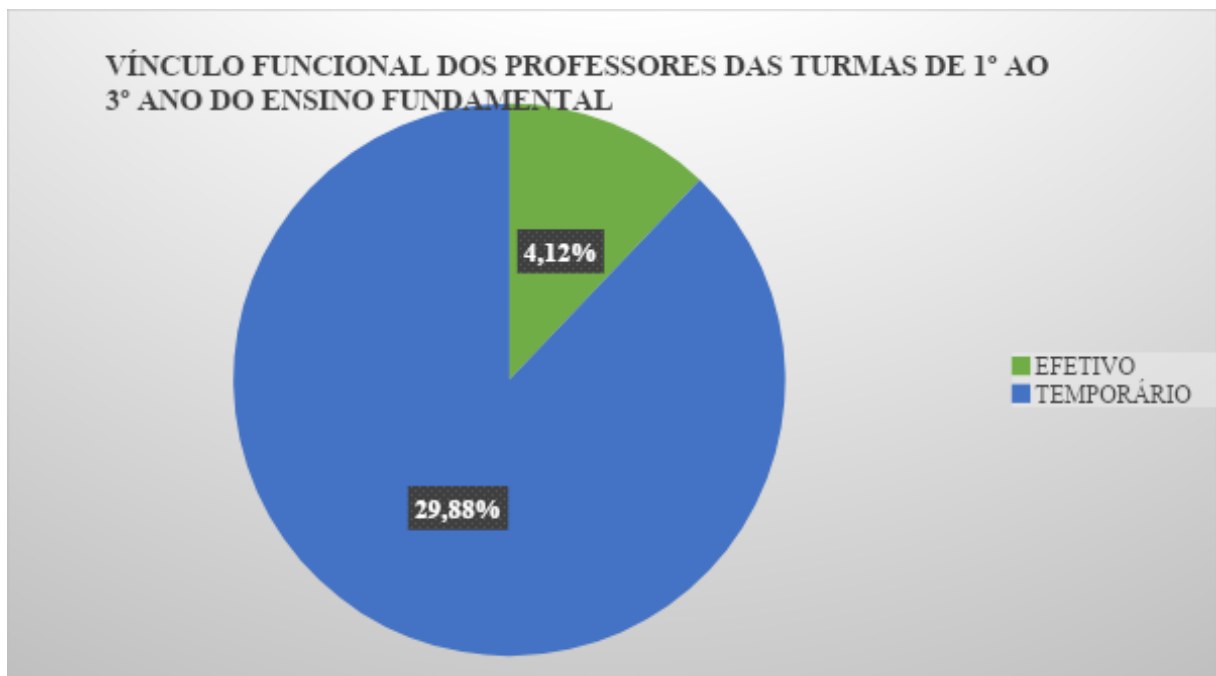


Fonte: elaborado pela autora (2020).

Ressalte-se que, dos professores com pós-graduação, nenhum possui curso de doutorado ou mestrado. Ou seja, os 9 (nove) professores com pós-graduação possuem somente especialização, sendo 3 (três) em Educação Inclusiva; 3 (três) em Gestão Escolar; 2 (duas) em Psicopedagogia; e 1 (uma) em Gestão e Responsabilidade Social. Portanto, nenhum dos professores que exercem docência nas turmas de 1º ao 3º, denominado no PNAIC como ciclo de alfabetização, possuem pós-graduação em alfabetização e letramento.

Quanto ao tipo de vínculo funcional, dos professores participantes da pesquisa, somente 12% possuem vínculo efetivo, e 88% de professores possuem vínculo temporário. Esse resultado, embora em menor escala, corresponde em certa medida ao informado pela SEMED Marituba, segundo a qual, dos 433 professores lotados no município nas séries iniciais do Ensino Fundamental, somente 59 professores são concursados, e os 373 possuem vínculo temporário com a prefeitura. Assim sendo, dos 59 professores concursados, 4 (quatro) estão lotados nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, conforme se demonstra no gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Tipo de vínculo dos professores participantes



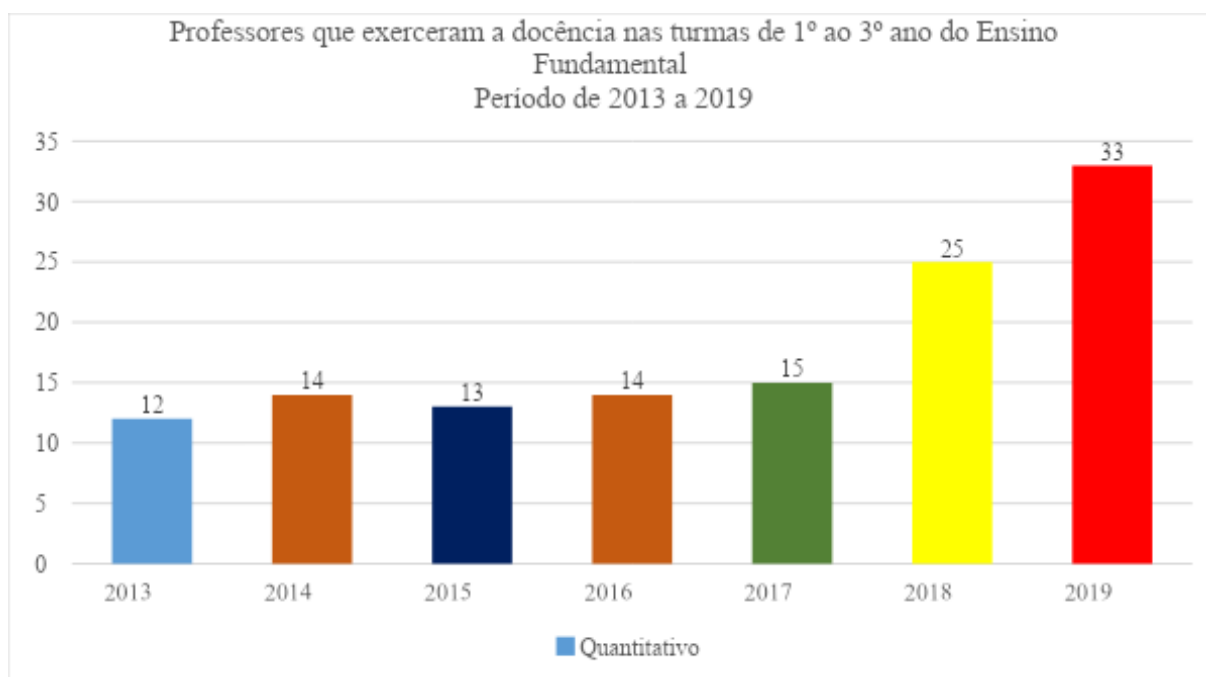
Fonte: elaborado pela autora (2020).

Outro aspecto que merece destaque diz respeito ao tempo de serviço informado pelos professores participantes da pesquisa: embora 88% dos professores tenha vínculo temporário, 31 professores informaram trabalhar no município por um tempo superior a quatro anos; 1 (um) professor informou o tempo entre dois e quatro anos; e somente 1 (um) professor informou o período entre um e dois anos de trabalho no município.

Na questão cinco do questionário, se procurou saber: “Em quais anos você trabalhou como docente nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental no município de Marituba?”. Nos resultados, apresenta-se o período de 2013 a 2019 e a maioria dos participantes esclareceu que o tempo que trabalhou no município de Marituba não se deu somente nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, e que esse período foi composto de admissões e distratos

funcionais, devido à condição de vínculo temporário. E para melhor esclarecer a situação que ocorre em relação à rotatividade dos professores nas turmas do ciclo de alfabetização, os dados foram organizados no Gráfico 7.

Gráfico 6 – Tempo de serviço no município de Marituba e tempo de docência nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Na observação do gráfico, é possível perceber que, embora 31 professores tenham informado que trabalham no município por tempo superior a quatro anos, nos anos anteriores a 2019, esse quantitativo não foi atingido. Isso pode indicar que há grande rotatividade na lotação dos professores nas turmas de 1º ao 3º ano, o que pode ser causado pela existência de grande número de vínculos temporários dos professores no município de Marituba, constituindo-se em uma longa trajetória de admissões e distratos, e/ou ainda, a ausência de uma política de lotação adotada pela Secretaria de Educação onde sejam priorizadas as turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental para os professores que já participaram das formações ofertadas pelo município para esse atendimento. Em uma análise, é possível inferir que essa rotatividade compromete os resultados de ações que pretendam implementar a Meta 5 do PNE sobre alfabetização no município.

Outro fator que chamou atenção durante a realização da pesquisa com os professores em exercício nas turmas do 1º ao 3º ano em 2019 tem relação às suas falas, pois, houve a constante presença de relatos marcados por desencanto com a profissão, condições de trabalho



e sobrecarga de atividades administrativas por uma demanda gerada pela Secretaria de Educação.

Nos relatos apresentados, foi informado que os professores não possuem hora atividade incluída em sua jornada de trabalho e que, por isso, precisam comprometer o tempo de convívio familiar ou de lazer para conseguir atender a todas as demandas que se apresentam, tais como pareceres, relatórios e aplicação e correção de instrumentos avaliativos.

Outro fator interessante a ser aqui compartilhado diz respeito às expectativas dos professores pesquisados em relação a esse trabalho acadêmico, pois a maioria entendeu esse momento com muita esperança e expectativas de mudanças, o que faz com que esse trabalho aumente seu nível de importância por dar voz a esses professores e, para quem sabe, esses registros possam vir a contribuir para a tomada de medidas que reflitam mudanças e melhores resultados na educação do município.

Embora as formações sobre alfabetização tenham constituído um item específico do questionário aplicado aos professores, esse item gerou confusão em quase todos os professores participantes nas formações do PNAIC, que assimilam ambas como sendo a mesma coisa.

Houve, ainda, referência pela Secretaria de Educação ao projeto Aprova Marituba, que seria uma formação com carga horária de 16h para os professores; no entanto, devido à sua reduzida carga horária e pouca referência a este por parte dos professores, não será considerado nesta pesquisa.

Após a realização da pesquisa de campo, com a aplicação dos questionários e em seguida a sua análise, foi feita a triangulação com o referencial teórico e mais os dados levantados em documentos, e, então, elaborou-se o relatório de pesquisa que em capítulos seguintes é discutido.

### 3 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Esta seção trata do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei 13.005/2014, e está estruturada com os seguintes tópicos: Histórico do Plano Nacional de Educação; o Plano Nacional de Educação de 1962; o Plano Nacional de Educação de 2001, o Plano Nacional de Educação de 2014; e a Meta 5 do Plano Nacional de Educação e a alfabetização de crianças.

Muito embora a temática estudada nessa pesquisa seja sobre o Plano Nacional de Educação, em vigência, PNE/2014, não se pode ignorar que ele resulta de uma sequência de fatos históricos que contribuíram sobremaneira para sua configuração atual.

É indispensável conhecer os elementos constitutivos da trajetória que há muito tempo se manifesta no contexto político, econômico, educacional, social e jurídico brasileiro marcada por lutas, participação de educadores e tensões no cenário nacional e internacional.

A política educacional, que se insere no âmbito da política social, encontra amparo legal na Constituição Federal brasileira, que se especifica na LDB. O PNE, portanto, é mecanismo adotado para estruturar o sistema de ensino brasileiro, a partir de metas e estratégias, vinculadas a princípios adotados nas normas legais. Dessa forma,

[...] sua importância deriva de seu caráter global, abrangente de todos os aspectos concernentes à organização da educação nacional, e de seu caráter operacional, já que implica a definição de ações, definidas em metas a serem atingidas em prazos determinados dentro do limite global de tempo abrangido pelo plano que a própria LDB definiu para um período de dez anos (SAVIANI, 2004, p. 3).

O PNE, portanto, a partir da sua estrutura, apresenta-se como instrumento orientador para a materialização da política educacional a nortear as ações dos entes federados, em um estado democrático de direito.

A compreensão sobre a função do PNE, assim como sobre seus objetivos, já foi objeto de muitas discussões no cenário brasileiro, por isso, o conhecimento do seu histórico reveste-se de singular importância.

A dissertação de Santos (2017, p. 37) apresenta análises sobre o PNAIC, objetivando “[...] compreender os motivos que levam uma política de alfabetização a ser substituída por outra [...]” e “[...] compreender as relações acadêmicas existentes com o PNAIC, de modo que disseminem uma formação de professores baseados em uma única epistemologia de alfabetização”.

A implantação da Meta 5 do PNE na rede municipal de São Paulo e o papel do planejamento na efetivação da política pública são objetos da dissertação de Barros (2017, p. 19), a qual objetiva “conhecer os mecanismos de planejamento utilizados na organização da implantação da Meta 5, do PNE 2014/2024”, além do âmbito federal, também, “na rede municipal da cidade de São Paulo, pela Secretaria Municipal de Educação e pelas duas escolas pesquisadas e analisar como os elementos constitutivos do Pacto se desenvolveram”.

A dissertação “O Plano Nacional de Educação e o papel dos municípios na universalização da Educação Básica no Brasil” analisa a relação entre o PNE/2014 e os municípios brasileiros, tendo como objetivo geral “delinear os desafios que o PNE estabelece aos municípios brasileiros no contexto do Estado capitalista, do federalismo e da universalização da educação básica enquanto direito social” (MAZZIONI, 2016, p. 11).

E, por último, a dissertação “A gestão democrática nos Planos Municipais de Educação no Rio Grande do Sul: evidências, interpretações e contradições” (LAUER, 2016) se propõe a uma análise dos meandros da gestão democrática em planos municipais de educação e investiga “[...] como foi narrada a gestão democrática nos planos municipais de educação, *na forma da lei*” (p. 8, grifo da autora). Utiliza como método de coleta a “[...] revisão bibliográfica e trabalho empírico” (p. 8), propondo-se a “[...] trazer à tona as evidências, interpretações e contradições dos planos municipais de educação, perfazendo comparativos frente ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação” (resumo).

O estudo dessas dissertações contribuiu para reflexões sobre a importância do Plano Nacional de Educação para a Educação Básica brasileira e sobre a necessidade da adoção de instrumentos que ajudem a viabilizar a sua efetivação.

Somente em duas dessas dissertações encontrei uma abordagem teórica mais direcionada à Meta 5 do PNE, o que aponta para uma carência de estudos acerca do tema, com pouca produção acadêmica, apesar da sua importância na educação de um modo geral.

### 3.1 HISTÓRICO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Aqui serão apresentadas discussões acerca do histórico do PNE, e, por isso, procura-se destacar alguns fatos que antecederam o seu surgimento no contexto político educacional brasileiro.

A preocupação com a elaboração de um plano nacional de educação não é recente, de acordo com Saviani (2004, p. 73): “a ideia de plano no âmbito educacional remonta a década de 1930”, com o Manifesto dos Pioneiros.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi publicado em 19 de março de 1932, em diversos jornais do Brasil, sob o título “A reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo”, onde enfatizava a necessidade de um plano:

No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, **sem unidade de plano e sem espírito de continuidade**, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentado e desarticulado. A situação atual, criada pela sucessão periódica de reformas parciais e frequentemente arbitrárias, lançadas sem solidez econômica e sem uma visão global do problema, em todos seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construções isoladas, algumas já em ruína, outras abandonadas em seus alicerces, e as melhores, ainda não em termos de serem despojadas de seus andaimes [...] (O MANIFESTO..., 1932, sem paginação, grifo nosso).

O Manifesto dos Pioneiros, documento assinado por um grupo de vinte e seis educadores e intelectuais do movimento da Escola Nova, apresenta uma análise do contexto educacional brasileiro, apresenta sugestões e observa a ausência de uma unidade de plano para redimensionar a educação brasileira, e que a as diversas reformas ocorridas no campo da educação não puderam suprir toda a necessidade de soluções na problemática educacional, pois apresentaram-se isoladas e sem a necessária visão de conjunto.

Saviani (2004), nas suas análises sobre o Manifesto, afirma que “a ideia de plano de educação se aproxima, aí, da ideia de sistema educacional” configurado por uma “organização lógica, coerente e eficaz do conjunto das atividades educativas levadas a efeito numa sociedade determinada ou, mais especificamente, num determinado país” (SAVIANI, 2004, p. 73)

Cury, Horta e Brito (1997, p. 140) apontam outro elemento, também, muito importante que foi a “[...] V Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE) e realizada em Niterói, em dezembro de 1932”. Nesse evento, “foram aprovados dois documentos: um anteprojeto do capítulo sobre Educação para a nova Constituição, a ser encaminhado à futura Assembléia Nacional Constituinte, e um esboço de um Plano Nacional de Educação”.

No percurso histórico analisado, a partir de Saviani (2004, 2014), é possível observar que, após referência trazida pelo Manifesto dos Pioneiros em Educação, a ideia de um plano manifestou-se em diversos documentos, e embora nem sempre sob a mesma concepção inicial, diversos instrumentos foram adotados para essa concretização.

Para melhor organização e abordagem, dividiu-se o histórico em dois quadros, divididos em dois períodos. O primeiro, de 1932 a 1937, está contido no Quadro 9.

Quadro 10 – Histórico do PNE – 1932 a 1937

<b>Datas</b>	<b>Documento/Ação</b>
1932	Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova
16/07/1934	Constituição Brasileira
1936	Reorganização do Conselho Nacional de Educação
11/02/1937	Instalação do Conselho Nacional de Educação
17/05/1937	Elaboração do Plano Nacional de Educação é enviado ao Ministro Gustavo Capanema

Fonte: adaptado de Saviani (2004).

De acordo com o Quadro 9, a Constituição Federal denominada Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, na segunda República, trouxe a previsão constitucional para elaboração de um plano. Na alínea a do art. 150, previa como competência da União: “[...] fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País” (BRASIL, 1934, sem paginação). E, ainda, no art. 152, definia a competência para o Conselho Nacional de Educação de elaboração do plano nacional de educação “para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais” (BRASIL, 1934, sem paginação).

Em 1936, houve a reorganização Conselho Nacional de Educação, nos termos da Constituição Federal, e em 1937 houve sua instalação para assumirem a tarefa de elaboração do plano, sob orientação do ministro Gustavo Capanema (SAVIANI, 2004, p. 74).

O plano elaborado pelo Conselho Nacional de Educação em 1937 não foi levado adiante, devido à instalação do Estado Novo. Importante frisar que, diferentemente da ideia inicial de plano, apresentada no Manifesto dos Pioneiros, “para Getúlio Vargas e Gustavo Capanema o plano convertia-se em instrumento destinado a revestir de racionalidade o controle político-ideológico exercido através da política educacional” (SAVIANI, 2004, p. 74).

No Quadro 10, está organizado o período que inicia com a Constituição Federal de 1946 até o ano de 2001.

Quadro 11 – Histórico do PNE – 1946 a 2001

<b>Datas</b>	<b>Documento/Ação</b>
1946	Constituição Federal
1961	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
1962	Conselho Federal de Educação elaborou um documento
1971	Lei 5.692
1986-1989	I Plano Nacional de Desenvolvimento
1988	Constituição Federal
1993	Plano Decenal de Educação para Todos
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
2001	Plano Nacional de Educação Vigência decenal

Fonte: adaptado de Saviani (2004, 2014).

Observa-se no Quadro 10 que a Constituição Federal de 1946 também incorpora a ideia de plano, fato que se repetiu nas Constituições subsequentes. Nesta Constituição Federal, no art. 169, define-se o aporte financeiro a ser aplicado anualmente, pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

A LDB de 20 de dezembro de 1961 encaminha-se, também, no mesmo sentido, principalmente no § 2º, do art. 92 e art. 93, que tratam respectivamente da elaboração de um plano de educação para cada fundo, pelo Conselho Federal de Educação; e determinação da aplicação dos recursos previstos na Constituição Federal, definindo parâmetros para sua aplicação (BRASIL, 1961).

O Conselho Federal de Educação elaborou um documento, em 1962, constituído de duas partes, sendo a primeira referente a metas para um PNE, e a segunda parte estabelecia normas para aplicação de recursos para o Ensino Primário, Ensino Médio e Ensino Superior. E, em 1971, a Lei 5.692 determina que ao governo federal caberá o estabelecimento e execução de planos nacionais (SAVIANI, 2004, p. 76).

No período de 1986 a 1989, se institui o I Plano Nacional de Desenvolvimento, da “Nova República”. Embora houvesse a previsão legal para distribuição dos recursos entre os entes federados, nesse período, houve a prevalência de um fenômeno denominado “clientelismo”, o que gerou uma distribuição desigual de recursos, contribuindo fortemente para o aumento das desigualdades regionais brasileiras.

Em 1988, a Constituição Federal brasileira, no art. 214, prevê a instituição do Plano Nacional de Educação com duração decenal, cujo objetivo é articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração, corroborando princípios a serem alcançados. Em 1993, é criado o Plano Decenal de Educação para Todos, que, no entanto, direcionava-se somente ao Ensino Fundamental.

A LDB vem, por fim, em 1996, reafirmar as diretrizes constitucionais acerca do PNE, e no § 1º, art. 87, determina que a União, no prazo de um ano da publicação da Lei, encaminhe ao Congresso o Plano Nacional de Educação em conformidade com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Desta feita, o primeiro Plano Nacional de Educação surge no contexto educacional brasileiro, mediante uma trajetória peculiar e que influenciou bastante para sua concretização, conforme será tratado mais adiante.

### 3.2 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 1962

O Plano Nacional de Educação proposto por Anísio Teixeira pretendia fortalecer elementos da cultura local com vistas ao seu reconhecimento nacional, conforme a seguir se esclarece:

Como relator das bases para o PNE Anísio situa a educação pública como meio de equalizar, nacionalmente, a apropriação do saber universal, no mesmo movimento em que valoriza a cultura regional, colocada como epicentro de um processo educativo que vai do “local” para o nacional. É este, pois, o fundamento do princípio descentralizador do Plano de educação anísiano. É assim que “mira” o sertão. Ou antes: os sertões do Brasil (AMÂNCIO, 2017, p. 178).

Os princípios defendidos pelo movimento dos Pioneiros da Educação são acolhidos no PNE/1962, no sentido de fortalecimento da concepção de educação pública como direito a ser assegurado e como elemento essencial da expressão de cidadania.

Neste PNE, a alfabetização ganha um espaço de destaque, entre outros importantes elementos que ultrapassaram aquele período, pois, “[...] os princípios e contribuições contidas naquele plano, muitas deles foram incluídos no atual PNE (2014-2024), como se fossem originais” (AMÂNCIO, 2017, p. 179).

A concepção de educação pública a partir do Plano de Anísio Teixeira é pensada com maior amplitude a partir da proposição de um planejamento mais eficaz:

Por este, dentre vários outros motivos, o Plano ideado por Anísio demonstrava uma visão extremamente ampla das opções político pedagógicas e mais: da noção de cidadania. É neste sentido que nele se expressa um planejamento capaz de garantir o direito à educação pública. É preciso lembrar que o pioneirismo do Plano Nacional de 1963-1970 sustentou os recursos do excepcional trabalho de alfabetização, que deu justa notoriedade internacional a Paulo Freire! (AMÂNCIO, 2017, p. 179).

Anísio Teixeira buscou imprimir, com a elaboração do PNE, a compreensão da educação como direito, negando-a como privilégio, muito embora tenha sido esse o sentido cultural historicamente construído (AMÂNCIO, 2017). A obra de Anísio Teixeira trouxe relevantes contribuições na concepção de educação pública e na política educacional brasileira:

Em sua vasta e importante obra, Anísio Teixeira tratou dos mais diversos temas da política da educação: o financiamento, a organização de um sistema público de ensino, a formação e aperfeiçoamento docente, a gestão da educação pública, os deveres da União e dos estados com relação à educação, a constituição da universidade pública e de sua autonomia, a democratização das oportunidades de acesso e permanência na escola fundamental, o planejamento da educação, a descentralização do sistema educacional, a qualidade dos serviços educacionais, a criação e valorização de cursos de pós-graduação em educação. Diversas iniciativas a eles relacionadas fizeram parte das reformas de educação que conduziu. [...] (NUNES, 2000, p. 35).

A política da educação foi um dos focos principais da produção teórica de Anísio Teixeira, como defensor da escola pública de qualidade. E muito embora o PNE se constituísse de relevante contribuição para educação brasileira, não se pode avançar na sua execução, pois, os militares, em 1964, impediram que o plano fosse efetivado:

[...] Todavia, o Plano foi abortado pelos militares em 1964. Nesse mesmo ano a gestão do planejamento educacional se transferiu dos educadores para os tecnocratas e, neste cenário, em termos organizacionais, o Ministério da Educação fica subordinado ao Ministério do Planejamento, cujos atores dirigentes e técnicos tinham como formação acadêmica as ciências econômicas (AMÂNCIO, 2017, p. 180).

Com a ação dos militares, o planejamento educacional passa ser proposto por tecnocratas, um viés econômico. Dessa forma, a princípios norteadores da agenda econômica passam a servir de base legal para a educação brasileira.

### 3.3 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2001

Em 9 de janeiro de 2001, por intermédio da Lei 10.172, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, com vigência decenal, composto por 295 metas, distribuídas em onze áreas. O PNE vem em resposta ao que a Constituição Federal preconiza em seu artigo 214, a partir de uma mobilização social:



O atual PNE (Lei n. 10.172, de 9/1/2001) é resultado das ações da sociedade brasileira para garantir as disposições legais contidas no artigo 214 da Constituição Federal, de 1988, o qual sinaliza que “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, e à integração das ações do poder público que conduzam à: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade do ensino; IV – formação para o trabalho; v – promoção humanística”, e das disposições transitórias da LDB que, em seu artigo 87, parágrafo 1º, preconiza que a União deveria, no prazo de um ano, encaminhar ao Congresso Nacional proposta de PNE, indicando diretrizes e metas para os dez anos seguintes (Década da Educação), em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (DOURADO, 2010, p. 682).

Note-se que, inicialmente, o texto constitucional faz referência a um PNE plurianual, mas, em 2009, por intermédio da Emenda Constitucional nº 59, sua periodicidade passa a ser decenal.

A tramitação do PNE 2001 reveste-se de um caráter singular, pois, inicialmente, havia dois projetos:

O PNE teve tramitação *sui generis*, envolvendo o embate entre dois projetos: o PNE da sociedade brasileira e a proposta de PNE encaminhada pelo Executivo federal. Tais propostas expressavam concepções e prioridades educacionais distintas, sobretudo na abrangência das políticas, em seu financiamento e gestão (DOURADO, 2010, p. 682).

Um dos projetos foi resultado de ampla discussão de educadores e membros da sociedade civil, que o autor define como sendo da sociedade brasileira, constituindo-se em rico conjunto de proposições, e o outro projeto foi oriundo do Executivo Federal.

A aprovação do atual PNE foi resultado, portanto, da hegemonia governamental no Congresso Nacional, que buscou traduzir a lógica das políticas governamentais em curso. O Governo FHC, por meio do Ministério da Educação, efetivou políticas e lógicas de gestão, visando implementar amplo processo de reforma da educação nacional, cujas prioridades se constituíram, hegemonicamente, pela adoção de políticas focalizadas, com forte ênfase no ensino fundamental, e pela efetivação de vários instrumentos e dispositivos, visando à construção de um sistema de avaliação da educação (DOURADO, 2010, p. 683).

Ao final, o projeto de autoria do Executivo Federal prevaleceu e sua proposta de intervenção educacional se manifestou nos moldes da política governamental em vigor à época, e “não por acaso, o PNE aprovado contou, ainda, com significativas restrições à gestão e ao

financiamento da educação, em função de nove vetos presidenciais ao que fora delineado” (DOURADO, 2010, p. 684).

Outro aspecto a ser observado diz respeito à relação entre público e privado, pois foi possível observar “[...] a interpenetração entre as esferas pública e privada sob a égide do mercado, o que, na prática, abriu espaços para a consolidação de novas formas de privatização da educação, sobretudo da educação superior” (DOURADO, 2010, p. 684).

O PNE/2001 apresentou, em suas metas, propostas de crescimento da educação nacional, no entanto, não ofertou instrumentalização suficiente para que estados e municípios pudessem exercer suas competências com maior autonomia, principalmente, no que se refere ao financiamento da educação. Em sua vigência, contribuiu de forma muito tímida em relação aos objetivos a que se propôs alcançar, pois, sem alcançar a centralidade da execução das políticas educacionais, não se configurou como efetiva política de Estado.

Embora o PNE/2001 tenha se apresentado com diversas limitações, é inegável sua importância para a elaboração de um novo PNE com vistas a superar os problemas identificados desde a sua origem:

Assim, em que pesem os limites referentes ao PNE como efetiva política de Estado, aqui apresentados, resultado do processo de tramitação, da ausência de centralidade conferida a ele na efetivação de políticas, dos limites político-econômicos vigentes à regulamentação da ação dos entes federados sob a ótica da cooperação e colaboração, como previsto na Constituição Federal de 1988, é fundamental ressaltar que a aprovação do PNE suscitou, paradoxalmente, novos marcos para os processos de organização e gestão da educação nacional. A este respeito, a CONAE, ao dar centralidade à construção do novo PNE como política de Estado, sinaliza a importância e, ao mesmo tempo, revela a necessidade histórica de superação dos atuais limites do plano vigente, no que concerne à sua proposição e materialização (DOURADO, 2010, p. 693).

Assim, o PNE/2001 provocou novos parâmetros de discussões para “organização e gestão da educação nacional”, conforme esclarece o autor.

Na seção seguinte, será tratado sobre o PNE/2014, procurando-se dar ênfase à sua estrutura e sua proposta de articular o sistema educacional brasileiro.

### 3.4 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2014

O PNE atualmente em vigor foi aprovado pela Lei 13.005/2014 e está estruturado em 14 (catorze) artigos e um anexo, que contém as metas e estratégias. Organizou-se a estrutura dessa lei em dois quadros (12 e 13) para sua melhor compreensão, conforme segue.

Quadro 12 – Estrutura da Lei 13.005/2014

Artigos	Conteúdo
1º	Aprova o PNE; Vigência de dez anos; Dá cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.
2º	Apresenta as diretrizes;
3º	Assegura prazos de vigência para as metas
4º	Assegura as referências para as metas previstas;
5º	Determina monitoramento contínuo e avaliações periódicas da execução do PNE e cumprimento de metas;
6º	Realização de pelo menos duas conferências nacionais, distrital, municipais e estaduais
7º	Atuação de regime de colaboração da União, Estados, Distrito Federal e municípios;
8º	Elaboração de planos de educação de Estados, Distrito Federal e municípios no prazo de um ano;
9º	Estados, Distrito Federal e municípios deverão aprovar leis específicas sobre gestão democrática no prazo de dois anos;
10	Garantia de dotações orçamentárias no plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais da União, Estados, Distrito Federal e municípios;
11	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básico como fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas .
12	O projeto de lei referente ao Plano Nacional de Educação do período subsequente deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PNE
13	O Sistema Nacional de Educação deverá ser instituído, em lei específica, contados 2 (dois) anos da publicação desta Lei;
14	Vigência da lei.

Fonte: Campos (2019, p. 64).

Quadro 13 – Estrutura do anexo da Lei 13.005/2014

<b>Metas</b>	<b>Conteúdos</b>	<b>Estratégias</b>
Meta 1	Educação Infantil	17 (dezessete)
Meta 2	Ensino Fundamental	13 (treze)
Meta 3	Ensino Médio	14 (catorze)
Meta 4	Educação Especial/Inclusiva	19 (dezenove)
Meta 5	Alfabetização	07 (sete)
Meta 6	Educação em tempo integral	09 (nove)
Meta 7	Qualidade da Educação Básica	36 (trinta e seis)
Meta 8	Escolaridade Média	06 (seis)
Meta 9	Alfabetização e analfabetismo funcional de jovens e adultos	12 (doze)
Meta 10	Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada a Educação Profissional	11 (onze)
Meta 11	Educação profissional técnica de nível médio	14 (quatorze)
Meta 12	Educação Superior	21 (vinte e um)
Meta 13	Titulação de docentes da Educação Superior	09 (nove)
Meta 14	pós-graduação stricto sensu	15 (quinze)
Meta 15	Formação de professores da Educação Básica	13 (treze)
Meta 16	Formação continuada e pós-graduação para professores	06 (seis)
Meta 17	Valorização do professor	04 (quatro)
Meta 18	Carreira docente	08 (oito)
Meta 19	Gestão democrática	08 (oito)
Meta 20	Financiamento da Educação	12 (doze)

Fonte: Campos (2019, p. 66).

Em uma análise comparativa entre o PNE 2001-2011 e o PNE 2014-2024, são apontadas diferenças em relação a alguns aspectos. Uma delas é quanto à quantidade de metas, pois, houve uma redução de 295 para 20 metas, o que pode resultar em problemas, como “o risco de ter deixado de lado questões importantes ou tratá-las de forma genérica” (LOUREIRO, 2017, p. 47). Outro fator a destacar diz respeito às metas constantes no PNE/2014, que foram lançadas em 2010, ou seja, devido à demora na tramitação do Projeto de Lei e questões políticas, as metas são apresentadas para uma realidade pensada para um tempo bem posterior.

O Projeto de Lei nº 8.035, encaminhado pelo Ministro da Educação Fernando Haddad para a Câmara dos Deputados em 2010 foi aprovado nessa casa em 2012, tendo recebido três mil emendas (LOUREIRO, 2017, p. 47).

Entre planos, leis e os outros instrumentos normativos, o que se pretende é o direito à educação, que se estabelece por intermédio de um conjunto de garantias, conforme pontua Oliveira (2018):

Mesmo com a aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), por meio da Lei nº 13.005/2014, a universalização da educação básica de qualidade, a institucionalização e efetivação do Sistema Nacional de Educação (SNE), a garantia de financiamento para concretizar o custo aluno

qualidade e, conseqüentemente, as condições de oferta de ensino em todo o País, a gestão e avaliação democrática da educação, a formação e valorização docente, entre outros aspectos, continuam a ser alguns dos problemas históricos que os governos e as políticas educacionais não foram capazes de equacionar (OLIVEIRA, 2018, p. 31).

Dessa forma, discutir sobre políticas educacionais com aporte teórico é fundamental para se buscar meios de superação de problemáticas historicamente identificadas, mas, que ainda se encontram presentes no Educação Básica Brasileira.

O PNE é importante instrumento de articulação para que entes federados possam, a partir dos mesmos princípios constitucionais, estabelecer diretrizes que contemplem unicidade no sistema educacional brasileiro.

E, entre as metas, destaca-se aqui a Meta 5 do PNE/2014. Ressalvada a importâncias das demais, esta meta precisa ser efetivada por intermédio das estratégias previstas no plano, porém, as construções nesse sentido devem ultrapassar esses “caminhos”, pois, o PNE na sua totalidade prevê meios mais abrangentes para sua implementação.

Se pretende, neste estudo, analisar as ações realizadas para a implementação da Meta 5 do PNE/2014 no município de Marituba, por sua importância como fator garantidor do exercício de cidadania, pois, “as metas são nacionais, mas, se concretizam principalmente nos municípios, no lugar onde vive o sujeito a quem o direito deve ser garantido [...]” (LOUREIRO, 2017, p. 60).

### 3.5 O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ

O município de Marituba se situa como parte de uma estrutura legal vinculada às orientações normativas federal e estadual, e, portanto, seu Plano Municipal de Educação se apresenta em resposta ao previsto nos planos de educação dessas esferas administrativas. Cumpre, portanto, discorrer sobre o Plano Estadual de Educação do Pará.

A Lei Estadual nº 8.186, de 23 de junho de 2015, aprovou o Plano Estadual de Educação do Pará, apresentando diretrizes em consonância com a Lei 13.005 do PNE/2014.

O PEE reforça as vinte metas previstas no PNE e sua estrutura é composta de análise situacional e estratégias para cada uma das metas. Em relação à Meta 5, sobre alfabetização, identifica a necessidade de melhorar o desempenho das crianças, o qual ainda se apresenta, em sua maioria, abaixo do nível adequado: “Esses elementos denotam que o Estado do Pará necessita avançar no intuito de melhorar qualitativamente a educação oferecida as crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental” (PARÁ, 2015, sem paginação).

Para o atingimento da Meta 5, o PEE propõe onze estratégias, das quais destacamos duas:

5.5) contribuir para a implantação e implementação de ações de acompanhamento da aprendizagem, trabalho por agrupamento e clima de interação nas salas de aula, para que 100% das crianças estejam alfabetizadas, com aprendizagem adequada, ao concluírem o 3º ano desta etapa de ensino, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE;

5.6) ampliar o instrumento de avaliação estadual periódico e específico para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, e estimular as escolas a criarem seus próprios instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos(as) os(as) estudantes até o final do terceiro ano do ensino fundamental (PARÁ, 2015).

As estratégias 5.5 e 5.6 revestem-se de singular importância por proporem “a implantação e implementação de ações de acompanhamento de aprendizagem” e ampliação do “instrumento de avaliação estadual periódico e específico para aferir a alfabetização de crianças”, pois enfatizam a realização do monitoramento das metas, que, além de ser necessário, possui previsão no art. 3º da Lei Estadual 8.186/2015, conforme se observa:

Art. 3º A execução do PEE e o cumprimento de suas metas serão objetos de monitoramento contínuo (pelo menos anual) de avaliações bienais, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria de Estado de Educação - SEDUC;

II - Conselho Estadual de Educação - CEE;

III - Comissão de Educação, Cultura e Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Pará;

IV - Fórum Estadual de Educação.

Parágrafo único. Compete ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão dos patamares de investimento público em educação (PARÁ, 2015).

A respeito do monitoramento do PEE, é relevante trazer a esse texto o que Brito (2019) apresenta:

Não obstante as problemáticas e desafios identificados na trajetória da Comissão, os dados constantes de seu plano de trabalho (agenda constituída de atividades programadas), analisado anteriormente, demonstram iniciativas pertinentes acerca do monitoramento e avaliação do PEE/PA, embora não tenha sido possível observar, nos documentos analisados, iniciativas, no sentido de articular os procedimentos de monitoramento com uma perspectiva de avaliação. O planejamento, quando assim se configura, poderá se reduzir a

um mero instrumento a serviço de uma lógica capitalista, deixando de se constituir em políticas de estado e em diretriz para o aprimoramento da gestão das políticas educacionais, numa perspectiva democrática [...] (BRITO, 2019, p. 112).

Em sua pesquisa acadêmica, a autora, ao discutir sobre as ações realizadas pela comissão de monitoramento e sistematização (CMS), identifica “iniciativas pertinentes acerca do monitoramento e avaliação do PEE/PA”, porém, essas ações não se apresentaram em “uma perspectiva de avaliação”.

Observa-se, portanto, que a forma como tem se dado o monitoramento e avaliação do PEE/PA dificulta o alcance dos seus objetivos intrínsecos:

Neste sentido, compreendemos que o planejamento estatal que não se articula com uma perspectiva de avaliação sistemática, a partir de dados produzidos por meio de procedimentos de monitoramento, deixa de cumprir sua função primordial, passando a atender aos ditames da lógica gerencial, que tem como finalidade a produção de resultados estatísticos, em detrimento da implementação de políticas educacionais que tenham como premissas básicas indicadores sociais e de equidade.

As questões levantadas pela autora são relevantes e despertam preocupações, pois, a forma como a política educacional do estado se manifesta reflete nas estruturas administrativas e políticas dos seus municípios, tendo em vista que fazem parte da mesma estrutura interfederativa. E essas questões se distinguem especialmente nas efetivações de acordos, parcerias e adesão de auxílios mútuos, tão comuns entre entes federativos.

Nos resultados das avaliações em larga escala no campo da educação, o estado do Pará se apresenta em condições desfavoráveis, a exemplo dos resultados obtidos na Prova Brasil de 2017, no 5º ano do Ensino Fundamental, conforme se demonstra na tabela a seguir.

Tabela 1 – Aprendizado adequado

	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA
PARÁ	34%	20%
BRASIL	56%	44%
ACRE	60%	50%
AMAPÁ	32%	17%
AMAZONAS	48%	34%
RONDÔNIA	57%	44%

Fonte: adaptado de Campos (2019, p. 48).

Em uma comparação entre os seis estados da Região Norte e o índice nacional sobre o aprendizado adequado de estudantes do 5º ano em Português e Matemática, o Pará encontra-

se em penúltima posição, com os índices de 34% e 20%, respectivamente, superando apenas o estado do Amapá, ausentes, portanto, a nosso ver, a cooperação devida entre os entes.

É oportuno enfatizar que em um Estado Federativo, a cooperação reveste-se de essencialidade, pois, que “A cooperação entre os Entes federados é fundamental para o sucesso das políticas públicas em geral [...]” (AWAZU, 2018, p. 159). Essa cooperação diz respeito “[...] Não somente com a repartição de recursos, mas também na descentralização de políticas sociais, como na educação, saúde e assistência social, em especial, entre os municípios e a União [...]” (p. 159).

A política estadual de educação vem, portanto, se demonstrando insuficiente para equacionar os problemas que impossibilitam a superação de desigualdades regionais, sociais e educacionais existentes no estado do Pará e, portanto, nos municípios que o compõe, o que certamente repercute negativamente e causa sérios danos a toda a sociedade.

### 3.6 A META 5 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A ALFABETIZAÇÃO

A Meta 5 por si só não conseguiria ser implementada adequadamente e, por isso, o PNE também apresentou estratégias. Dessa forma, a mesma se apresenta com sete estratégias:

- 5.1. Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;
- 5.2. Instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;
- 5.3. Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;
- 5.4. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.5. Apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;



5.6. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores(as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores(as) para a alfabetização;

5.7. Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal (BRASIL, 2014, sem paginação).

A Meta 5 do PNE/2014, portanto, propõe a alfabetização de crianças até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental, apresentando estratégias que possibilitem o reconhecimento da alfabetização como um processo já iniciado no Ensino Infantil, o que reforça a importância da continuidade do trabalho docente e as estratégias metodológicas com este objetivo.

Prevê avaliações e monitoramentos periódicos em âmbito nacional e demais sistemas de ensino, assim como nas próprias escolas. Estas ações são importantes para que se possa realizar intervenções, além de possibilitar maior transparência sobre o que vem sendo efetivado, permitindo que pais, professores e a sociedade em geral possam acompanhar a meta.

Há, ainda, incentivos a inovações pedagógicas, desenvolvimento de tecnologias educacionais, e formação continuada de professores voltadas para a alfabetização de crianças, o que possibilitará aos professores fazer uso de recursos tecnológicos integrando-os aos seus métodos de ensino.

O PNE, neste sentido, é um importante instrumento de incentivo à melhoria da qualidade na alfabetização e corrobora com o Movimento Nacional e Internacional em Defesa da Alfabetização que pretende erradicar o analfabetismo.

O Movimento nacional e internacional em torno da educação foi fundamental para o estabelecimento de mudanças na forma como se pensava a alfabetização em diversos países, incluindo o Brasil. O ano de 1990 representa um marco importante para a alfabetização, pois, foi considerado o Ano Internacional da Alfabetização, e, a partir dessa data, várias ações foram encaminhadas:

O ano de 1990, Ano Internacional da Alfabetização, é marcado por vários encontros, congressos e, a convite da Organização das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial, o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia. Nesse encontro, os países-membros, entre os quais o Brasil, assumiram compromissos de erradicar o analfabetismo (MACIEL, 2014, p. 117).

O Movimento nacional e internacional em torno da educação foi o articulador e principal responsável pela Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, no período de 5 a 9 de março de 1990, que contou com a participação de várias organizações intergovernamentais e diversos países, dentre eles, o Brasil. As discussões promovidas no decorrer da Conferência resultaram “[...] na elaboração de um dos documentos mundialmente mais significativos em educação, lançados a partir de sua realização [...]” (MENEZES, 2001). Esse documento ficou conhecido como “Declaração de Jomtien” ou “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”. A partir dessa Declaração, países participantes da Conferência se comprometeram na superação do analfabetismo, reconhecido como um grave problema e que impedia o alcance do direito fundamental à educação.

A partir da Declaração de Jomtien, agendas governamentais foram redefinidas com metas a serem alcançadas, assim como novas diretrizes foram apresentadas acerca da Educação Básica e “[...] em seqüência à Conferência Mundial, os países foram incentivados a elaborar Planos Decenais de Educação Para Todos, em que as diretrizes e metas do Plano de Ação da Conferência fossem contempladas” (MENEZES, 2001, sem paginação).

O Brasil, como signatário da Conferência e em consonância com o que ficou definido, adotou medidas em seu âmbito educacional: “[...] foi elaborado no Brasil o Plano Decenal de Educação para Todos, cuja meta principal era assegurar, em dez anos (1993 a 2003), às crianças, jovens e adultos, os conteúdos mínimos em matéria de aprendizagem [...]” para “[...] que respondam às necessidades elementares da vida contemporânea (universalização da educação fundamental e erradicação do analfabetismo [...]” (MENEZES, 2001, sem paginação).

A concepção de Alfabetização adquire maior abrangência, que vai além da decodificação de letras e números. “O Documento final dessa Conferência [...] ‘Declaração Mundial sobre Educação para Todos; Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem’ traz os fundamentos para uma nova definição de alfabetização” (MACIEL, 2014, p. 118), conforme se observa:

[...] Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo [...] (MENEZES, 2001, sem paginação).

Assim, os mecanismos para que as necessidades educacionais possam ser supridas devem contemplar os “instrumentos essenciais para a aprendizagem”, como também “conteúdos básicos para a aprendizagem”, objetivando proporcionar ao ser humano uma vida digna, com qualidade.

O Brasil, como signatário da Conferência, precisou pautar seus documentos oficiais com base nas diretrizes propostas pela Declaração de Jomtien, promovendo a reestruturação do seu sistema educacional:

A partir da década de 1990, a concepção de alfabetização expressa nos documentos oficiais brasileiros procura dialogar com a definição estabelecida na Conferência Mundial de Educação para Todos, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/1996, que não só acolhe a definição, como reestrutura o sistema educacional, pautada na Lei Federal de Diretrizes e Bases de 1971 (MACIEL, 2014, p. 118).

Coube, portanto, à LDB/1996 instituir meios que viabilizassem as concepções e diretrizes oriundas da Conferência Mundial de Educação para Todos.

A LDB, em seu artigo 29, reconhece a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da Educação Básica, distinguindo que a sua finalidade é o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

A alfabetização no âmbito escolar, “entendida como processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças”, configura-se por “um processo complexo e multifacetado que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão [...]” (MORTATTI, 2010, p. 329); por isso, requer a definição de políticas estatais que a promovam, garantindo o acesso e permanência de crianças no sistemas de ensino.

Dessa forma, ações devem ser priorizadas no campo das políticas públicas direcionadas à alfabetização:

Em sociedades letradas contemporâneas, essa relação tanto impõe a necessidade de inserção/inclusão dos não alfabetizados no mundo público da cultura escrita e nas instâncias públicas de uso da linguagem, quanto demanda a formulação de meios e modos mais eficientes e eficazes para implementar ações, visando concretizar essa inserção/inclusão, a serviço de determinadas urgências políticas, sociais e educacionais (MORTATTI, 2010, p. 329).

Na implementação de ações governamentais no campo da alfabetização estão inseridos os Planos Nacionais de Educação.

O PNE/2001 definiu os seguintes objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. E estabeleceu, ainda, cinco prioridades, “segundo o dever constitucional e as necessidades sociais” (BRASIL, 2001, sem paginação).

Para esse estudo, destaca-se a prioridade nº 2, por estar mais estritamente relacionada à alfabetização:

*2. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. **A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade**, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres (BRASIL, 2001, sem paginação, grifo nosso).*

Nessa prioridade, está incluída a erradicação do analfabetismo, em consonância com as diretrizes educacionais que já vinham sendo estabelecidas; no entanto, é somente no PNE/2014 que a alfabetização, ganha maior ênfase, por intermédio da Meta 5.

Observa-se, portanto, a importância da Meta 5 do PNE/2014 para a superação do analfabetismo, um problema que, mesmo com o passar dos anos, ainda permanece como grande desafio a ser considerado nas políticas educacionais.

Essa meta, embora tenha repercussão em todos os níveis de ensino, é especificamente direcionada para o Ensino Fundamental. E, portanto, faz parte das competências dos municípios, conforme o inciso VI, art. 30 da Constituição Federal, ao afirmar que compete aos municípios “[...] manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental” (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, o processo de implementação da Meta 5, além de sua importância para o desenvolvimento da educação, auxilia o PNE e contribui para o fortalecimento do sistema nacional educacional. A esse respeito,

[...] o PNE e o SNE devem ser apreendidos como política de Estado, a ser consolidado por meio da organicidade entre os processos, na organização, regulação, fiscalização, gestão democrática, ação sistêmica e no financiamento (DOURADO *et al.*, 2016, p. 20).

No entanto, somente quando o Sistema Nacional de Educação for articulado como prevê o art. 214 da Constituição Federal e ratificado pelo PNE e essas atribuições forem transformadas em uma política pública, se terá um plano nacional de acordo com o que preconizam os autores.

Além da falta de articulação do sistema nacional de educação para transformar-se em uma política pública de fato e de direito, o PNE deixa de cumprir outra importante função, que é de servir de instrumento de superação das desigualdades sociais, presentes no Estado brasileiro, nas três esferas de poder, conforme esclarecem Dourado *et al.* (2016, p. 20):

Tais questões e proposições exigirão o redimensionamento da ação dos entes federados, garantindo normas e diretrizes educacionais comuns nacionais, tendo como eixo a superação das desigualdades sociais, nacionais – portanto, regionais, estaduais municipais –, sobretudo, se considerarmos que a despeito dos avanços legais e no campo das políticas educacionais, registrados nas últimas décadas, a área educacional é permeada ainda por várias assimetrias, principalmente no tocante a acesso, permanência e qualidade nos diferentes níveis, etapas e modalidades.

As desigualdades que permeiam o contexto educacional brasileiro têm se manifestado historicamente, gerando diversos entraves nos sistemas de ensino em seus diversos níveis, e, dessa forma, a qualidade da educação manifestou-se muitas vezes aquém da expectativa da sociedade. À vista disso, o PNE deveria servir de instrumento para atenuar essas desigualdades tão marcantes.

A proposta que consta na Meta 5 foi pensada antes da instituição do PNE. Ela compõe o documento do Movimento Todos pela Educação (TPE), que apresenta propostas e diretrizes para a Educação Básica brasileira. “O TPE foi criado, em 2005, por um grupo de intelectuais orgânicos que se reuniram para refletir sobre a realidade educacional brasileira na atual configuração do capitalismo” (MARTINS, 2008, p. 4).

Martins (2008) afirma que o TPE, composto por um grupo de empresários, propôs um documento que viabilizasse os interesses do capital:

O grupo verificou que a baixa qualidade da educação brasileira vinha trazendo sérios problemas para a capacidade competitiva do país, comprometendo também o nível de coesão social dos cidadãos. O grupo concluiu que a “incapacidade” técnico-política dos governos na realização de políticas

educacionais ao longo dos anos havia criado sérios problemas para os interesses do capital. Diante dessas constatações, os empresários criaram a TPE com a missão de mudar o quadro educacional do país, principalmente no que se refere à qualidade da educação. O projeto elaborado para impulsionar as ações do organismo foi denominado de Compromisso Todos pela Educação (MARTINS, 2008, p. 4).

O projeto Compromisso Todos pela Educação, composto por 5 metas, foi lançado em 2006. Entre suas metas, destaca-se a Meta 2 - Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos. Essa meta do projeto reflete o conteúdo da Meta 5 do PNE, como se observa.

A partir da apresentação desse documento do TPE, houve o desdobramento de outras ações:

A partir desse compromisso o Ministério da Educação (MEC) lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), dando origem ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094/07, que servirá como base para formulação da Meta 5 no PNE (BARROS, 2017, p. 56).

A relação público-privado, em diversos momentos, marcou a constituição de normas jurídicas no campo das políticas públicas, e o PNE se insere nesse contexto, também:

No caso da implantação da Meta 5 do PNE atual vemos um exemplo dessa “parceria” entre o Setor Empresarial e Governo Federal. O Movimento Todos Pela Educação, que tem como mantenedores a Fundação Bradesco, Itaú Social, DPaschoal, Fundação Telefônica, Gerdau, Suzano Papel e Celulose, Fundação Lemann, Instituto Península, Instituto Natura, Gol Linhas Aéreas e Instituto Votorantim, como dissemos acima são os idealizadores dessa meta e de outras quatro que estão no PNE. Esses empresários e seus parceiros, entre outros, a Fundação Roberto Marinho, Fundação Victor Civita e o Instituto Ayrton Senna, como podemos ver na sua maioria empresários, tem no seu corpo de sócio-fundadores personalidades políticas de diferentes partidos, como Fernando Haddad, Paulo Renato Souza, Cristovam Buarque, dão a tônica da elaboração do PNE e da implantação das estratégias para que as metas sejam alcançadas (BARROS, 2017, p. 56).

Não obstante as interferências internacionais e do setor privado, é de conhecimento pacífico que a alfabetização é tema de singular importância e que deve constar na agenda política e econômica de todo Estado democrático de direito.

O analfabetismo é um problema que sempre marcou uma parcela da população brasileira e que muito contribui para o aumento das desigualdades sociais, pois, para aqueles que não sabem ler, escrever e usar adequadamente essas habilidades, é negada a participação,

autonomia e compreensão de mundo, tendo em vista que vivemos em um sociedade em que a leitura e a escrita são fundamentais.

Dessa forma, a ausência ou a precariedade da alfabetização geram limitações ao exercício da cidadania, pois, conforme esclarece Santos (2017, p. 27), as demandas atuais revestem-se de uma exigência maior:

As atuais demandas para a alfabetização englobam mais do que a básica compreensão de leitura e escrita. Ela exige que saibamos fazer o uso efetivo dessas capacidades nas diferentes esferas sociais. Quando, hoje, nos referimos aos problemas do analfabetismo no Brasil, não nos preocupamos apenas que as pessoas saibam ler e escrever, mas com a aquisição de suas habilidades acrescida de seu uso social [...].

Torna-se necessária a compreensão e uso adequado da escrita e da leitura, pois, estas precisam se manifestar em diferentes contextos, envoltos em uma intencionalidade dentro das muitas relações que se estabelecem no âmbito social, tendo em vista que:

A vida em uma sociedade grafocêntrica faz com que a alfabetização seja um conhecimento essencial. Significa muito mais do que conhecer um sistema de linguagem, representa, de uma forma específica, a mobilização variável específica de língua que dá acesso ao sujeito ao ser e estar no mundo [...] (SANTOS, 2017, p. 27).

Neste sentido, a alfabetização possibilita o exercício de uma diversidade de atividades que vão das mais simples até as mais complexas, no cotidiano de qualquer pessoa. E, portanto,

Saber ler notícias de jornais, revistas, anúncios, placas de ônibus, cartas, receitas, bulas de remédios, permite-nos circular em diferentes espaços sociais; faz de nós seres culturais ao saber explorá-las. Ter um processo de aquisição da língua escrita é a porta de acesso dos cidadãos brasileiros à inserção social e cultural no nosso mundo letrado (SANTOS, 2017, p. 27).

Portanto, o acesso ao mundo letrado somente é viabilizado àqueles que conseguiram ser alfabetizados, pois, esta é a base para a continuidade de estudos, e a quantidade de anos de estudos de uma pessoa influi diretamente sobre sua remuneração. A esse respeito, é importante citar a pesquisa sobre Mercado de Trabalho, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Na pesquisa, realizada por Marcelo Neri, foi constatado o que se observa rotineiramente: “Cada ano de estudo que o brasileiro acumula em seu currículo gera um salto médio em seu salário de 15,07%. O mesmo movimento é observado nas chances de ocupação que, seguindo o mesmo critério, aumentam em média 3,38%” (LEITÃO, 2008, sem paginação).

O que se pode concluir, no sentido inverso, é que poucos anos de estudos ou a falta destes resultará em baixas remunerações, pouca ou nenhuma qualificação, o desemprego ou o subemprego com uma jornada extensiva, e sem as garantias oriundas do emprego formal.

Tendo como foco a superação do problema do analfabetismo no Brasil e ainda em virtude das pressões de organismos internacionais, diversos programas institucionais foram lançados visando à alfabetização, tais como o PCN em Ação, Gestar, Profa, entre outros, conforme quadro abaixo. Aqui, daremos ênfase ao PNAIC para melhor conduzir a discussão sobre a Meta 5 do PNE.

Quadro 14 – Programas vinculados à alfabetização

<b>Ordem</b>	<b>Lançamento</b>	<b>Programa</b>	<b>Esfera</b>
1	1999	PCN em Ação – Alfabetização	Governo Federal
2	2000	GESTAR – Programa Gestão da Aprendizagem Escolar	Governo Federal
3	2001	PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores	Governo Federal
4	2003	PRALER – Programa de Apoio a Leitura e a escrita	Governo Federal
5	2005	PRÓ-LETRAMENTO – Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem	Governo Federal
6	2007	PAIC – Programa pela Alfabetização na Idade Certa	Governo do Estado do Ceará
7	2008	Programa Além das Palavras	Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
8	2012	PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	Governo Federal

Fonte: adaptado de Viédes e Brito (2015, p. 151).

Em 24 de abril de 2007, foi publicado o Decreto nº 6.094, que trouxe o Plano de Metas, propondo o Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da Educação Básica (BRASIL, 2007).

O Plano de Metas apresenta vinte e sete diretrizes a serem executadas por cada ente federado dentro de sua esfera de atuação. A diretriz II determina alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito (8) anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico, e propondo que aos municípios caberia viabilizar o que estivesse dentro da sua capacidade de atuação.



No entanto, a adesão ao Plano de Metas tem caráter voluntário, se estabelecendo por intermédio do aceite de um termo de compromisso, para, em contrapartida, se ter assistência técnica e financeira da União. Nesse documento, foi instituído o Plano de Ações Articuladas (PAR).

O PAR é conceituado como sendo o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo MEC, que visa ao cumprimento das metas do Compromisso e à observância das suas diretrizes, sendo este a base para o estabelecimento de convênio ou acordo entre o MEC e o ente que receba apoio.

Por intermédio da Portaria nº 867, expedida pelo MEC em 4 de julho de 2012, e com base na Constituição Federal, a LDB e o Decreto nº 6.094/2007, é instituído o PNAIC, no sentido de ampliar e reafirmar o compromisso de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, e determinando a realização de exames periódicos para aferir os resultados.

Os resultados deverão corresponder ao desempenho escolar relativos à alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, sendo que as avaliações serão anuais e universais sob responsabilidade do Inep, a serem aplicadas aos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental.

À proposta do PNAIC foram adicionadas ações de formação pelo Programa Novo Mais Educação (PNME), criado pela Portaria do MEC nº 1.144, de 10 de outubro de 2016, tendo ambos como objetivos:

- a. garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- b. reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;
- c. melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- d. contribuir para o aperfeiçoamento do desempenho dos professores.

Todas as ações estabelecidas a partir dos acordos ou convênios firmados pelo PNAIC e PNME estão vinculados a quatro eixos:

- a. formação continuada para coordenadores e professores da Educação Infantil, dos três primeiros anos do Ensino Fundamental e de classes multisseriadas que possuam alunos desses anos escolares;
- b. Materiais Didáticos, Literatura e Tecnologias Educacionais, tais como livros didáticos, obras pedagógicas, de referência, literárias, de pesquisa e de apoio pedagógico aos professores, além de tecnologias educacionais de apoio à alfabetização;

- c. avaliação, externa e universal a ser aplicada pelo Inep, e avaliações periódicas de competência das redes de ensino e escolas com vistas ao acompanhamento, orientação de ações e reforço na perspectiva das dimensões na leitura, escrita e matemática;
- d. gestão, com a criação de comitês nos âmbitos nacional, estadual e Distrito Federal, objetivando à coordenação, avaliação e monitoramento de ações pactuadas pelos entes.

O PNAIC, portanto, é importante instrumento para o alcance da Meta 5 do PNE, como política de alfabetização, tendo em vista que apresenta diretrizes para o alcance do seu objetivo. No documento Manual do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa, o PNAIC é definido:

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental (BRASIL, 2012, sem paginação).

Embora, o PNAIC seja de adesão voluntária, tendo em vista que, à época, já havia outros programas para a alfabetização e que possibilitavam o acesso ao suporte técnico e financeiro do MEC, por intermédio do PAR, no seu primeiro ano, foi constatado um grande alcance em comparação a programas anteriores: em 2013, 317 mil professores alfabetizadores participaram das formações, orientadores de estudo somaram 15 mil, além de 5.420 municípios e 38 universidades públicas envolvidas nos 26 estados e Distrito Federal (MOURA; OLIVEIRA, 2014, p. 8).

Em que pese a existência de programas anteriores vinculados ao tema alfabetização, é interessante destacar que o PNAIC, apesar de não apresentar ineditismo em alguns aspectos, como, por exemplo, em relação ao método de alfabetizar, pois contemplou conceituações já apresentadas no Pró-Letramento, é um programa que se diferencia em relação aos demais em muitos fatores. A esse respeito...

É notório o esforço que temos dentro do contexto das políticas públicas, independente do PNAIC ter suas raízes fundamentadas em outros programas, devemos considerar o ineditismo de uma pactuação nacional que ocupe da alfabetização de todas as crianças brasileiras até os oito anos de idade (VIÉDES; BRITO, 2015, p. 168).

O PNAIC inova quanto à pactuação entre entes, com o sistema interfederativo de registro e monitoramento a partir do PAR, e acompanhamento e avaliações periódicas, com registro obrigatório em uma plataforma virtual denominada Sispacto, onde todos os participantes devem alimentar o sistema com informações sobre as ações realizadas, frequência

e cumprimento de tarefas dos professores cursistas, vinculando o recebimento de bolsas ao cumprimento das tarefas dentro do cronograma estabelecido.

## 4 A IMPLEMENTAÇÃO DA META 5 NO MUNICÍPIO DE MARITUBA

Esta seção discorre sobre a implementação da Meta 5 do PNE no município de Marituba, e tem por objetivo propor reflexões sobre o município e as ações implementadas no âmbito municipal que se pode relacionar ao tema da alfabetização. Está organizada com os seguintes itens: o município de Marituba e a educação; a Secretaria Municipal de Educação de Marituba; e as ações realizadas pelo município de Marituba (Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, Plano Municipal de Educação de Marituba e Jornadas Pedagógicas).

Tendo em vista que este estudo versa sobre a implementação da Meta 5, e se desenvolve no município de Marituba, se faz necessário apresentar breve histórico acerca deste e indicar aspectos que caracterizam o contexto educacional de sua rede de ensino

### 4.1 O MUNICÍPIO DE MARITUBA E A EDUCAÇÃO

O lócus desta pesquisa é o município de Marituba, que compõe a região metropolitana de Belém, capital do estado do Pará, e foi criado pela Lei Estadual nº 5.857, de 22 de setembro de 1994; no entanto, seu surgimento ocorreu em 1907, por ocasião da construção da Estrada de Ferro de Bragança, pois, diante da necessidade de moradias para os operários das oficinas, da manutenção das máquinas e de outros trabalhadores da estrada de ferro, foi inaugurada uma Vila Operária, “dando origem ao povoado de Marituba” (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ, 2011, p. 9).

A esse respeito, Costa e Rocha (2015, p. 12) esclarecem:

E por haver sempre uma relação positiva entre a ferrovia, a colonização e a exploração da Zona bragantina, na medida em que os trilhos iam sendo colocados, região adentro, novas colônias eram implantadas na região ou simplesmente povoados surgiam nas imediações das paradas da Estrada de ferro.

Dessa forma, o município originou-se a partir de um povoado em uma estação de nome Marituba.

Fotografia 1 – Estação de Marituba



Fonte: Costa e Rocha (2015, p. 12).

Fotografia 2 – Vila Operária de Marituba



Fonte: Costa e Rocha (2015, p. 12).

É interessante destacar que a vila operária era constituída de uma organização própria, composta de grupos de casas para moradias dos operários, dos professores, escola, entre outros.

A vila operária era composta de 17 grupos de casas e mais dois menores para a moradia dos operários, outro grupo para escola, professores e farmácia, outra para armazéns de comestíveis e moradias de pessoas do armazém, uma casa a mais para a residência dos chefes das oficinas e outra para o posto policial. Neste mesmo período (1905) estava sendo erguida a estação do Entroncamento e Ananindeua (COSTA; ROCHA, 2015, p. 14).



Quanto à meta projetada, esta foi alcançada em 2017, fato que não havia ocorrido nas últimas duas avaliações anteriores.

Tabela 2 – Ideb observado – 4ª série/5º ano no município de Marituba

Município	Ideb Observado						
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Marituba	3.1	3.3	4.0	4.0	3.8	4.3	4.8

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ([2018]).

Tabela 3 – Metas Projetadas – Ideb 4ª série/5º ano no município de Marituba

Metas Projetadas							
2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ([2018]).

Em relação à alfabetização, é possível conhecer sobre o desempenho escolar dos alunos da rede municipal de ensino a partir de instrumentos avaliativos oficiais promovidos pelo governo federal, por intermédio do Inep, a partir dos resultados obtidos na Avaliação Nacional da Alfabetização (Ana).

Nos anos de 2013 a 2016, a Ana foi aplicada em todo o território brasileiro para alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de apresentar os indicadores de proficiência em Leitura – obtidos por intermédio de prova objetiva; o nível de proficiência em Escrita, por intermédio da aplicação de prova discursiva, e nível de proficiência em alfabetização Matemática – por intermédio de prova objetiva. No município de Marituba, seguindo a perspectiva nacional, a partir da aplicação da Ana nas escolas municipais, é possível observar sobre o nível de alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes participantes da avaliação.

A seguir, apresentamos quadros de avaliações educacionais da série histórica, disponibilizados pelo Inep, relativos à Ana, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do município de Marituba.

Tabela 4 – Distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência – Leitura (prova objetiva)

Nível	Percentual		
	2013	2014	2016
Nível 1 (Até 425 pontos)	39,09%	37,86%	35,12%
Nível 2 (Maior que 425 até 525 pontos)	34,90%	33,61%	35,88%
Nível 3 (Maior que 525 até 625 pontos)	22,99%	23,77%	24,05%
Nível 4 (Maior que 625 pontos)	3,03%	4,76%	4,95%

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ([2017]).

Na Tabela 4, são apresentados os níveis de proficiência em leitura. Observa-se que houve um aumento no percentual de estudantes que estão no nível 4, entre os anos 2013 (3,03%) e 2016 (4,95%), de 1,92%. Em 2013, o maior número de estudantes (39,09%) encontrava-se no nível 1, e, em 2016, a maioria dos estudantes (35,88%) encontra-se no nível 2, com 35,12% no nível 1.

Na tabela a seguir, encontra-se a distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência escrita (prova discursiva).

Tabela 5 – Distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência – Escrita (prova discursiva)

Nível	Percentual		
	2013	2014	2016
Nível 1 (Menor que 350 pontos)	-	27,51%	24,28%
Nível 2 (Maior ou igual a 350 e menor que 450 pontos)	-	15,77%	26,72%
Nível 3 (Maior ou igual a 450 e menor que 500 pontos)	-	11,63%	3,44%
Nível 4 (Maior ou igual a 500 e menor que 600 pontos)	-	41,30%	44,02%
Nível 5 (Maior ou igual a 600 pontos)	-	3,78%	1,55%

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ([2017]).

Na Tabela 5, encontra-se o nível de proficiência na escrita, sendo estes resultados obtidos a partir da aplicação das provas discursivas. No ano de 2013, não houve aplicação da prova discursiva, mas, somente nos anos de 2014 e 2016. Em 2014, 3,78% dos estudantes estavam no nível 5, e, em 2016, somente 1,55%. A maioria dos estudantes, em 2014, encontrava-se no nível 4 (41,30%), e, em 2016, esse fator se repetiu, agora com 44,02%.

Na próxima tabela, são apresentados os níveis de proficiência em Matemática dos estudantes da rede de ensino de Marituba.



Tabela 6 – Distribuição percentual dos estudantes por nível de proficiência – Matemática  
(prova objetiva)

Nome	Percentual		
	2013	2014	2016
Nível 1 (Até 425 pontos)	42,60%	41,82%	37,27%
Nível 2 (Maior que 425 até 525 pontos)	41,23%	38,41%	35,82%
Nível 3 (Maior que 525 até 575 pontos)	11,25%	12,13%	15,38%
Nível 4 (Maior que 575 pontos)	4,93%	7,64%	11,53%

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ([2017]).

A Tabela 6 apresenta o nível de proficiência em Matemática, que, em 2013 (42,60%), 2014 (41,82) e 2016 (37,27%), apresenta a maioria dos estudantes no nível 1, embora se observe uma diminuição desses percentuais. Em 2013, 4,93% dos estudantes estavam no nível 4; em 2014, 7,64%; e, em 2016, 11,53%. Observa-se, portanto, um aumento no número de estudantes que estavam no nível 4.

Os indicadores acima são importantes na interpretação do contexto da alfabetização no município de Marituba, pois possibilitam ter uma ideia acerca do nível de proficiência de alfabetização dos estudantes da rede municipal.

Outro aspecto que se buscou compreender em relação ao município onde se realizou esta pesquisa foi sua condição no que se refere à educação, comparando-o a outros municípios próximos. Ao se estabelecer um paralelo comparativo entre o município de Marituba e outros quatro municípios paraenses, é possível identificar que a situação educacional do município precisa melhorar em relação aos demais, conforme se demonstra na tabela abaixo.

Tabela 7 – Comparação do aprendizado – Marituba

Marituba	40%
Brasil	54%
Pará	33%
Ananindeua	49%
Belém	48%
Benevides	58%
Santa Bárbara	55%

Fonte: adaptado de <http://qedu.org.br>.

Nos dados apresentados, dos 2.165 alunos no município, somente 40% adquiriram o aprendizado adequado nas competências de leitura e escrita, até o 5º ano do Ensino Fundamental, resultado bastante preocupante e, também, abaixo dos índices apresentados pelos municípios vizinhos: Ananindeua, Belém, Benevides e Santa Bárbara, que foram, respectivamente, 49%, 48%, 58% e 45%.

Embora o município apresente um índice superior em relação ao estado do Pará, que foi de 33%, quando a comparação é em relação ao índice nacional, que foi de 54%, Marituba se apresenta em uma situação desfavorável, o que remete à necessidade de investigações sobre o que vem influenciando para o panorama educacional atual, e embora questões semelhantes estejam ligadas a diversos fatores, neste estudo, nosso interesse diz respeito à alfabetização.

A SEMED Marituba é órgão que compõe a estrutura administrativa do poder executivo municipal, e, de acordo com a lei municipal nº 300<sup>8</sup>, de 9 de setembro de 2014, e os incisos I a XVIII do art. 12, possui funções que lhes são próprias. Embora todas as funções possuam relevância dentro do sistema de ensino municipal, para este estudo, merecem destaque as funções previstas nos incisos VI, VII, IX, XIV, XV e XVIII, conforme se apresenta:

- [...] VI. Planejar, desenvolver, executar, controlar e avaliar a política educacional do Município [...];
- VII. Implementar ações de consolidação do Sistema Municipal de Educação, integrando as políticas e planos educacionais do Município, Estado, União e demais instituições que atuam na área [...];
- IX. Executar os programas de educação infantil e ensino fundamental [...];
- XIV. Executar ações que visem à erradicação do analfabetismo [...];
- XV. Promover a formação e capacitação de pessoal da área de educação [...];
- XVIII. Realizar outras ações inerentes ao setor [...] (MARITUBA, 2014, sem paginação).

É importante esclarecer que não se pretende aqui constituir um movimento de fiscalização sobre o papel que a Secretaria tem exercido no município nos últimos anos, mas, propor reflexões sobre o que se pode realizar dentro do espaço legal proposto para funcionamento desta secretaria que possui fundamental importância para o desenvolvimento do município.

Em relação aos incisos destacados, é de se notar que, no inciso VI, se define a competência fundamental da SEMED no que se refere à política educacional do município. No inciso VII, é possível afirmar que se situa a gestão de diretrizes e implementações para os planos de educação, nos âmbitos municipais, estadual e da união, e que diz respeito ao problema de pesquisa deste estudo.

Os incisos IX, XV e XVIII dizem respeito aos meios a serem legalmente adotados pela SEMED para o exercício das suas atribuições como órgão diretamente responsável por gerir o sistema de ensino municipal.

---

<sup>8</sup> Lei que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa do poder executivo municipal, e dá outras providências.

Merece destaque aqui o inciso XIV, pois evidencia a necessidade e o importante papel da SEMED na proposição de ações de enfrentamento do analfabetismo, e, nesse sentido, compreender como o município de Marituba vem implementando ações para o alcance da Meta 5 do PNE se reveste de singular importância para toda a sociedade maritubense e para o fortalecimento da Educação Básica municipal.

Em relação às estratégias, observa-se um movimento no sentido de implementar a Meta 5. No que diz respeito à formação do professor alfabetizador, por exemplo, observa-se que se deu, principalmente, por intermédio da adesão ao PNAIC, tendo em vista que este tem como um dos seus eixos a formação docente.

Identificou-se, portanto, as seguintes ações: adesão ao PNAIC; elaboração do PME; realização de Jornadas Pedagógicas anuais. Dessa feita, nas seções seguintes, serão apresentadas essas ações, buscando analisar de que forma se manifestam e se contribuem ou não para a implementação da Meta 5 do PNE/2014.

#### 4.2 AÇÕES REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE MARITUBA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA META 5 DO PNE/2014, NO PERÍODO DE 2014 A 2019

Nas pesquisas realizadas para a construção deste texto dissertativo, identificou-se algumas ações que estão diretamente relacionadas com a implementação da Meta 5, no município de Marituba. Aqui, portanto, serão tratadas essas três ações: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o Plano Municipal de Educação (PME) e as Jornadas Pedagógicas.

##### 4.2.1 *Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)*

Marituba foi um dos entes que realizou a adesão voluntária ao PNAIC, no ano de 2013. Esse programa federal possibilitou aos professores do município, lotados nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, o acesso a formações, de periodicidade mensal ou quinzenal. As formações naquele ano ocorreram sempre aos sábados, no próprio município, em escolas da própria rede de ensino (fotografias 3 e 4 no Anexo C).

A estrutura de funcionamento do PNAIC no município de Marituba se estabeleceu de acordo com as diretrizes nacionais, vinculadas a uma organização verticalizada, dinamizada a partir de ações desenvolvidas por uma universidade de referência, conforme se apresenta na figura a seguir.

Figura 1 – Funcionamento do PNAIC



Fonte: adaptado de Ribeiro ([2014], p. 16).

A UFPA foi a instituição responsável por implementar o programa no Pará, por intermédio de um coordenador geral, e em parcerias entre a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e as Secretarias de Educação dos municípios que fizeram adesão ao programa. Marituba, por sua vez, participou com a interveniência de um coordenador local, indicado pela Secretaria de Educação e ratificado pelo prefeito municipal.

A execução do programa contou, ainda, em 2013, com a participação de onze professores, que desempenharam a função de orientadores de estudos, junto aos professores das turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, e que eram os facilitadores nas formações.

O desenvolvimento desse programa no município teve boa aceitação por parte da classe de professores, por considerarem como importante ferramenta de formação e suporte pedagógico com bom nível de confiabilidade, conforme é possível constatar nos relatos apresentados pelos professores participantes da pesquisa.

#### 4.2.2 Plano Municipal de Educação de Marituba

O PME de Marituba, instituído pela Lei nº 311, de 24 de junho de 2015, composta por

7 artigos, para o período de 2015 a 2025, apresenta-se estruturalmente em forma de anexo da lei citada. Conforme sumário, está dividido em sete seções, como apresentado no Quadro 15.

Quadro 15 – Estrutura do Plano Municipal de Educação de Marituba

<b>Ordem</b>	<b>Seções</b>	<b>Descrição</b>
1	Apresentação	Apresentação do PME e seus objetivos
2	Justificativa	Justifica o PME com base na Lei 13.005/2014 Instalação do Fórum Municipal de Educação
3	Sistema Nacional Articulado	Referências as Conferências Nacionais de Educação (CONAE) de 2010 e 2014 e as Conferências Municipais de Educação dos anos de 2009 a 2015
4	Objetivos	Apresenta objetivos do Sistema Nacional Articulado
5	Contextualizando Marituba	Origem do Município de Marituba, localização e dados censitários
6	Indicadores Socioeducacionais	Números de docentes e escolas cadastrados no Educacenso (sistema informatizado de levantamento de dados do Censo Escolar)
7	Implementação do Sistema Municipal de Educação, Plano Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação	Indica a legislação municipal que Sistema Municipal de Educação, Plano Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e apresenta um histórico sobre os Fóruns Municipais de Educação
8	Processo para a construção do Plano Municipal de Educação – PME e adequação as novas metas propostas na Lei 13005/ do PNE	Descreve a realização da IV Conferência Municipal de Educação
9	Metas e Estratégias	Apresenta 20 (vinte) metas, conforme o PNE, e estratégias conforme as peculiaridades locais, e a subseção “Análise Situacional” em cada meta.
10	Acompanhamento e avaliação do Plano Estadual de Educação	Apresenta mecanismos de avaliação e acompanhamento do PME.

Fonte: elaborado pela autora (2018).

O PME foi instituído no município no ano de 2015, e como estratégias para o alcance da Meta 5, definiu-se:

1. estruturar os processos: pedagógicos de alfabetização, a partir do primeiro ano de vigência deste PME, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores(as), por meio de cursos de formação continuada garantidos no calendário escolar, com apoio pedagógico específico;
2. fortalecer e ampliar o Pacto Nacional pela Educação na Idade Certa, nas escolas municipais de Marituba para garantir a sustentabilidade, efetividade e lealdade das

- ações do programa para a promoção de uma educação de qualidade;
3. garantir os direitos de aprendizagem das crianças do 1º ciclo de alfabetização (1º ao 3º) do Ensino Fundamental;
  4. assegurar a formação continuada dos estudos do PNAIC para os docentes atuantes em sala de aula no ciclo (1º ao 3º) do Ensino Fundamental;
  5. garantir os recursos didáticos e pedagógicos de qualidade para os docentes e discentes do 1º ciclo do ensino fundamental;
  6. garantir, em jornada ampliada, reforço escola para estudantes do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental com dificuldades de aprendizagem, com acompanhamento de professores(as) considerando os resultados das avaliações da Ana e Provinha Brasil;
  7. garantir a inclusão em seu sentido mais amplo, dos alunos do 1º ciclo (1º ao 3º) com atendimento especializado e ensino de qualidade;
  8. garantir aos Orientadores do Estudo do PNAIC os meios necessários para o assessoramento junto aos professores alfabetizadores das instituições de ensino, contempladas com o Pacto, para melhoria e sustentabilidade do programa no município.

O texto do PME, quando trata do “Sistema Nacional Articulado”, indica o estabelecimento de meios para o enfrentamento dos problemas educacionais de seu território:

Para tanto, o município de Marituba, por meio da Secretaria de Municipal de Educação, estabeleceu as bases para o planejamento, a implementação e a avaliação de ações públicas voltadas para o enfrentamento dos problemas educacionais do território paraense, por meio de processo efetivamente democrático, a conferência estadual de educação, na qual discutiram de modo amplo as propostas oriundas das conferências municipais e regionais relacionadas às proposições dos sete eixos que subsidiaram a CONAE, consequentemente a construção do PNE (MARITUBA, 2015, sem paginação).

O PME, portanto, a partir de sua autonomia e dentro do seu campo de atuação, poderia ter apresentado propostas que melhor correspondem aos problemas educacionais que possam existir no âmbito da sua rede de ensino.

Acerca do tema autonomia, é oportuno refletir sobre o que dizem Werle e Metzler (2014, p. 243):

O âmbito da administração da educação municipal é, a um só tempo, locus de produção de regras e de orientações para as escolas de sua rede, bem como de recontextualização de normativas definidas em níveis mais amplos. E um

espaço transpassado por vários textos e discursos, onde ocorrem disputas e contradições, cujo o exercício da negociação é necessário, em face das estruturas que constroem e das diferentes lógicas que pautam o comportamento dos coletivos e indivíduos neles presentes. É um espaço perpassado por constrangimentos impostos pelas normas e estruturas, mas onde é possível o exercício da autonomia.

A administração da educação municipal é espaço onde se manifesta o exercício da autonomia, e, portanto, é a oportunidade de se discutir problemas que afetam a rede municipal de ensino e espaço de proposições com vistas a possíveis soluções, o que não foi possível vislumbrar nas estratégias propostas para a Meta 5 no PME de Marituba. No entanto, a relevância do PME é indiscutível e seu papel precisa ser melhor esclarecido, especialmente, junto ao corpo docente municipal.

Observa-se que o município de Marituba elegeu oito estratégias para alcançar a Meta 5 do PNE/2014, que enfatizam a necessidade de se garantir a realização de políticas educacionais que contribuam na estruturação dos “processos pedagógicos de alfabetização”. No entanto, é importante esclarecer que o PNAIC se configura como importante instrumento para o alcance da Meta 5, mas, não se confunde com esta, tendo em vista que a mesma possui amplitude maior.

As estratégias 2 a 4 e 8 do PME de Marituba estão relacionadas a conceitos e diretrizes que fazem parte do PNAIC, no entanto, por este ser um programa federal e não uma política de Estado, seu tempo de execução deverá ser menor que o tempo de vigência do PME, restando, portanto, somente quatro estratégias para serem utilizadas na viabilização da estrutura da política educacional municipal de Marituba, o que representa um prejuízo em relação às demais estratégias, e, conseqüentemente, perdas para a alfabetização no município.

As estratégias apresentadas no PME de Marituba estão fortemente vinculadas ao PNAIC, quando poderiam apresentar maior autonomia, ofertando meios de superação dos problemas que possam existir no sistema de ensino municipal, pois o PNAIC tem caráter nacional, portanto, não conseguirá por si só apresentar mecanismos de enfrentamento a problemas educacionais de abrangência local suficientes para superação destes.

#### *4.2.3 Jornadas Pedagógicas*

As Jornadas Pedagógicas se inserem no contexto de formação docente e se configuram por momentos de formação de professores promovidos pelas escolas ou pela Secretaria Municipal de Educação.

Nosso enfoque será para as formações realizadas anualmente pela prefeitura municipal de Marituba, por intermédio da sua Secretaria Municipal de Educação, no início de cada ano letivo, que em geral ocorre no mês de fevereiro.

Usualmente, a abertura da jornada pedagógica se dá com uma palestra magna, proferida por um expositor convidado, que trata de temas da área da educação. Comumente, após, a exposição, são apresentados projetos realizados pelo município, apresentação da equipe técnica e administrativa da SEMED Marituba e socialização de informações consideradas importantes para o público da educação.

A participação dos professores e gestores escolares nas Jornadas Pedagógicas não é facultativo e o registro da presença em folhas de frequências tem caráter obrigatório.

A continuidade da jornada pedagógica, em geral, ocorre nas escolas sob organização e coordenação dos gestores escolares e dos coordenadores pedagógicos, momento em que são elaborados os planos de curso e outros documentos que constituem o planejamento no cotidiano escolar, como, por exemplo, o calendário escolar.

Embora seja um evento relevante no município, não possui ampla divulgação nos veículos oficiais de comunicação da prefeitura municipal, razão pela qual, nas pesquisas realizadas, não se localizou materiais de divulgação ou de comprovação da realização das Jornadas Pedagógicas, diferente do que ocorre em relação a outros eventos e projetos promovidos pela prefeitura de Marituba.

No entanto, foi possível identificar que, junto aos professores, essa ação tem considerável importância e agrega muitas expectativas, conforme as citações dos professores participantes da pesquisa.

De acordo com Cabral, temas como formação e valorização dos profissionais da educação se inserem nas discussões das políticas educacionais e na legislação educacional desde a década de 1980: “[...] abrangendo três subtemáticas: formação inicial, formação continuada e condições de trabalho dos profissionais da educação [...]” (CABRAL, 2013, p. 264).

Como recurso formativo docente, as Jornadas Pedagógicas podem propiciar melhor aprofundamento sobre uma variedade de temas, especialmente, sobre alfabetização, podendo inclusive se constituir de espaços de reflexões e de compartilhamento de experiências exitosas.



## **5 A EFETIVIDADE DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS PELO MUNICÍPIO DE MARITUBA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA META 5, DE 2014 A 2019**

Esta seção tem como objetivo analisar se a Meta 5 do PNE/2014 poderá ser alcançada no prazo previsto. Ela foi construída a partir das falas da Secretária Municipal de Educação, dos gestores escolares e dos professores das turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, de Marituba, PA.

Na constituição desta seção, se procurou, conforme já referido na seção 2, estabelecer as seguintes categorias analíticas: Formação dos professores relativa ao PNAIC, Formação dos professores relativa aos Planos Nacional e Municipal de Educação, e as Jornadas Pedagógicas. As três categorias identificadas guardam estreita relação com as estratégias 5.1, 5.4 e 5.6 da Meta 5 do PNE/2014, conforme se observa:

[...] 5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos(as) professores(as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

[...] 5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

[...] 5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores(as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores(as) para a alfabetização (BRASIL, 2014, sem paginação).

As estratégias em destaque perpassam pelas questões de valorização e formação de professores(as) alfabetizadores(as) e o incentivo a práticas pedagógicas inovadoras com foco na alfabetização, que possibilitem melhor fluxo escolar e aprendizagem dos alunos. No município de Marituba, essas estratégias pretenderam ser viabilizadas inicialmente pelo PNAIC, depois pelo PME e pelas Jornadas Pedagógicas, as quais serão apresentadas e analisadas a partir dos relatos dos gestores escolares, secretária escolar e professores participantes da pesquisa, tendo em vista que as três estratégias em destaque guardam estreita relação com as ações que destacamos.

## 5.1 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES RELATIVA AO PNAIC

Fazem parte desta categoria as formações promovidas pela SEMED Marituba para professores das turmas de 1º ao 3º ano, especificamente, sobre alfabetização e as formações ocorridas no âmbito do PNAIC.

Sobre as formações para alfabetização, dentre os participantes da pesquisa, 29 (vinte e nove) professores afirmaram já ter participado de formações sobre alfabetização, e, destes, 25 (vinte e cinco) professores consideraram que a formação recebida foi boa e 4 (quatro) professores consideraram a formação razoável; nenhum professor, portanto, considerou a formação recebida ruim.

Dos professores<sup>9</sup> que opinaram como razoável, apontaram como motivo o local onde foram realizadas as formações, conforme transcrito a seguir:

*PROF2A: Aspecto físico.*

*PROF4D: Falta melhorar a infraestrutura.*

*PROF4E: Porque a realidade em sala de aula é outra.*

*PROF6E: Muitos educadores, espaço pequeno, sonoridade era ruim.*

É possível observar, portanto, que mais da metade dos professores, neste item, consideraram que a qualidade da formação foi comprometida em virtude do espaço onde foi realizada, e da fala de um dos professores é possível depreender que ele não considerou a formação adequada à sua realidade de sala de aula.

Em relação aos professores que consideraram boa a formação recebida, se identificou a prevalência dos motivos em relação ao seu trabalho docente, metodologias, formadores, coordenação, e somente uma participante fez referência direta à alfabetização (PROF7A). A seguir, transcrevemos alguns desses relatos:

*PROF1A: No sentido de como trabalharmos de forma contextualizada, lúdica, aplicando o Sistema de Escrita Alfabética facilitando o processo de ensino-aprendizagem.*

---

<sup>9</sup> Para preservar a identidade dos professores participantes da pesquisa, optou-se pela utilização de codificação, sendo PROF a forma reduzida de Professor; os números de 1 a 9 se referem às escolas onde se realizou a pesquisa; e as letras do alfabeto de A a F se referem a cada professor alfabetizador do quadro de docentes de cada escola.

*PROF4A: Quanto aos formadores. Foi percebido que os mesmos eram pessoas que dominavam os temas abordados e capacitados para os fins.*

*PROF5B: Foi boa, pois contribuíram para aprimorar meus conhecimentos no trabalho pedagógico.*

*PROF7A: Na questão de conhecimentos metodológicos para trabalhar de forma diferenciada a alfabetização.*

*PROF7E: Contribuiu muito para a minha prática em sala de aula.*

*PROF7F: A coordenação foi maravilhosa.*

*PROF8B: Pois foi através da formação que aprendi de forma interdisciplinar e que os livros infantis serve como base para o desenvolvimento da leitura e a leitura deleite contribui.*

*PROF9B: A coordenadora tinha muitos conhecimentos e conseguiu passar com clareza todos os assuntos propostos para nós.*

*PROF9C: O palestrante foi bom.*

Nos relatos apresentados, é possível identificar uma valoração às formações recebidas pelos professores, no entanto, percebe-se que, no período proposto na pesquisa, ou seja, 2013 a 2018, há referência de forma clara somente ao PNAIC/Pacto, embora outros momentos formativos tenham sido citados, mas, sem descrição clara, pois, se resume a palestras, cursos, oficinas..., sem, contudo, apresentar maiores detalhes ou informações.

Merece destaque, também, que, conforme a SEMED, somente houve uma formação sobre alfabetização de crianças, ocorrida no período de 2013 a 2017, que foi do PNAIC. Por ter essa informação, fonte oficial, e devido às incertezas identificadas nas respostas dos professores, acreditamos que as outras formações ofertadas pelo município não trataram de forma específica sobre a alfabetização de crianças.

Nas respostas apresentadas pelos professores, nos chama atenção o fato de que não foi possível identificar clareza sobre as concepções estudadas acerca da alfabetização ou o que pode ser considerado como contribuição, de fato, em virtude das formações recebidas, o que nos remete a Micotti (2014, p. 192), que chama atenção para a existência do “lado oculto do ensino”, que é composto pelas conceituações epistemológicas, as concepções de aprendizado e de ensino, de leitura e de escrita assumidas, explícita ou implicitamente, praticadas pelos professores, e que se refletem em inúmeras situações na sala de aula, tais como: nas práticas pedagógicas, “no papel atribuído aos alunos e aos professores em aula, nas relações entre professores e alunos, nas características do material de leitura trabalhado, nos recursos didáticos

utilizados, nas atividades e nas modalidades de leitura mais solicitadas em sala de aula” (p. 192).

Portanto, embora não seja possível estabelecer claramente se as formações ofertadas apresentaram contribuições significativas para os professores alfabetizadores, é importante enfatizar que a prática docente, de forma consciente ou não, reveste-se de uma intencionalidade e se vincula a uma concepção epistemológica, que poderá atender ou não às necessidades do público a que se destina, ou seja, às crianças alfabetizandas.

É importante esclarecer, ainda, que, quando tratamos de concepções de alfabetização, esta se caracteriza por uma multiplicidade de conceitos, e que o PNAIC não consegue responder por todas as concepções, o que o desqualifica para ser considerado como sinônimo de formação sobre alfabetização, pois, ele é somente parte do processo e, portanto, não deve responder por uma totalidade de concepções. Soares (1985, p. 21) esclarece que “[...] Uma teoria coerente da alfabetização exigiria uma articulação e integração dos estudos e pesquisas a respeito das suas diferentes facetas”.

Sobre o PNAIC propriamente dito, foram elaboradas questões com o propósito de melhor compreender sua execução e se trouxe ou não contribuições para o tema da alfabetização. Em resposta, dos professores pesquisados, 25 (vinte e cinco) professores informaram já haver recebido formação sobre o PNAIC, e somente 8 (oito) professores declararam não ter participado das formações, o que equivale, respectivamente, a 76% e 24%.

Tabela 8 – Formação do PNAIC no município de Marituba

Professores que receberam formação	25	76%
Professores que não receberam formação	8	24%

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Dos participantes das formações do PNAIC que as classificaram como boas, ao responderem “em que medida”, somente um professor não apresentou resposta, e as respostas dos demais professores abordaram diversos aspectos sobre os materiais, os formadores e procedimentos metodológicos, entre outros. Conforme se transcreve, a seguir:

*PROFESSORES QUE CONSIDERARAM BOA A FORMAÇÃO DO PNAIC*

*PROF1A: São formações norteadoras para trabalharmos de forma contextualizada afim de que a criança considere o sistema de escrita alfabético.*

*PROF1B: A infra-estrutura foi boa, as metodologias.*

*PROF2B: A metodologia foi boa e os conhecimentos compartilhados.*

PROF3C: Toda formação continuada para a formação de professores é bem vinda para enriquecer nossos conhecimentos e o PNAIC foi tudo de bom.

PROF4A: Os formadores se mostravam capacitados para promover as formações.

PROF4B: A participação no programa foi importante para o avanço na qualidade da educação brasileira.

PROF4C: Conduzir a alfabetização na perspectiva do letramento de todas as crianças.

PROF4E: Eles repassam muito recurso para trabalharmos em sala de aula.

PROF5A: As formações nos fez crescer e inovar a nossa dinâmica em planejar e conduzir a nossa prática pedagógica.

PROF5B: Foi boa, tinha encontro com palestrantes que ajudou muito a melhorar o trabalho pedagógico em sala de aula.

PROF5C: Os encontros realizados pelo Pacto foram bons e contribuiu muito no trabalho pedagógico dentro de sala de aula.

PROF6A: Conhecimentos teóricos.

PROF6B: Orientadora qualificada pela qual me ajudava sempre, e facilitando os entendimentos teóricos, com práticas diversas e facilitadores.

PROF6C: Foi boa, aprendi bastante com os colegas, compartilhando, interagindo e socializando ideias.

PROF6D: Foi boa, aprendi muita coisa com os colegas, compartilhando, interagindo e socializando ideias.

PROF6E: Materiais apresentados foram bons, porém o espaço precisa melhorar.

PROF7A: Na medida de aquisição de materiais diferenciados e práticas pedagógicas voltadas exclusivamente para a alfabetização.

PROF7B: Para fortalecer ainda mais os conhecimentos e metodologias para o ciclo (1º ao 3º ano).

PROF7C: Organizar sequências didáticas.

PROF7E: O suficiente para enriquecer mais os meus conhecimentos.

PROF8A: A formação teve como propósito desenvolver uma análise sobre alfabetizadores, onde se concretizam as práticas educativas.

PROF8B: Foi muito gratificante poder participar das formações, pois, as formadoras tinham conhecimento dos assuntos e eram bem dinâmicas.

PROF8C: As formadoras bem preparadas. As atividades esclarecidas e bem desenvolvidas, materiais muito bom.

*PROF9B: Em passar conhecimentos para melhor efetuar as aulas na sala de aula, fez com que as aulas ficassem mais dinâmicas.*

Da análise das respostas apresentadas, é possível concluir que o PNAIC foi uma formação que obteve boa aceitação por parte dos docentes e que estes o reconhecem como relevante instrumento para a formação do professor no exercício docente nas turmas de alfabetização.

Ao se perguntar sobre os anos em que cada professor participou da formação do PNAIC, estabelecendo o período de 2013 a 2018, se obteve os resultados apresentados na tabela a seguir.

Tabela 9 – Quantidade de professores que participou da formação do PNAIC/Marituba – Por

	ano					
Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total de Professores	7	10	11	13	17	17

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Um fato que chama atenção é que, embora 25 (vinte e cinco) professores tenham participado das formações do PNAIC, em nenhum ano essa totalidade foi alcançada, o que pode indicar que, embora o município tenha investido recursos para realização das formações do PNAIC, não houve um caráter de continuidade, pois aqueles professores que receberam formação em um ano, não puderam, no ano seguinte, estar em sala de aula nas turmas de 1º ao 3º ano para aplicarem nas suas práticas pedagógicas os resultados das formações recebidas.

Sobre as formações do PNAIC, a SEMED aponta a formação do PNAIC como uma das formações promovidas com foco na alfabetização, porém, nos chamou atenção o fato de que a Secretária informou que as formações ocorreram no período de 2013 a 2017. No entanto, 17 (dezessete) professores participantes informaram terem recebido formação do PNAIC no ano de 2018.

No instrumento de pesquisa utilizado, reconhecemos o PNAIC como importante elemento para o alcance das metas do PNE, e solicitamos aos participantes que respondessem se consideram que o PNAIC é uma boa ferramenta para atingir a meta da alfabetização do Plano. Em resposta, 25 (vinte e cinco) professores afirmaram positivamente; 4 (quatro) professores afirmaram que não; e 2 (dois) professores optaram por não responder a essa questão. Ao serem perguntados “em que aspectos”, as respostas apresentadas enfocaram,

principalmente, aspectos metodológicos e de suporte na docência dos professores, conforme se transcreve a seguir.

*PROFESSORES QUE RESPONDERAM EM QUE ASPECTOS O PNAIC É UMA BOA FERRAMENTA PARA ATINGIR À META 5 DO PNE*

*PROF1A: Nos auxiliou com estratégias, atividades lúdicas e interativas, onde a criança tem o direito de ser alfabetizada até os 8 anos de idade.*

*PROF1B: Através das formações recebidas, através do Pacto pela Educação.*

*PROF2B: Metodologias, materiais utilizados.*

*PROF3C: O PNAIC trouxe muita informação e esclarecimento para os professores saberem como trabalhar o seu plano de aula, para poder atingir um bom desenvolvimento educacional.*

*PROF4A: O PNAIC é uma boa ferramenta. Pode não ser eficaz, mas tem por objetivo nortear educadores a compreender o caráter pedagógico para a implementação de uma educação de qualidade no município.*

*PROF4B: Na valorização do profissional da educação. Na implementação de uma política educacional articulada e integrada aos estados e municípios em parcerias permanente.*

*PROF4C: Formação continuada, análise de atividades, planejando as aulas, socialização de experiências sobre a prática cotidiana.*

*PROF4E: O PNAIC veio para nos ajudar. E trazer informação e recurso pedagógico para nós professor passarmos para nossos alunos.*

*PROF5A: Com certeza é uma ótima ferramenta para o trabalho desenvolvido em sala. Os cursos de formação consolidam a importância de uma formação continuada para um fazer pedagógico eficaz e de qualidade.*

*PROF5B: É ótima ferramenta, mas no meu ponto de vista ainda não foi alcançada essa meta.*

*PROF5C: Que essa ferramenta alcance metas importantes com a expectativa de uma educação de qualidade.*

*PROF6A: Sim, no aspecto metodológico como: lúdico, leitura deleite, oralidade e outros.*

*PROF6B: Por práticas facilitadoras.*

*PROF6C: Sim, no aspecto metodológico como: lúdico, leitura deleite, oralidade, as crianças socializam, trocam ideias e outros.*

*PROF6D: Sim, no aspecto metodológico como: lúdico, leitura deleite, oralidade, as crianças socializam, trocam ideias.*

*PROF6E: Melhoria da qualidade da educação. Direciona esforços e investimentos.*

*PROF7A: No aspecto de se trabalhar metodologias diferenciadas para desenvolver de forma significativa a aprendizagem dos alunos.*

*PROF7B: Desenvolver, com qualidade, o trabalho com a linguagem oral e escrita.*

*PROF7C: Estabelecer metas e estratégias na área da educação.*

*PROF7E: O PNAIC tem o foco no processo de alfabetização e tem a perspectiva de direito à educação e com seus eixos temáticos e direitos de aprendizagens nos ajudam nesse processo.*

*PROF7F: Melhorar a qualificação do profissional na área da educação (professor).*

*PROF8A: O Pnaic tornou-se para melhoria da qualidade da educação.*

*PROF8B: O PNAIC contribuiu para a superação da desigualdade educacional, pois sabemos que o índice de analfabetismo era muito grande no Brasil.*

*PROF8C: O PNAIC contribuiu de maneira eficaz no processo ensino aprendizagem.*

*PROF9B: Nas aulas, que ficaram mais atrativas para o aluno, com as seqüências didáticas.*

Conforme se observa, muitas ferramentas que compõem a essência do PNAIC foram citadas, como seqüências didáticas, o trabalho com a linguagem oral e escrita e eixos temáticos, entre outros. Embora o PNAIC tenha sido considerado muito relevante na formação de professores do município de Marituba, é importante pontuar que há autores que o criticam por o considerarem como um instrumento criado para funcionar a serviço do capital. Esquinsani (2016) considera que o PNAIC se configura em duas funções distintas, que seriam “[...] fornecer subsídios formativos ao professor e, em contrapartida, colocá-lo como sujeito central da responsabilização dos resultados dos processos para os quais foi formado, materializando o *accountability* como estratégia de política educacional” (p. 2466).

Embora no âmbito das políticas públicas voltadas para a alfabetização já tenha havido diversos programas e o PNAIC guarde, em certa medida, semelhança com alguns desses programas, é necessário esclarecer que ele se diferencia dos programas anteriores pela sistemática apresentada, como, por exemplo, a adesão e o estabelecimento de parcerias entre os entes federativos.

As contribuições advindas da execução do PNAIC são relatadas pelos professores pesquisados, que o consideram como relevante suporte à docência nas turmas de alfabetização;



no entanto, não deve ser assumido como única ferramenta para melhoria dos desempenhos educacionais. É necessário que o município, por intermédio de avaliações e acompanhamentos periódicos, viabilize outros meios para o fortalecimento de uma área que ainda se apresenta bastante carente de iniciativas.

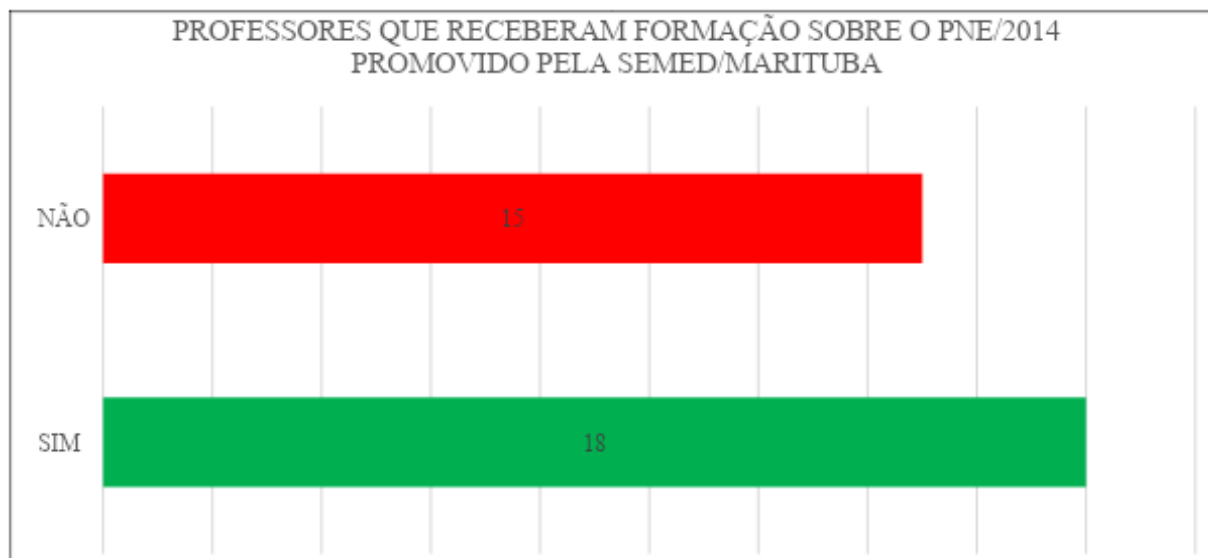
## 5.2 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES RELATIVA AOS PLANOS NACIONAL E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Nesta categoria de análise, pretendemos reunir os estudos e conclusões realizados acerca do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação de Marituba.

Em resposta ao questionário, 27 (vinte e sete) professores afirmaram conhecer o Plano Nacional de Educação e somente 6 (seis) professores disseram não o conhecer. Este resultado se apresenta, inicialmente, muito positivo, por se entender que o conhecimento e a compreensão do professor alfabetizador acerca das diretrizes educacionais são fundamentais para que seus alunos possam ter maiores chances de êxito no processo de ensino e aprendizagem.

Em seguida, se procurou saber se os professores já haviam recebido formação sobre o PNE, promovida pela SEMED Marituba. Em resposta, 18 (dezoito) participantes da pesquisa informaram já haver recebido formação e 15 (quinze) informaram negativamente à questão.

Gráfico 7 – Formação sobre o PNE/2014



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Nesse quesito, os valores levantados não se mostram positivos, pois, no percurso formativo do professor, deve se possibilitar meios que viabilizem conhecer as diretrizes e

normas da política educacional local para que este possa nortear seu trabalho incluindo aspectos dessas orientações.

Sobre a qualidade da formação recebida, somente 17 (dezessete) professores responderam a esse respeito, sendo que 11 (onze) afirmaram ter sido boa e 6 (seis) respondentes informaram que as formações foram razoáveis. E quando foram questionados “em que medida”, os professores que consideraram a formação como boa apresentaram as seguintes respostas:

*PROFESSORES QUE CONSIDERARAM BOA A FORMAÇÃO RECEBIDA*

*PROF1A: Uma das principais medidas é a erradicação do analfabetismo, com o objetivo de melhorar a qualidade de educação e de vida do cidadão.*

*PROF4B: No suporte e estrutura para garantir um bom atendimento ao nosso público alvo no caso nossos educandos.*

*PROF4E: Aprendemos muito com as diretrizes, no sentido de contribuir com informações repassadas para a gente.*

*PROF7A: Na medida de intensificar a alfabetização dos alunos do ciclo, no entanto, a formação geral não ocorreu.*

*PROF7B: Da busca por Educação de qualidade, melhorias nas condições de trabalho docente com superação de desigualdades educacionais.*

*PROF7C: Na organização do trabalho escolar e os recursos didáticos.*

*PROF7E: Nos ajudando com o trabalho com as crianças que necessitam de um pouco mais de atenção.*

*PROF8A: Cooperou para o aumento de conhecimento a respeito da lei.*

*PROF8B: Verificou-se que essas Jornadas Pedagógicas ajuda na construção do nosso planejamento e no plano de aula.*

*PROF9A: Da forma como eles explicaram.*

*PROF9C: Essas formações ajudam a melhorar o conhecimento.*

Já os participantes que consideraram as formações como razoáveis, ao responderem “em que medida”, expressaram:

*PROFESSORES QUE CONSIDERARAM RAZOÁVEL A FORMAÇÃO RECEBIDA*

*PROF5A: Acredito que foi razoável, pois é um assunto de suma importância onde deveriam ter ampliado mais encontros de formações para contribuir no entendimento.*

*PROF5B: Foi pouco tempo para fazer o estudo sobre a lei e não foi bem o esclarecimento.*

*PROF5C: Porque foi muito pouco tempo para explorar o conteúdo.*

*PROF6B: Precisa-se sair do teórico e partir para o prático, pois nossa rotina é corrida, praticidade com novas estratégias, assim conseguimos êxito em nosso trabalho.*

*PROF8C: Por causa do espaço não era confortável.*

*PROF9B: Porque os objetivos propostos não foram repassados com bastante clareza e pouco se entendeu.*

Na análise das respostas dos professores que consideraram a formação boa, em sua maioria, é possível identificar ausência de profundidade no trato de temas específicos que dizem respeito às metas do PNE, o que denota desconhecimento. Foi possível, inclusive, identificar certa confusão entre PNE e Jornadas Pedagógicas (PROF8B).

Nas respostas dos professores que consideraram a formação razoável, foi possível identificar insatisfação em relação ao tempo despendido na formação que se mostrou, na fala desses, insuficiente.

Foi solicitado aos professores informarem os anos em que participaram da formação sobre o PNE, elegendo-se o período de 2013 a 2018, e, surpreendentemente, 19 (dezenove) professores não apresentaram respostas. Somente 14 (quatorze) professores apresentaram a informação solicitada, e os resultados obtidos são apresentados a seguir.

Tabela 10 – Formação sobre o PNE/2014

	Anos						Não responderam
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Total	4	5	5	7	8	12	19

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Ressalte-se que, mesmo que dezessete professores tenham afirmado ter participado das formações sobre o PNE, somente 14 (quatorze) informaram o ano de participação, tendo, inclusive, alguns professores feito a marcação em todos os anos do período apresentado, o que nos remete ao entendimento de que não há certeza sobre a formação recebida.

Sobre esse tema, a Secretaria Municipal de Educação informou já ter havido uma formação em parceria com o Conselho Municipal, porém, não foi informado o ano, o período, a carga horária ou o público a quem se destinou a formação. Sobre os temas tratados na

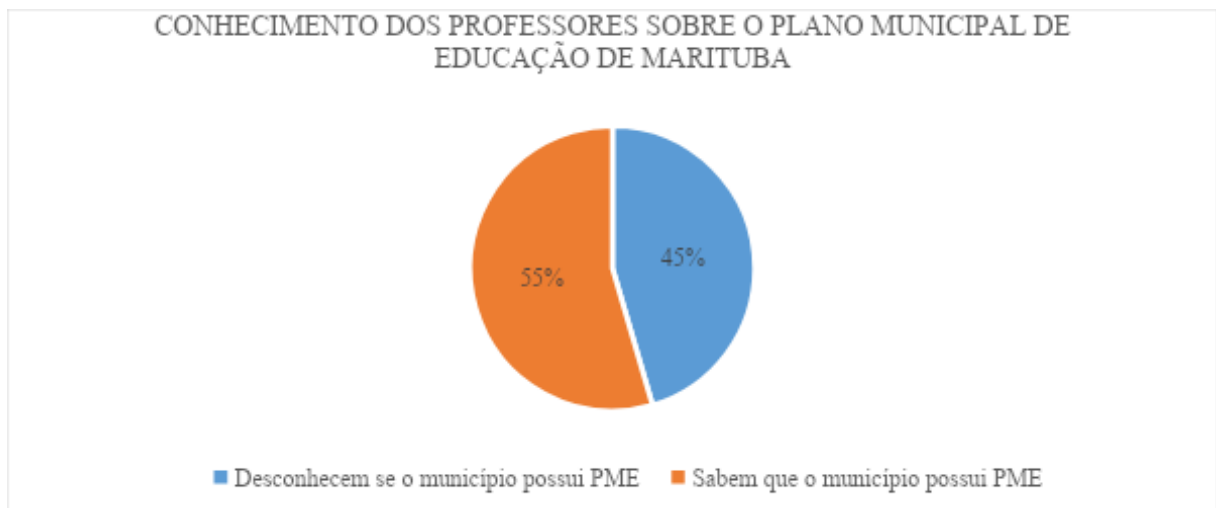
formação realizada, a SEMED Marituba informou os temas Formação de Professores e Alfabetização.

No entanto, da análise das falas apresentadas pelos professores, é possível concluir que os resultados não foram suficientes para propor reflexões sobre a importância do PNE na educação e que há ainda muitas dúvidas sobre o que vem a ser o Plano Nacional de Educação e sua relevância para o exercício docente na rede de ensino e para todo o sistema nacional de educação brasileira.

Sobre o Plano Municipal, se considerou tratar dentro desta mesma categoria por sua relação teórica com o objeto dessa pesquisa.

Se pretendeu identificar o conhecimento dos professores sobre o PME, instituído pela lei municipal 311/2015, conforme referido em seção anterior. E, em resposta, 15 (quinze) professores informaram desconhecer se o município possui PME; e 18 (dezoito) professores afirmaram positivamente a este item, o que equivale a 45% e 55%, respectivamente. Esse resultado, mostrado no Gráfico 9, revela um percentual elevado de desconhecimento sobre um documento de grande relevância para a educação municipal.

Gráfico 8 – Conhecimento dos professores sobre o Plano Municipal de Educação de Marituba



Fonte: elaborado pela autora (2020).

Para melhor compreensão sobre as contribuições das formações recebidas, procurou-se identificar o nível de conhecimento dos participantes acerca do PME. E, dos professores que afirmaram ter recebido formação sobre o PME de Marituba, houve aqueles que não quiseram ou não souberam responder o que sabiam a respeito do Plano. Da análise das respostas apresentadas, é possível concluir que, mesmo entre aqueles que afirmaram saber da existência

do PME, há ainda muitas dúvidas do que realmente é esse Plano e sua importância na educação, conforme se transcreve a seguir.

*PROFESSORES QUE RESPONDERAM: O QUE VOCÊ SABE A RESPEITO DO PME?*

*PROF1A:* Acredito que tenha até porque o regimento de educação municipal é pautado em planos, ações e estratégias que são discutidos nesses encontros, porém ainda não tive acesso.

*PROF1B:* Sem resposta.

*PROF1C:* Sei, que o município nesses últimos anos tem promovido algumas conferências anuais sobre educação.

*PROF2A:* A SEMED que trabalha com planejamento orçamentário do município.

*PROF2B:* Sem resposta.

*PROF3A:* Houve, segundo os colegas foi muito bom.

*PROF4A:* Tenho ciência que nos anos de 2013, foi organizado um encontro de educadores de Marituba, no município de Benevides para discussões do Plano de educação de nosso município.

*PROF4B:* Trata-se de um planejamento em consonância com o estado que tem um prazo para aprovar suas metas.

*PROF4E:* É uma lei determinar as metas e as políticas públicas que devem ser alcançadas.

*PROF7A:* Trata-se de ações voltadas para a melhoria da educação no município.

*PROF7B:* Que está em estudo.

*PROF7C:* Elaborar diretrizes para uma educação de qualidade.

*PROF7D:* Que está em estudo.

*PROF7E:* Ainda está em estudo.

*PROF8A:* Sabemos que é um documento que nos orienta quanto a elaboração do Projeto Político Pedagógico e regimento escolar.

*PROF8B:* Entendemos que é um documento que nos orienta quanto a elaboração do PPP e regimento do livro.

*PROF8C:* Sabemos que é um documento que nos orienta quanto a elaboração do Projeto Político Pedagógico e regimento escolar.

*PROF9A:* Eu acredito que o Plano Municipal de educação vem para contribuir com grandes melhorias para o desenvolvimento do município.

PROF9B: *Eu ainda não conheço muito a respeito.*

PROF9C: *Eu nunca estudei a respeito.*

Na pesquisa, se procurou saber sobre os estudos/cursos/eventos ofertados pela SEMED Marituba que trataram especificamente do Plano Municipal de Educação, e as respostas apresentadas pelos professores apresentam grande diversidade e pouco conhecimento, conforme se transcreve a seguir.

*QUAIS OS ESTUDOS/CURSOS/EVENTOS OFERTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARITUBA QUE TRATARAM ESPECIFICAMENTE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARITUBA?*

PROF1A: *Desconheço.*

PROF1B: *Feira do livro através da Conferência Municipal de Educação.*

PROF1C: *Não sei informar.*

PROF2A: *Conferência municipal de 2014.*

PROF2B: *Na Conferência municipal de Educação.*

PROF1A: *Não houve estudos/eventos ofertados pela secretaria de Marituba.*

PROF1B: *É que o mesmo trata da implementação de novas formas de administração do sistema educacional na busca de um saber que desvele uma dada realidade e contribua para o direito educação e não se torne somente princípio, mas concretude.*

PROF4A: *Desconheço.*

PROF4B: *Formação de professores, o aprova Marituba. A parceria com o LEMA que tem como objetivo melhorar o processo de ensino aprendizagem dos alunos.*

PROF4E: *Oferecem muitas formação e palestras para nós servidor.*

PROF6A: *Existe uma conferência anual que se desenvolve junto a Feira do Livro que trata do Plano Municipal de Educação.*

PROF6C: *Sim, existe uma Conferência anual junto com a feira do livro que trata do plano municipal de educação.*

PROF6D: *Sim, existe uma Conferência anual junto com a feira do livro que trata do plano municipal de educação.*

PROF7A: *Desconheço, por não haver uma formação específica para os professores.*

PROF7B: *Leman.*

PROF7C: *Semana pedagógica, Feira do livro.*

PROF7D: *Leman.*

PROF7E: LEMAN.

PROF8A: Feira do livro, Jornada Pedagógica e o Natal dos sonhos.

PROF8B: Feira do livro, Jornada Pedagógica e o Natal dos sonhos.

PROF8C: Feira do livro, Jornada Pedagógica e o Natal dos sonhos.

PROF9A: Não participei.

PROF9B: Já tiveram muitas mais no momento eu não sei citar alguma.

PROF9C: Não participei.

Nos chama atenção, também, que a segurança nas respostas, perceptíveis na questão 6 que trata do PNAIC, já não pode ser identificada aqui, quando o tema tratado é o PME. No questionário direcionado à SEMED Marituba, no item b da questão 1, perguntou-se se a formação sobre o PNE tratou: “Temas Gerais, tais como, o histórico, responsabilidade do município, as metas do Plano Municipal de Educação, entre outros”. No entanto, esse item não foi preenchido.

A partir da análise das respostas obtidas, o que se pode concluir é que a SEMED Marituba ainda não realizou formações direcionadas aos docentes que tenham tratado de forma específica sobre o PME, pois, não se identificou clareza ou coerência nas respostas dadas pelos professores acerca do Plano Municipal, o que se considera como um fator prejudicial à rede de ensino, tendo em vista a relevância do PME e a necessidade de criação e ampliação de espaços de discussão e debates sobre o tema, o que se insere como relevante instrumento de democratização do ensino público.

O PME representa um importante aliado para uma educação de qualidade, contemplando a alfabetização de crianças, pois, conforme delineado por Eto, Castro e Garcia (2016, p. 54), “Os planos municipais de educação possibilitam uma reflexão a longo, médio e curto prazo de uma determinada realidade, o estabelecimento de metas, estratégias e ações que os municípios devem alcançar tendo em vista a melhoria da Educação Básica [...]”.

Para Eto, Castro e Garcia (2016, p. 54), os planos municipais de educação remetem à efetividade da estruturação de uma política para a educação e, ainda que teoricamente, tem o papel de “[...] orientar os municípios na definição de metas próprias, definição de ações, de responsabilidades [...]” e para o alcance “[...] dos recursos que devem ser aplicados para que se alcance uma educação democrática, igualitária e de qualidade, assegurando, assim, um direito básico de cidadania”.

### 5.3 JORNADAS PEDAGÓGICAS

Em seguida, são apresentados e analisados os dados obtidos sobre a categoria “Jornadas Pedagógicas”, e a última questão enfoca a realização de ações que, na opinião dos professores pesquisados, estão sendo ou já foram realizadas para a melhoria do nível de alfabetização de alunos das turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, no município de Marituba.

Em resposta a essa questão, 31 (trinta e um) professores afirmaram já ter participado das Jornadas Pedagógicas, e somente 2 (dois) professores informaram ainda não ter participado. Ao item b, sobre a qualidade das Jornadas Pedagógicas, nenhuma dos pesquisados respondeu como ruim; 8 (oito) responderam como razoáveis; e 23 (vinte e três) professores informaram que, em suas opiniões, as jornadas são boas; embora somente 22 (vinte e dois) professores tenham justificado sua avaliação.

Ao serem questionados “em que medida”, as respostas focalizaram principalmente os temas, os palestrantes e o espaço onde são realizadas as Jornadas Pedagógicas. A seguir, são apresentadas as respostas, que foram separadas entre aqueles que consideram boas e os que consideram as jornadas razoáveis.

#### *PROFESSORES QUE CONSIDERARAM BOA A JORNADA PEDAGÓGICA*

*PROF1A: Sempre abordam a garantia do direito de aprender. E nos oportunizam debates sobre as atividades e medidas avaliativas entre outros que devemos utilizar.*

*PROF1C: Colaboram para despertar o(a) professor(a) para sair da rotina e investir em novas metodologias para utilizar em sala de aula.*

*PROF2A: Principalmente no aspecto cognitivo.*

*PROF2B: Palestrantes foram de suma importância.*

*PROF3C: Os temas foram muito importante para as discussão e desenvolvimento dos educadores.*

*PROF4B: Contribuiu no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas de sala de aula.*

*PROF4C: Em que o tema abrange parcialmente as necessidades educativas.*

*PROF4E: São palestrantes muito bons.*

*PROF5A: As Jornadas Pedagógicas são de suma importância para traçar metas e projetos cada vez mais eficiente para nossos alunos e promover reflexões e debates em torno de políticas e propostas pedagógicas para a educação.*



*PROF5C: Foi muito boa cada conhecimento adquirido só fez somar para o crescimento profissional.*

*PROF6E: Palestrantes, conteúdos.*

*PROF7A: Na medida que apresentam novas formas de metodologias que facilitam as práticas pedagógicas.*

*PROF7B: Para formação de professores, com novos conhecimentos.*

*PROF7C: Promover uma educação inclusiva.*

*PROF7D: Aprimoramento dos conhecimentos pedagógicos.*

*PROF7E: Me esclarecem algumas dúvidas em relação a BNCC.*

*PROF7F: Os profissionais os quais são escolhidos para nos orientar na formação (Jornadas Pedagógicas).*

*PROF8C: Porque contribuiu significadamente na minha práxis.*

*PROF9A: Os temas foram bons.*

*PROF9B: As palestras foram muitas boas com assuntos interessantes, e que foi de forma esclarecedora.*

*PROF9C: Melhora os níveis de conhecimento.*

*PROF8A: Porque favoreceu significativamente na minha Prática Pedagógica.*

Nas respostas dos professores que consideraram as Jornadas Pedagógicas como boas, é possível identificar alguns elementos em destaque, tais como os temas escolhidos, a competência dos palestrantes, e a oportunidade de reflexão sobre a prática pedagógica dos professores.

#### *PROFESSORES QUE CONSIDERARAM RAZOÁVEL A JORNADA PEDAGÓGICA*

*PROF1A: É realizada no curto período de tempo e não é o suficiente para atender as necessidades e dificuldades que o professor enfrenta.*

*PROF4A: Precisamos de suporte e estrutura de ambiente que garantem um bom atendimento ao público alvo. Por se tratar de formação, entendo que seja oferecido por pessoas capacitadas, entendidas de assuntos aos quais são delegados. Que conteúdos a serem oferecidos sejam transparentes e seguros. Que ao final das formações saibamos o que vamos fazer em nosso local de trabalho e como fazer. Não queremos apenas perder tempo, ganhar certificados. Quando na verdade não aprendemos de fato o que precisamos (conhecimentos e qualificação). Só teremos qualidade de trabalho quando existe preparo.*

*PROF4D: Precisa melhorar a qualidade porque reúne muitas pessoas em um só lugar.*

*PROF5B: São poucas as informações sobre o tema que deve ser abordado nas palestras.*

*PROF6A: Em relação a parte teórica, pois a palestrante não consegue repassar os conhecimentos abordado no tema.*

*PROF6B: O espaço não contribui para atendimento.*

*PROF6C: Em relação a parte teórica, pois a palestrante ainda não conseguiu repassar os conhecimentos abordado no tema.*

*PROF6D: Porém, a palestrante não deixou bem claro o tema abordado.*

Da análise das respostas, é possível concluir que as Jornadas Pedagógicas possuem boa aceitação e participação por parte dos docentes das turmas de 1º e 3º ano, que atribuem boa importância ao que esses momentos de formação podem apresentar como contribuição em suas formações continuadas, e que, mesmo entre aqueles que consideraram as Jornadas Pedagógicas razoáveis, a maior ênfase se dá em virtude dos prejuízos atribuídos devido à ausência de um local adequado para reunir grande número de docentes e que tenha boa acústica no ambiente.

Procurou-se identificar, também, a existência de uma estreita relação entre as Jornadas Pedagógicas e a formação para o professor que trabalha na alfabetização. Em resposta a essa questão, 27 (vinte e sete) professores consideraram que as Jornadas Pedagógicas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Marituba são importantes para a formação do professor que trabalha com alfabetização, e somente 4 (quatro) professores discordaram desse entendimento.

Ao serem questionados “em que aspectos”, nem todos os professores apresentaram respostas; contudo, das respostas apresentadas, um número bastante resumido se deteve a relacionar aspectos identificados nas Jornadas que contribuem para a formação do professor alfabetizador, conforme se transcreve a seguir.

*PROFESSORES QUE CONSIDERARAM QUE AS JORNADAS PEDAGÓGICAS SÃO IMPORTANTES PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR*

*PROF1A: A partir dos debates realizados conhecemos novos caminhos para somarmos com nossas experiências melhorando cada vez mais nossa prática e os resultados obtidos.*

*PROF1B: Através da experiências compartilhadas.*

*PROF2A: Social, afetivo, cognitivo do alunado.*

PROF2B: *As experiências compartilhadas através dos debates.*

PROF3C: *Todo conhecimento é bem vindo, embora não seja focado só na alfabetização.*

PROF4A: *Porque um professor só tem um trabalho de qualidade quando se qualifica o profissional. É para tal finalidade que exige uma educação de qualidade.*

PROF4B: *Capacitação dos profissionais da educação para aprimorar a equidade e a qualidade das aprendizagens dos estudantes de Marituba.*

PROF4C: *Ativamente, em todas as propostas pedagógicas.*

PROF4E: *Esclarecendo muito fatores para nós professores.*

PROF5A: *No aspecto pedagógico é fundamental para o planejamento do trabalho a ser realizado pelas escolas municipais visando novas estratégias para o ensino com foco em uma aprendizagem eficaz.*

PROF5B: *A semana pedagógica é de suma importância para a formação de professores.*

PROF5C: *As Jornadas Pedagógicas foram muito importante na formação dos professores e superou as dificuldades encontrada dentro da sala de aula.*

PROF6A: *São muito importante, porém, precisou ser mais consistente em relação às teorias.*

PROF6B: *Sempre muito gratificante receber novos conhecimentos, novas experiências, o educador deve sempre estar estudando, e assim aprendemos uns com os outros.*

PROF6C: *São muito importante, porém, precisou ser mais consistente em relação às teorias.*

PROF6D: *São realmente muito importante, todavia precisa ser mais consistente e com maior clareza.*

PROF7A: *No aspecto de ressignificar a prática pedagógica e a socialização e troca de experiências com outros colegas.*

PROF7B: *Para estimular e fortalecer o processo de alfabetização.*

PROF7C: *Socialização de conhecimentos.*

PROF7D: *De aperfeiçoar conhecimento pedagógico.*

PROF7E: *Em relação aos conhecimentos que nos trazem e as experiências trocadas.*

PROF7F: *Adquirir qualificação e experiência para um desenvolvimento satisfatório em sala de aula.*

*PROF8A: As Jornadas Pedagógicas nos dar incentivo para elaboração do nosso Planejamento e Plano de aula.*

*PROF8B: No aspecto geral, pois é através do conhecimento adquirido nas jornadas pedagógica podemos melhorar a qualidade da educação.*

*PROF8C: Pois dá subsídio e mecanismo novos para elaboração do nosso planejamento e plano de aula.*

*PROF9A: É importante para formação, mas não trata especificamente de alfabetização.*

*PROF9B: Muito importantes trazer novidades e atualizações para o professor dinamizar e atualizar suas aulas.*

*PROF9C: Trazendo temas importantes.*

Os professores que consideraram que as Jornadas Pedagógicas são importantes para a formação do professor alfabetizador, na maioria das respostas, não indicaram elementos específicos relacionados à alfabetização de crianças, mas, somente aspectos gerais relacionados à docência e à prática de sala de aula.

*PROFESSORES QUE NÃO CONSIDERARAM QUE AS JORNADAS PEDAGÓGICAS SÃO IMPORTANTES PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ALFABETIZADOR*

*PROF1C: Porque elas não são voltadas especificamente para trabalhar com a alfabetização, e a duração das mesmas são curtas.*

*PROF4D: Não, porque ensinam uma coisa e cobram outra.*

*PROF6E: As formações foram voltadas para a Educação Infantil no período que trabalhei na creche.*

É possível identificar, a partir da análise das respostas apresentadas, que as Jornadas Pedagógicas, embora sejam reconhecidamente uma importante ferramenta na formação dos professores do município de Marituba, não tratam especificamente de questões relacionadas à alfabetização de maneira que possam se tornar importantes instrumentos de formação para os professores que trabalham com turmas de alfabetização, nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental.

As Jornadas Pedagógicas são, certamente, importantes momentos formativos, e precisam contemplar em suas estruturas espaços de discussões e reflexões acerca da

alfabetização infantil. Seria oportuno socializar informações e dados acerca da alfabetização infantil, caso o município dispusesse, com identificação de avanços, problemas, desafios, e construir um plano de ações para toda a rede municipal.

Na pesquisa, se procurou, também, realizar um levantamento das formações realizadas pela SEMED Marituba que objetivaram a melhora no nível de alfabetização dos alunos da rede municipal. As respostas apresentadas pelos professores foram organizadas no Quadro 15, identificando-se as ações citadas e as respectivas respostas, sendo que, dos 34 (trinta e quatro) professores participantes da pesquisa, somente 30 (trinta) apresentaram respostas a esta questão.

Quadro 16 – Respostas sobre formações realizadas pela SEMED Marituba que objetivaram a melhora no nível de alfabetização dos alunos da rede municipal

<b>Ordem</b>	<b>Sujeito da Pesquisa</b>	<b>Ações</b>	<b>Justificativa</b>
1	PROF1A	Jornadas Pedagógicas e Investigação prévia sobre as necessidades e habilidades do grupo investigado	Essa investigação é de suma importância para trabalharmos baseados nessa necessidade. Possibilitando um trabalho pautado na necessidade real, a fim de termos um resultado mais eficaz. As metas e ações seriam firmadas nas Jornadas Pedagógicas.
2	PROF1B	O Pacto pela Educação e o Mais Alfabetização	O Pacto pela Educação, o Mais Alfabetização são algumas das ações que o município adotou para melhoria do nível de alfabetização.
3	PROF2A	Ações do pacto	
4	PROF2B	A prefeitura tem desenvolvido alguns projetos do governo federal e a nível municipal.	O Pacto pela Educação e o Mais alfabetização foram alguns das ações do município.
5	PROF1A	...	Na minha turma foi realizado atividade, projeto e culminância de alfabetização e letramento para o nível do 3º ano e o nível de matemática que os alunos encontram-se, tabuado matematicando para que as crianças estejam alfabetizadas até o oito anos de idade.”
6	PROF3C	O PNAIC	Foi uma ação e formação realizada com os professores do nível do 1º, 2º e 3º, muito importante e rica em conhecimento para um bom desenvolvimento no processo de alfabetização.
7	PROF4A	Como o pacto pela educação na idade certa se perdurou por algum tempo em nosso município.	Estou certa, que ele fez grandes efeitos na organização da educação. No entanto, acredito que a secretaria de educação é responsável também pelo desenvolvimento ou não de uma educação de qualidade no município. Há algum tempo que nós professores estamos alheios, com relação a formações. E como exigir

			melhorias e qualidades de trabalho e ensino de tal categoria.
8	PROF4B	Jornadas Pedagógicas, palestras, cursos de formação continuada, projetos.	Todos com o objetivo de favorecer a aprendizagens dos alunos do município e contribuir nas práticas pedagógicas dos profissionais da educação.
9	PROF4C	Pacto	No momento não temos formação do pacto, portanto, o município poderia realizar ações efetivas para formação continuada para os educadores.”
10	PROF4D	Foram feitos cursos da B.N.C.C.	...
11	PROF4E	Formação com professores	A prova Marituba que veio de extrema importância para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.
12	PROF5A	O Pacto e o mais alfabetização	As formações do pacto pela educação sem dúvida foi de suma importância para o aprimoramento no desenvolvimento em sala de aula. O mais alfabetização também está sendo ótimo pois fortalece as unidades escolares no processo de alfabetização e tem por objetivo apoiar as escolas no trabalho com leitura escrita e matemática dos estudantes do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.
13	PROF5B	O pacto	Um ótimo programa que contribuiu muito com o trabalho pedagógico em sala de aula
14	PROF5C	O pacto	Foi o pacto que contribuiu muito na formação dos professores
15		Plano de intervenção	Plano de intervenção que visa trabalhar as dificuldades dos alunos que não conseguem acompanhar o desenvolvimento de alfabetização na idade certa. O plano de ação se desenvolve anualmente por meio de complementação pedagógico.
16	PROF6B	...	Muito já foi investido para melhorias no nosso município, porém nossa categoria ainda se sente desvalorizada, por instabilidade financeira ou até mesmo sem saber se será contratado, isso atormenta os funcionários, dos quais alguns acabam fazendo as coisas de qualquer jeito, e nesse impasse quem sai prejudicado são os nossos alunos.
17	PROF6C	Plano de intervenção	Plano de intervenção que visa trabalhar as dificuldades dos alunos que não conseguem acompanhar o desenvolvimento de alfabetização na idade certa. O plano de ação se desenvolve anualmente por meio de complementação pedagógico.
18	PROF6D	Plano de intervenção	O plano de intervenção que visa trabalhar as dificuldades dos alunos visando o acompanhamento e o desenvolvimento de alfabetização na idade certa. Esse plano de ação

			se desenvolve e se concretiza por meio de complementação pedagógico em sala de aula.
19	PROF6E	Desconheço	As que realizo são na sala de aula que ensino.
20	PROF7A	PNAIC e outras formações	O município de Marituba disponibilizou durante cinco anos a formação do PNAIC, para os professores do ciclo e após esse período vem realizando outras formações, assim como o monitoramento necessário às escolas, para que haja a efetivação do trabalho na alfabetização no município.
21	PROF7B	Mais alfabetização	É importante para o fortalecimento escolares no processo de leitura e escrita.
22	PROF7C	Formação continuada	Para a valorização do professor
23	PROF7D	Mais educação	Veio para aprimorar conhecimentos pedagógicos.
24	PROF7E	O Pacto	O Pacto nos ajudou bastante nesse processo de alfabetização com suas ideias e as orientadoras sempre nos ajudando quando tínhamos dúvidas em relação a alguma metodologia.
25	PROF7F	PNAIC	Contribuiu muito no que diz respeito ao desenvolvimento do educando, nas áreas de linguagem e cálculos matemáticos, favorecendo o brincar como uma ferramenta principal no desenvolvimento do aluno.
26	PROF8A	A formação do Pnaic	Foi um ótimo recurso de alfabetização, no entanto hoje nos faz falta.
27	PROF8C	A formação do Pnaic	Foi uma ótima estratégia de alfabetização, no entanto hoje nos faz falta.
28	PROF9A	Pacto, as jornadas e outros.	Sem resposta
29	PROF9B	Pnaic/ Proletramento/ formação continuada	Contribuíram muito na alfabetização e a UMAEI nos cursos que oferta ajuda na alfabetização dos alunos especiais.
30	PROF9C	Pacto e alguns Cursos	Pacto e alguns Cursos que estão acontecendo no município de Marituba.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

A partir da observação das respostas apresentadas pelos professores, é possível identificar a citação de algumas formações, que são o PNAIC, Proletramento, Mais Educação, Mais Alfabetização, Plano de Intervenção, entre outros, porém, acerca do tema, a Secretaria Municipal de Educação, na questão 2 do bloco 3 do questionário, citou somente o PNAIC (período de 2013-2017), com 360h, e o Aprova Marituba (período de 2017-2019), com carga horária de 16h. Há ainda o resultado do relatório do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) sobre o município de Marituba.

De acordo com o Questionário IEGM: i-Educ de Marituba do ano de 2017, no item 21, o município de Marituba não utilizou nenhum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal. No entanto, no Questionário

IEGM: i-Educ de Marituba – 2018, o resultado foi positivo, embora, não se tenha apresentado a identificação ou detalhes desses programas.

No Questionário IEGM: i-Educ de Marituba – 2019, o relatório volta a afirmar que o município de Marituba não utilizou nenhum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal, informação essa que não possibilita se ter certeza sobre a realização de algum programa específico sobre leitura e escrita.

Mediante o desencontro de informações levantadas sobre a existência de programas ou ações promovidas pelo município de Marituba, por intermédio da SEMED, vamos considerar a informação apresentada por esta em nossa análise aqui realizada.

Sobre os investimentos dos recursos financeiros na Educação Básica no município de Marituba, o Relatório nº 201602541, do Programa de Fiscalização em Entes Federativos – V0 3º Ciclo da Secretaria Federal de Controle Interno, que trata dos resultados dos exames realizados sobre Ações de Governo executadas no município de Marituba, realizado no período de 8 a 12 de agosto de 2016 sobre a aplicação de recursos federais do Programa 2030 - Educação Básica/Ação 0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb no município de Marituba/PA, repassados no período de 1º. de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2016, identificou-se a necessidade de um planejamento adequado dos recursos do Fundeb:

Em resumo, a Prefeitura Municipal de Marituba/PA precisa efetuar um adequado planejamento da utilização dos recursos do Fundeb, de modo que estes sejam otimizados e direcionados para ações que contribuam para mitigar as causas que resultam na baixa qualidade da educação básica municipal (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2016, p. 51).

A falta de otimização em virtude da ausência de um adequado planejamento perpassa, também, pela questão da formação docente, que não ocorreu, no período analisado, de forma devida, muito embora houvesse recursos financeiros para executar as ações que iriam contribuir para o aumento da qualidade da educação na rede municipal.

O relatório do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), na sua conclusão, identifica o uso de recursos do Fundeb em aplicação financeira, embora estes devessem ser investidos em ações de manutenção e desenvolvimento da educação.

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais não está adequada e exige providências de regularização por parte dos



órgãos de defesa do Estado. Destaca-se, a seguir, a situação de maior relevância quanto aos impactos sobre a efetividade do Programa/Ação fiscalizado: - Manutenção de elevados saldos financeiros dos recursos do Fundeb em aplicação financeira, em detrimento de sua utilização em ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2016, p. 51).

Dessa forma, as ações referentes à formação de professores no município de Marituba precisam avançar com maior autonomia e de forma mais assertiva em relação aos entraves que impedem maior foco na formação docente municipal.

De acordo com os incisos XIV e XVIII da lei municipal 300/2014, a SEMED tem como função, entre outras, executar ações que visem à erradicação do analfabetismo, cabendo-lhe ainda realizar outras ações inerentes ao setor, ou seja, da Educação. Pelo constatado neste estudo, somente foi identificada a execução de um programa, de caráter nacional, com foco na alfabetização de crianças, que foi o PNAIC; além deste, nenhuma outra ação foi realizada com o mesmo propósito, com abordagem tão específica.

Compete à Prefeitura Municipal, por intermédio de sua Secretaria de Educação, propor e viabilizar meios que contribuam para a erradicação do analfabetismo, e a Meta 5 do Plano Municipal de Educação corrobora para esse entendimento.

O PNE somente poderá ter suas metas alcançadas se estados e municípios trabalharem em regime de colaboração, realizando suas competências dentro de suas áreas de atuação.

Cabe, também, à sociedade e aos órgãos de fiscalização realizar o acompanhamento e o monitoramento de todas as metas do PNE/2014. Nesse sentido, é fundamental que professores e professoras tenham conhecimento sobre o PNE, PEE, PME e de toda a legislação que se refere à Educação, pois a existência de um arcabouço jurídico que dê suporte ao desenvolvimento e melhora do ensino público é muito importante para a adoção de medidas de implementação dos ditames legais, no entanto, essas leis devem ser conhecidas e sua execução, cobrada, e terem reconhecimento os seus efeitos para que não se tornem “letras mortas”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs ao estudo sobre as implementações governamentais da Meta 5 do PNE/2014, Lei 13.005/2014, no município de Marituba. A Meta 5 do PNE determina alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

A ideia central da Meta 5 diz respeito à alfabetização, e sua origem advém de um programa criado no município de Sobral, Ceará, o qual, pelos resultados positivos apresentados, ampliou sua abrangência a nível estadual e, posteriormente, serviu de inspiração para criação de um programa federal, o PNAIC.

O PNAIC é um dos diversos programas com foco na alfabetização, suscitados nas políticas públicas voltadas à erradicação do analfabetismo, conforme previsão constitucional e demais documentos que apresentam diretrizes à Educação Pública Básica. Nesse sentido, é necessário destacar que, embora tenha havido muitas tentativas, programas e projetos que trazem o tema alfabetização, pela observância da realidade brasileira, é possível concluir que ainda não se alcançou o êxito necessário para que as crianças tenham resguardado e garantido o direito à adequada proficiência em escrita, leitura e matemática.

A partir das questões levantadas, esta pesquisa, como objetivo geral, se propôs a analisar as ações para implementação da Meta 5 do PNE/2014 no município de Marituba, PA, e, como objetivos específicos, pretendeu identificar se as ações que estão sendo efetivadas no município de Marituba servem para implementação da Meta 5 do PNE/2014; bem como compreender como se configura a política educacional do município de Marituba no que se refere ao alcance da Meta 5 do PNE/2014.

O objetivo geral foi alcançado, tendo em vista que foi possível identificar que o município de Marituba, por intermédio da sua Secretaria Municipal de Educação, realizou ações com foco na alfabetização de crianças. No entanto, as formações realizadas se apresentaram restritas ao PNAIC, pois as demais formações citadas pelos professores participantes da pesquisa não tratam de forma específica da questão da alfabetização. As formações ocorreram no período de 2013 a 2017, e, atualmente, o município não dispõe de nenhum outro programa de iniciativa municipal que se apresente nos mesmos termos e objetivos do PNAIC. Ainda que, atualmente, esteja executando o Programa Mais Alfabetização, não foi possível identificar resultados, nos dados coletados acerca desse programa no município.

Este estudo foi norteado pelo seguinte problema de pesquisa: as ações realizadas pelo município de Marituba estão contribuindo para que a implementação da Meta 5 do PNE/2014 ocorra no prazo previsto?

Em resposta a essa questão, podemos afirmar que as ações realizadas pelo município estão contribuindo parcialmente para que a implantação da Meta 5 do PNE/2014 ocorra no prazo previsto, tendo em vista a inexistência de uma política educacional que priorize a alfabetização de crianças na rede municipal e a formação de professores de alfabetização por intermédio de iniciativas próprias. As formações que o município ofertou aos professores se apresentaram vinculadas aos programas federais, deixando de apresentar iniciativa e autonomia na proposição de formações e mecanismos de valorização do professor de sua rede de ensino, conforme lhe autoriza a lei municipal 300/2014.

Identificou-se a existência de um programa com fins de melhorar o Ideb do município, citado pelos professores pesquisados e pela Secretária Municipal de Educação, que é o Aprova Marituba; no entanto, a carga horária de 16h (conforme informado pela Secretaria de Educação) não se apresenta suficiente para melhorar o nível de alfabetização dos alunos com repercussão de forma direta nos resultados que constituem o Ideb.

A abordagem metodológica adotada neste estudo foi de caráter qualitativo, e desenvolveu-se pelos procedimentos de revisão bibliográfica, pela qual se trabalhou com os autores que se dedicam a investigar a temática; na pesquisa documental, fez-se uma incursão teórica metodológica no Plano Nacional de Educação, no Plano Municipal de Educação de Marituba (Lei 311/2015) e nos documentos norteadores do PNAIC. Na pesquisa de campo, se optou pela adoção de questionários, e, dos dados coletados, foram construídos os relatórios de pesquisa.

Os resultados indicam a realização de algumas ações no âmbito municipal, tais como a adesão ao PNAIC, a elaboração do PME e a realização de Jornadas Pedagógicas anuais, que poderiam estar relacionadas a uma das estratégias dessa meta; no entanto, foi possível concluir que essas ações não se mostram suficientes para o alcance da Meta 5 dentro do prazo previsto.

Um fator identificado, também, na pesquisa e que apontamos como negativo é a ausência de realização de Concurso Público no município, que teve sua última seleção pública realizada no ano de 1999, e que desde então compõe o seu quadro funcional, em grande parcela, com servidores com vínculo temporário. Muito embora, a Constituição da República determine claramente em seu art. 37, II, que “*a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos*” (BRASIL, 1988, art. 37).

Na rede municipal, o vínculo temporário de professores se mostra como prejudicial à qualidade de ensino e ao investimento público orçamentário, pois, não se identificou o princípio de continuidade do trabalho pedagógico junto às turmas de alfabetização de crianças por parte

dos professores alfabetizadores, que passam por uma “espécie de rodízio”, ocupando vaga dentro do ciclo de alfabetização e que no ano seguinte (ou no mesmo ano letivo), assumem outra turma fora do ciclo ou ocupam outros cargos ou ainda são desligados do quadro funcional, conforme o panorama político municipal. Fato que certamente deveria ser acompanhado com ações de intervenção do Ministério Público e do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), porém, por não ser objeto desta pesquisa, apenas nos incumbi chamar a atenção para essa problemática que afeta diversos municípios brasileiros, e em especial, Marituba e que gera grande comprometimento à população, com indícios de afronta aos princípios da administração pública, e prejuízos à rede municipal de ensino, principalmente junto aos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental.

Conforme os dados apresentados neste estudo, os avanços ocorridos na alfabetização de crianças na rede de ensino de Marituba foram pouco significativos e ainda se mostram aquém do ideal para o alcance da meta 5 do PNE/2014, há portanto, muitos desafios a serem considerados, o que requer, a proposição de algumas ações, entre as quais a partir do nosso olhar investigativo acadêmico e de docente do quadro efetivo municipal, sugerimos:

Elaboração e consolidação de uma política municipal de educação com foco na alfabetização de crianças das séries iniciais;

Construção e divulgação de um banco de dados com informações sobre o desempenho escolar dos alunos da rede municipal de ensino, professores e escolas que possam contribuir para tomada de decisões e que viabilizem maior transparência administrativa;

Realização de espaços de discussões para todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, sobre o PNE, PME e estratégias metodológicas objetivando melhorar o desempenho escolar dos alunos das séries iniciais.

Concluimos, portanto, afirmando que a alfabetização é tema de grande relevância e, por isso, precisa constar nas agendas governamentais, em posição de prioridade, pois, conforme se observa, é a partir da proficiência na leitura, escrita e da alfabetização matemática que os estudantes das turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental poderão dar continuidade aos seus estudos e ter acesso a outros direitos condizentes à dignidade humana.

## REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, M. H. **As batalhas de Anísio Teixeira**: análise do contexto de influência do I Plano Nacional de Educação. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24341>. Acesso em: 12 fev. 2020.

AWAZU, L. A. F. **O federalismo brasileiro e o desenvolvimento nacional**: a cooperação como elemento de equilíbrio na federação. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2018.

BARROS, P. M. **A implantação da meta 5 do Plano Nacional de Educação na rede municipal de São Paulo e o papel do planejamento na efetivação da política pública**: um estudo de caso. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: 10.11606/D.48.2018.tde-15022018-105417

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1999.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 16 abr. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação [...]. Brasília, DF, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm). Acesso em: 16 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4024.htm). Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm). Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm). Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual do pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece.** Brasília, DF, 2012.

BRITO, M. G. R. **O processo de monitoramento e avaliação da qualidade no Plano Estadual de Educação do Pará: tensões e possibilidades.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: [www.ppeb.propesp.ufpa.br](http://www.ppeb.propesp.ufpa.br). Acesso em: 10 fev. 2020.

CABRAL, A. N. M. A. **Políticas de formação do pedagogo para atuação em espaços não escolares: o projeto político pedagógico da Autarquia Municipal do Ensino Superior de Goiânia-PE.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13411/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CAMPOS, N. L. S. **Federalismo cooperativo e política nacional de educação: mito ou realidade?** 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro Universitário do Estado do Pará, Belém, PA, 2019. Disponível em: [https://www.cesupa.br/MestradoDireito/dissertacoes/2019/Dissertacao\\_Nelma\\_Lima\\_e\\_Silva\\_Campos.pdf](https://www.cesupa.br/MestradoDireito/dissertacoes/2019/Dissertacao_Nelma_Lima_e_Silva_Campos.pdf). Acesso em: 13 nov. 2020.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Secretaria Federal de Controle Interno. **Programa de Fiscalização em Entes Federativos: Sumário Executivo – Marituba/PA.** [S. l.]: CGU, 2016. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/9022.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

COSTA, A.; ROCHA, R. **História e geografia do município de Marituba.** Marituba: [s. n.], 2015.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projetos de pesquisa.** 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CURY, C. R. J.; HORTA, J. S. B.; BRITO, V. L. A. **Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional da Educação.** [S. l.]: Ed. do Brasil, 1997.

DOURADO, L. F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, set. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 nov. 2018.

DOURADO, L. F. PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas de um plano de estado. In: DOURADO, L. F. (org). **Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas.** Campinas: Mercado de Letras, 2017.

DOURADO, L. F. *et al.* **Regime de colaboração**: cooperação e colaboração federativa e intergovernamental. Camaragibe: CCS Gráfica e Editora, 2016. (Caderno Temático 1)

ESQUINSANI, R. S. S. O pacto nacional pela alfabetização na idade certa e a responsabilização (accountability) do professor alfabetizador. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. esp. 4, p. 2465-2482, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.n.esp4.9203>

ETO, A. C.; CASTRO, A. M. D. A.; GARCIA, L. T. S. Plano Municipal de Educação: elaboração, acompanhamento e avaliação no contexto do PAR. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, ANPAE, v. 32, n. 1, p. 47-67, jun. 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/62648/37750>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOOGLE MAPS. [Marituba. 2018]. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Marituba,+PA/@-1.3632157,-48.3640891,13z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x92a45f402a6a64ad:0x4d080b858bcaec31!8m2!3d-1.3603782!4d-48.3424868>. Acesso em: 5 de nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. [Rio de Janeiro], c2020. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 fev. 2020.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ. **Estatística municipal**: Marituba. [Belém, PA]: IDESP, 2011. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/marituba.pdf>. Acesso em: 4 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB**: resultados e metas. [Brasília, DF, 2017]. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=252804>. Acesso em: 15 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB**: resultados e metas. [Brasília, DF, 2018]. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=252804>. Acesso em: 15 nov. 2020.

LAUER, M. J. **A gestão democrática nos planos municipais de educação no Rio Grande do Sul**: evidências, interpretações e contradições. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1245>. Acesso em: 12 fev. 2020.

LEITÃO, T. Pesquisa da FGV indica que salário aumenta em média 15% a cada ano de estudo. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 9 out. 2008. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-10-09/pesquisa-da-fgv-indica-que-salario-aumenta-em-media-15-cada-ano-de-estudo>. Acesso em: 14 fev. 2019.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em : 15 nov. 2018.

LOUREIRO, W. N. O PNE 2014 e o Ensino Fundamental: avaliação e perspectivas. *In*: DOURADO, L. F. (org.). **Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

MACIEL, F. I. P. Alfabetização no Brasil: pesquisas, dados e análise. *In*: MORTATTI, M. R. L. M.; FRADE, I. C. A. S. (Orgs.). **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Ed. Unesp, 2014. p. 109-129. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao_ebook.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

O MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. [S. l.: s. d.], 1932. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/o%20manifesto%20dos%20pioneiros%20da%20educa%20E7%E3o%20nova.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/o%20manifesto%20dos%20pioneiros%20da%20educa%20E7%E3o%20nova.htm). Acesso em: 12 fev. 2020.

MARITUBA. **Lei Municipal nº 269/2012**. Cria o Conselho Municipal de Educação do Município de Marituba e dá outras providências. Marituba, 2012. Disponível em: <https://www.camaramarituba.pa.gov.br/wp-content/uploads/2012/12/Lei-Municipal-N%C2%BA269.2012.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MARITUBA. **Lei Municipal nº 310/2014**. Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa do poder executivo municipal de Marituba e dá outras providências. Marituba, 2014. Disponível em: <https://www.marituba.pa.gov.br/site/wp-content/uploads/2015/12/LEI-N%C2%AA-300-2014-C-ORGANOGRAMAS.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MARITUBA. **Lei Municipal nº 311/2015**. Cria o Plano Municipal de Educação do Município de Marituba – PME e dá outras providências. Marituba, 2015. Disponível em: <http://www.camaramarituba.pa.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/LM-2015-311-Plano-Municipal-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-2015-2025.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MARITUBA. **Lei Municipal nº 355/2016**. Institui o concurso de soletração nas escolas públicas e conveniadas de Marituba de Ensino Fundamental e dá outras providências. Marituba, 2016. Disponível em: <http://www.camaramarituba.pa.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Lei-n%C2%BA-355-2016-Institui-o-concurso-de-soletra%C3%A7%C3%A3o-nas-escolas-p%C3%BAblicas-e-conveniadas-de-Marituba-de-Ensino-Fundamental-e-d%C3%A1-outras-provid%C3%A4ncias.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2019.

MARTINS, A. S. **“Todos Pela Educação”**: o projeto educacional de empresários para o Brasil do século XXI. 2008. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-4799-int.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MAZZIONI, L. **O Plano Nacional de Educação e o papel dos municípios na universalização da educação básica no Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação



em Educação, Universidade Federal da Fronteira do Sul, Chapecó, 2016. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/677>. Acesso em: 12 fev. 2020.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2006.

MENEZES, E. T. Conferência de Jomtien. *In*: DICIONÁRIO Interativo da Educação Brasileira Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/conferencia-de-jomtien/>. Acesso em: 25 out. 2018.

MICOTTI, M. C. O. A construção da leitura e da escrita e o ensino. *In*: MORTATTI, M. R. L. M.; FRADE, I. C. A. S. (Orgs.). **Alfabetização e seus sentidos**: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Ed. Unesp, 2014. p. 187-206. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao_ebook.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 329-341, maio/ago. 2010.

MOURA, B.; OLIVEIRA, R. Um ano de Pacto: apenas o começo. **Letra A**: o Jornal do Alfabetizador, Belo Horizonte: Ceale/UFMG, v. 10, n. 37, p. 8-11, mar./abr. 2014.

NEVES, E. B. Escrevendo a metodologia do estudo. *In*: NEVES, E. B.; DOMINGUES, C. A. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007. p. 46-67.

NUNES, C. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 73, 2000.

OLIVEIRA, J. F. LDB, PNE (2014-2024) e a construção do sistema nacional de educação: avanços, tensões e perspectivas. *In*: NAJJAR, J.; VASCONCELOS, M. C. (Org.). **A LDB e as políticas educacionais**: perspectivas, possibilidades e desafios 20 anos depois. Curitiba: Appris, 2018. p. 31-45.

PARÁ. Lei n. 8.186, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, PA: IOEPA, v. 125, n. 32.913, p. 1-32, 24 jun. 2015.

RIBEIRO, C. (Orient.). **Alfabetização matemática**: caderno apresentação. [Araucária, 2014]. 70 slides. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/CamilaRibeiro35/caderno-apresentao-pnaic-2014>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SANTOS, L. A. O. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: uma política vinculada ao campo acadêmico. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, 2009.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional.** Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. **A lei da educação LDB: trajetória, limites e perspectivas.** 13. ed., rev., atual. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2016. (Coleção educação contemporânea)

SAVIANI, D. **Sistema nacional de educação e plano nacional de educação: significados, controvérsias e perspectivas.** Campinas: Autores Associados, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, M. B. As muitas facetas da alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, p. 19-24, fev. 1985. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1358/1359>. Acesso em: 11 nov. 2019.

TOZONI-REIS, M. F. C. Introdução à pesquisa científica em Educação. *In*: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pró-Reitoria de Graduação. **Caderno de formação: formação de professores, educação, cultura e desenvolvimento.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 108-185.

VIÉDES, S. C. A.; BRITO, V. M. A política educacional de alfabetização da criança consubstanciada pelos programas, projetos e pactos: o novo ou tudo de novo? **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 63, p. 147-171, out. 2015. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641176>. Acesso em: 5 fev. 2019.

WERLE, F. O. C.; METZLER, A. M. C. Planos federais de educação e sua repercussão nas instâncias subnacionais: a autonomização da educação básica pública. *In*: SOUZA, D. B.; MARTINS, A. M. (org.). **Planos de educação no Brasil: planejamento, políticas, práticas.** São Paulo: Loyola, 2014. p. 209-232.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DE MARITUBA**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA - NEB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA  
BÁSICA

**QUESTIONÁRIO – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARITUBA**

Este questionário é direcionado à Secretária Municipal de Educação de Marituba ou a quem esta indicar, e está organizado em quatro blocos de perguntas. Solicitamos sua colaboração para respondê-lo e assim contribuir para a produção do conhecimento científico no país.

**BLOCO 1**

1. Qual a sua formação escolar?
  - ( ) Ensino Médio                      ( ) Ensino Superior
2. Você possui Pós-graduação?
  - ( ) Não                                      ( ) Sim
  - a. Em caso afirmativo, qual Pós-graduação possui?
    - ( ) Especialização, em \_\_\_\_\_
    - ( ) Mestrado, em \_\_\_\_\_
    - ( ) Doutorado, em \_\_\_\_\_
3. Qual o seu vínculo funcional com a Prefeitura Municipal de Marituba?
  - ( ) Temporário                              ( ) Efetivo
  - ( ) Outro: \_\_\_\_\_
4. Há quanto tempo você trabalha como Secretária Municipal de Educação de Marituba?
  - ( ) Menos de um ano                      ( ) Entre um e dois anos
  - ( ) Entre dois e quatro anos              ( ) Mais de quatro anos
5. Você já trabalhou como docente?
  - ( ) Não                                      ( ) Sim
  - a. Em caso afirmativo, a sua docência foi em:
    - ( ) Educação Infantil                      ( ) Ensino Fundamental
    - ( ) Ensino Médio                              ( ) Ensino Superior

**BLOCO 2**

1. Quantas escolas compõem a rede municipal de ensino de Marituba?
  - a. Escolas municipais
    - Ensino Fundamental – séries iniciais: \_\_\_\_\_
    - Ensino Fundamental – séries finais: \_\_\_\_\_
  - b. Escolas em regime de Convênio







b. Se essas formações foram promovidas, quais os temas tratados?

1.  Temas Gerais, tais como, o histórico, responsabilidade do município, as metas do Plano Municipal de Educação, entre outros.

2. Temas específicos, tais como:

i.  Formação de Professores;

ii.  Alfabetização;

iii.  Outros: \_\_\_\_\_

Agradecemos sua colaboração!

---

ASSINATURA E CARIMBO



**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO – DIREÇÃO DAS ESCOLAS QUE OFERTAM  
TURMAS DO 1º AO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA - NEB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA  
BÁSICA

**QUESTIONÁRIO – DIREÇÃO DAS ESCOLAS QUE OFERTAM TURMAS DO 1º AO  
3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Este questionário é direcionado a direção das escolas, ou a quem esta indicar, que ofertam turmas de séries iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de Marituba, e está organizado em dez perguntas. Solicitamos sua colaboração para respondê-lo e assim contribuir para a produção do conhecimento científico no país.

1. Escola: \_\_\_\_\_
2. Endereço: \_\_\_\_\_
3. Fundação: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_
4. A escola é:
- ( ) Municipal ( ) Em regime de Convênio
5. Qual o número de alunos matriculados em 2019? \_\_\_\_\_
6. Em quais turnos a escola funciona?
- ( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite
7. A escola atende alunos do:
- a. ( ) Ensino Fundamental – séries iniciais
- i. ( ) 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental
- a. – Quantas turmas? \_\_\_\_\_
- b. – Qual a quantidade de alunos por turma?
- Turma: \_\_\_\_\_
- Turma: \_\_\_\_\_
- Turma: \_\_\_\_\_
- ii. ( ) 4º e 5º ano do Ensino Fundamental – Quantas turmas? \_\_\_\_\_
- b. ( ) Ensino Fundamental – séries finais – Quantas turmas? \_\_\_\_\_
8. A escola possui Coordenação Pedagógica?
- ( ) Não ( ) Sim
- a. Em caso afirmativo, quantas pessoas exercem a função de coordenação pedagógica?
- \_\_\_\_\_.

Responsável pelo preenchimento:

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA E CARIMBO

Agradecemos sua colaboração!

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO – PROFESSORES DO 1º AO 3º ANO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA - NEB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA  
BÁSICA

**QUESTIONÁRIO – PROFESSORES DO 1º AO 3º ANO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL**

Este questionário é direcionado aos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, da rede municipal de Marituba, e está organizado em quatro blocos de perguntas. Solicitamos sua colaboração para respondê-lo e assim contribuir para a produção do conhecimento científico no país.

**BLOCO 1**

- 6.** Qual a sua formação escolar?  
 Ensino Médio                       Ensino Superior
- 7.** Você possui Pós-graduação?  
 Não                                       Sim
- b. Em caso afirmativo, qual Pós-graduação possui?  
 Especialização, em \_\_\_\_\_  
 Mestrado, em \_\_\_\_\_  
 Doutorado, em \_\_\_\_\_
- 8.** Qual o seu vínculo funcional com a Prefeitura Municipal de Marituba?  
 Temporário                       Efetivo
- 9.** Há quanto tempo você trabalha como docente no município de Marituba?  
 Menos de um ano                       Entre um e dois anos  
 Entre dois e quatro anos                       Mais de quatro anos
- 10.** Em quais anos você trabalhou como docente nas turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental no município de Marituba?  
 2013                       2014                       2015                       2016                       2017                       2018

**BLOCO 2**

- 4.** Você já participou de formações sobre alfabetização de crianças, realizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Marituba?  
 Não                                       Sim
- b. Em caso afirmativo, a formação recebida, na sua opinião, foi:  
 Boa                                       Razoável                                       Ruim
- c. Em que aspectos?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- d. Caso tenha participado de formações sobre alfabetização de crianças, realizadas pela Secretaria Municipal de Marituba, em quais anos participou?  
 2013                       2014                       2015                       2016                       2017                       2018
- e. Caso tenha participado de formações sobre alfabetização de crianças, realizadas pela Secretaria Municipal de Marituba, Cite as que considera mais importantes:  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

---

---

**BLOCO 3**

2. Você conhece o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)?

Não  Sim

3. Você já recebeu formação, realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Marituba sobre o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)?

Não  Sim

a. Em caso afirmativo, a formação recebida, na sua opinião, foi:

Boa  Razoável  Ruim

Em que medida?

---

---

b. Caso tenha recebido formação, realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Marituba, sobre o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), em quais anos participou?

2013  2014  2015  2016  2017  2018

4. O que você entende por Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)?

---

---

5. Esse entendimento sobre o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) se deu antes ou após a formação, realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Marituba?

Antes  Após

a. De que forma?

---

---

6. Você já recebeu formação sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Marituba?

Não  Sim

b. Em caso afirmativo, a formação recebida, na sua opinião, foi:

Boa  Razoável  Ruim

c. Em que medida?

---

---

d. Caso tenha recebido formação do PNAIC, realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Marituba, em quais anos participou?

2013  2014  2015  2016  2017  2018

7. O PNAIC é importante elemento para o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014). A partir das formações recebidas,

**você considera que o PNAIC é uma boa ferramenta para atingir a meta da alfabetização do Plano Nacional de Educação?**

- Não  Sim  
 a. Em que aspectos?

---



---



---

**8.** Você sabe se o município de Marituba possui um Plano Municipal de Educação?

- Não  Sim  
 a. O que você sabe a respeito?

---



---



---

- b. Quais os estudos/cursos/eventos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação de Marituba que trataram especificamente do Plano Municipal de Educação de Marituba?

---



---



---

#### **BLOCO 4**

**1.** Você já participou de Jornadas Pedagógicas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Marituba?

- Não  Sim  
 a. Em caso afirmativo, as Jornadas Pedagógicas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Marituba, na sua opinião, são:  
 Boas  Razoáveis  Ruins  
 b. Em que medida?

---



---



---

**2.** Se já participou, você considera que as Jornadas Pedagógicas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Marituba são importantes para a formação do professor que trabalha com alfabetização?

- Não  Sim  
 a. Em que aspectos?

---



---



---

**3.** Quais ações, na sua opinião, estão sendo ou já foram realizadas para a melhoria do nível de alfabetização de alunos das turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, no município de Marituba? **Por favor, justifique sua resposta.**

---



---



---



---

Agradecemos sua colaboração!

**ANEXOS**

**ANEXO A – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



**PLANO MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO – PME**

**MARITUBA/PA**

**2015/2025**



PREFEITURA  
**MARITUBA**  
PROCURADORIA GERAL

MENSAGEM Nº 015/2015 – PGM/PMM

Marituba, 24 de junho de 2015

EXMº Sr.

VEREADOR RAIMUNDO DO SOCORRO LAMEIRA DA SILVA

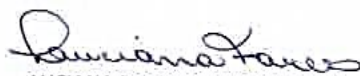
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Senhor Presidente:



Honrada em cumprimentá-lo, sirvo-me do presente, para informar e solicitar que leve ao conhecimento de seus pares que foi SANCIONADO o Projeto de Lei nº 070/2015 de autoria do Poder Executivo Municipal, previamente aprovado por essa Augusta Câmara, cuja Lei Municipal recebeu o nº 311/2015, de 24 de junho de 2015, da qual encaminho via original para o devido arquivamento.

Atenciosamente,

  
LUCIANA FIGUEIREDO AKEL FARES

Procuradora-Geral

Câmara Mun. de Marituba
Protocolo nº 507
As 09h30
02 JUL 2015
<i>Luciana</i>
Procuradora Geral

LEI MUNICIPAL Nº 311/2015

DE 24 DE JUNHO DE 2015

*Institui o Plano Municipal de Educação – PME, para o período de 2015 a 2025, e dá outras providências.*

O Prefeito Municipal de Marituba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º, da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

**Parágrafo Único** - O documento anexo, onde consta as respectivas diretrizes, objetivos e metas do Plano Municipal de Educação mencionado no *caput* deste artigo é parte integrante desta Lei.

**Art. 2º** - A partir da vigência desta Lei, as Escolas Municipais deverão elaborar suas propostas político-pedagógicas e o Regimento Escolar, observando metas e ações do Plano Municipal de Educação dentro da área de sua competência.

**Art. 3º** - Compete ao Fórum Municipal de Marituba o acompanhamento e a avaliação da execução do Plano Municipal de Educação de forma contínua, sendo realizado a cada 02 (dois) anos a Conferência Municipal de Educação de Marituba destinada a ampliar tal avaliação e prever os redimensionamentos necessários.








PREFEITURA  
**MARITUBA**  
 PROCURADORIA GERAL


**Art. 4º** - O Plano Municipal de Educação reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando sempre atingir o que preconizam as Constituições Federal e Estadual.

**Art. 5º** - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias necessárias à plena execução deste PME.

**Art. 6º** - Os poderes Legislativo e Executivo Municipal, bem como o sistema de ensino local, através da Secretaria Municipal de Educação, incumbir-se-ão da divulgação deste PME e da progressiva realização de metas e ações para que toda comunidade maritubense o conheça e acompanhe a sua implementação.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 219/2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marituba, aos 24 dias do mês de junho de 2015

  
 Mario Henrique de Lima Biscaro  
 Prefeito Municipal de Marituba

Câmara Mun. de Marituba
PROCOLO nº 507
de 09 JUN 2015
02 JUL 2015

SECRETARIA GERAL

Registrado na Secretaria de Administração nesta data, 24 de junho de 2015.

  
 Marcelo José Alho Correa  
 Secretário de Administração



**ANEXO B – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA  
ACADÊMICA**



MARITUBA, 16 de Dezembro de 2019.

OFÍCIO Nº237/2019 - DIRETORIA DE ENSINO / SEMED


À NELMA LIMA E SILVA CAMPOS

Prezada,

Cumprimentando-a, servimos do presente para autorizar a pesquisa intitulada "A implementação da meta 05 do PNE no município de Marituba" a ser realizada com a Secretaria Municipal de Educação e Escolas Municipais.

Desde já agradecemos,

Atenciosamente,

  
Raimunda da Silva Cunha

Diretora de Ensino

REG 0605-MEC PARÁ

*Raimunda da Silva Cunha*

Diretor de Ensino

Marituba - Pará

Reg: 0605 - MEC PARÁ

## ANEXO C – FOTOS

Fotografia 3 – Formação do PNAIC em Marituba



Coordenadora local Maria do Socorro Bandeira com professores alfabetizadores.  
Fonte: Acervo pessoal (2013).

Fotografia 4 – Formação do PNAIC em Marituba



Coordenadora local Maria do Socorro Bandeira com professores alfabetizadores.  
Fonte: Acervo pessoal (2013).